

Distrito Federal



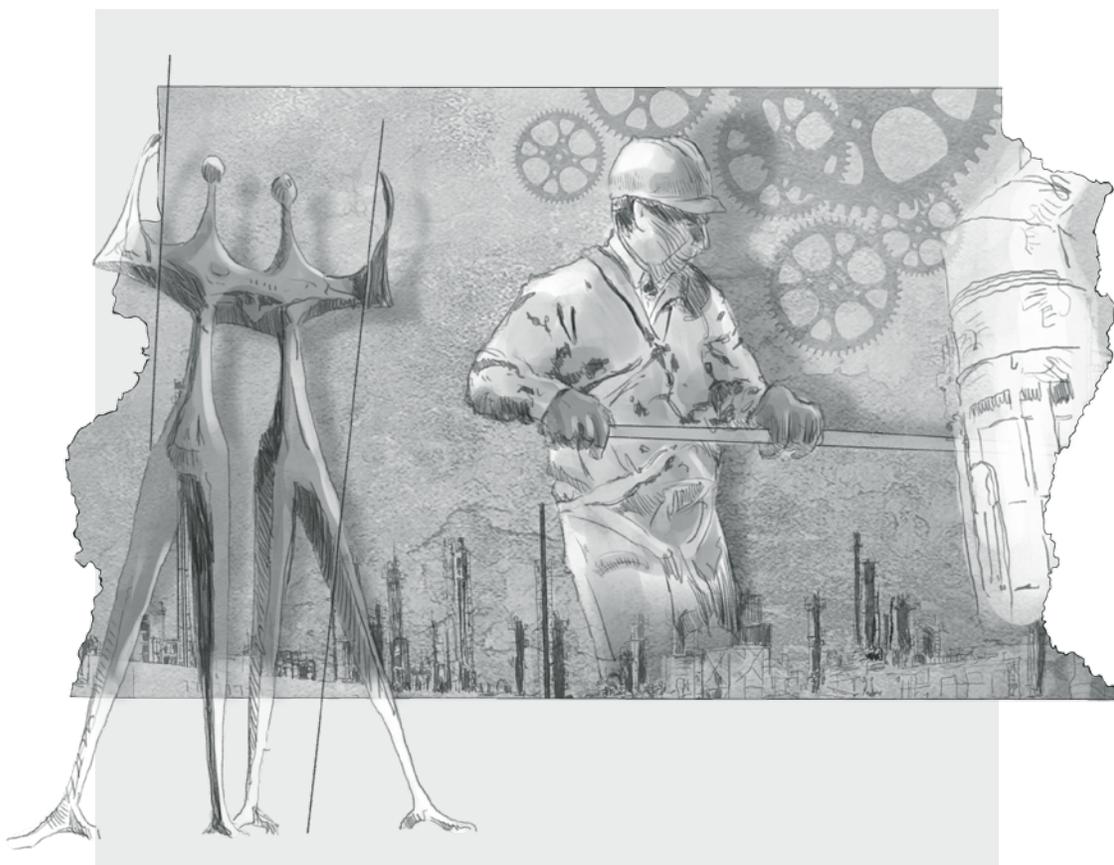
JÚLIO MIRAGAYA
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Distrito Federal

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Miguel Yoshida

Coordenação e organização: Júlio Miragaya

Colaboradores: Cleberson Zavaski, Elton Bandeira, José Agmar, Osvaldo Russo,

Roberto Policarpo, Wilmar Lacerda

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D614 Distrito Federal 2000-2013 / Cleberson Zavaski ... [et al.]. – São Paulo :
Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
167 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui anexos.
ISBN 978-85-7643-252-4

1. Distrito Federal (Brasil) - Política. 2. Distrito Federal (Brasil)
- Economia. 3. Distrito Federal (Brasil) - Investimentos públicos. 4. Distrito
Federal (Brasil) - Aspectos sociais. 5. Distrito Federal (Brasil) -
Administração pública. 6. Sustentabilidade e meio ambiente. I. Zavaski,
Cleberson. II. Série.

CDU 32(817.4)

CDD 320.981

SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
- 9 INTRODUÇÃO
- 19 DIAGNÓSTICO GERAL DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL: DEMOGRÁFICO, ECONÔMICO E SOCIAL
- 37 DEMOGRAFIA
- 43 ESTRUTURA PRODUTIVA: O DESEMPENHO DA ECONOMIA NO DISTRITO FEDERAL
- 61 PIB INDUSTRIAL: REDUZIDA PARTICIPAÇÃO
- 73 ECONOMIA DO ESTADO
- 93 INFRAESTRUTURA
- 99 PAC
- 107 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
- 121 SITUAÇÃO E BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS
- 137 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 141 POLÍTICA
- 149 ANEXO I: PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS PARA 2030
- 161 ANEXO II: DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

DISTRITO FEDERAL 2000-2013

JÚLIO MIRAGAYA
ORG.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

O quadro no Distrito Federal ao final de três anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) suscita uma profunda reflexão por parte dos dirigentes e militantes do Partido, que estão ou não na máquina de governo, com o intuito de vencer a disputa eleitoral e avançar no projeto de traçar um “Novo Caminho” para a capital da República. Este estudo tem o propósito de trazer contribuições neste sentido.

Essa introdução busca sintetizar algumas preocupações descritas ao longo deste trabalho, divididas em três partes. Inicialmente, no diagnóstico, destacam-se algumas singularidades do Distrito Federal que vão marcar fortemente o diagnóstico local, apresentado em dez pontos mais relevantes.

A segunda parte aborda a situação atual do governo do PT no DF em suas quatro principais dimensões (social, infraestrutura, econômica e gestão); o capítulo VIII, sobre administração pública, é o relatório dessa secretaria durante a gestão Agnelo 2011-2014; e, por fim, a terceira parte discorre sobre os desafios que iremos enfrentar no embate político-eleitoral.

DIAGNÓSTICO

O Distrito Federal, uma das 27 unidades da federação, apresenta seis singularidades que a distinguem das demais, e que marcam de forma decisiva o diagnóstico da cidade em seus diversos aspectos:

Capital da República: a primeira, naturalmente, é a sua condição de capital da República, o que lhe confere atribuições de natureza político-administrativas específicas e únicas na Federação;

Estado e município: a segunda peculiaridade é o fato de desempenhar, ao mesmo tempo, funções de Estado e de município, recolhendo tributos e abrangendo atribuições concernentes aos dois níveis;

Cidade relativamente nova: a terceira é sua pouca idade, tendo sido constituída já na segunda metade do século XX, numa porção do Planalto Central Brasileiro praticamente desabitada;

Reduzida extensão territorial: um quarto aspecto a ser destacado é o fato de possuir uma pequena extensão territorial, constituindo-se na menor entre as 27 unidades da federação;

Promotora da interiorização do desenvolvimento brasileiro: a fundação de Brasília tornou-a propulsora definitiva do processo de interiorização da ocupação e do desenvolvimento do país, que, até a segunda metade da década de 1950, tinha sua população e as atividades econômicas praticamente circunscritas à sua faixa litorânea;

Periferia metropolitana em outra UF: por fim, o processo de desenvolvimento de Brasília fez surgir em seu entorno uma grande aglomeração urbana, com o rápido crescimento populacional de alguns municípios goianos próximos e a criação de outros a partir do processo de acelerado crescimento populacional do Distrito Federal. Isto conformou uma área metropolitana de fato, embora não reconhecida como tal, pois sua periferia pertence a uma outra unidade federativa.

Essas singularidades, como dito, influenciarão sobremaneira as características gerais da cidade, sintetizadas em dez aspectos:

Estrutura econômica pouco diversificada: a estrutura econômica é muito pouco diversificada, o que se expressa na composição do Produto Interno Bruto (PIB) e da ocupação. A participação do setor público (administração e serviços públicos) no PIB do DF é de nada menos que 55%, ao passo que as indústrias de transformação e mineral participam com apenas 1,6%; o setor agropecuário com irrisórios 0,4% e a construção civil com 4,5%. Em relação ao setor de serviços, os relativos a atividades privadas representam 38% do PIB, mas voltado em grande parte ao atendimento das famílias e não de empresas. Isto resulta, conseqüentemente, em empregos de baixa qualificação e baixa remuneração. Quanto à ocupação, o setor público (governo federal e GDF) absorve cerca de 23% do pessoal ocupado; as indústrias de transformação e mineral, menos de 4,0%; o setor agropecuário, cerca de 1,0%; a construção civil, 5,0%; e os serviços privados, cerca de 67%.

Elevado fluxo migratório: o Distrito Federal permanece como um dos principais polos de atração de fluxos migratórios do país, motivados pela elevada renda da Capital Federal, o que faz com que sua população cresça ao

ritmo de 2,30% ao ano, o dobro da média nacional, tendo atingido 2,85 milhões de habitantes em 2014. Adicionalmente, o crescimento populacional em sua periferia metropolitana é ainda mais acelerado (4,1% ao ano), recebendo migrantes de outras regiões do país e do próprio DF, tendo sua população alcançado 1,17 milhão em 2014; crescimento de 485% em relação à população de 1980 (200 mil), formando a 6ª mais populosa área metropolitana do país, com mais de 4 milhões de habitantes.

Elevada taxa de desemprego: o gigantismo do setor público contrasta com uma relativa debilidade do setor empresarial. Como o crescimento de ocupações no primeiro ocorre em ritmo lento e os setores industrial e agropecuário são inexpressivos, a responsabilidade maior para a geração de postos de trabalho tem recaído sobre o setor de serviços privados, fortemente pressionado pela elevada taxa de crescimento populacional. Isso explica porque nossas taxas de desemprego são estruturalmente altas (12,5%), próxima da verificada nas metrópoles nordestinas e, em média, o dobro da existente nas metrópoles do mesmo porte do Centro-Sul. Se considerada toda a área metropolitana, a taxa de desemprego sobe a 14%, com quase 300 mil pessoas desempregadas.

Forte concentração do emprego no plano piloto: do total de 1,27 milhão de pessoas ocupadas no DF, nada menos que 600 mil (48%) trabalham na região administrativa de Brasília (essencialmente, o plano piloto). Se considerarmos toda a área metropolitana, são 730 mil pessoas. Esta concentração, que não encontra similar em nenhuma outra metrópole brasileira, é em parte explicada pela forte concentração do emprego público no plano piloto, mas deriva também da reduzida atividade produtiva nas demais regiões administrativas, com exceção de Taguatinga.

Numerosa e elitizada burocracia estatal: a maior parte dos mais de 300 mil assalariados do setor público (governo federal e GDF) recebem salários elevados para os padrões salariais brasileiros. O rendimento médio, de cerca de R\$ 5.500,00, é cerca de 4,3 vezes superior à média dos ocupados no setor privado e autônomos (R\$ 1.300,00).

Elevado PIB per capita: o PIB *per capita* do DF – estimado, em 2013, em R\$ 70.000,00, equivalente a US\$ 30.000,00 –, é disparadamente o maior do Brasil, equivalente ao triplo da média nacional e ao dobro do existente em São Paulo, o mais rico estado da federação.

Elevada receita tributária: o orçamento do Distrito Federal para 2014 é estimado em R\$ 34 bilhões. Em termos de orçamento *per capita* (R\$ 12.000,00), é disparadamente o maior entre as 27 unidades federativas. O do rico Rio Grande do Sul, por exemplo, é de R\$ 4.500,00 *per capita*. Tal orçamento é turbinado pelo Fundo Constitucional do DF (FCDF), que deverá

totalizar R\$ 12 bilhões em 2014. Equivale ainda a quase 20 vezes o orçamento somado dos 12 municípios metropolitanos (R\$ 1.500,00 *per capita*). Os elevados gastos com salários, contudo, limitam o direcionamento desse orçamento para investimentos.

Alta desigualdade na distribuição social da renda: o Distrito Federal tinha em 2010 o pior índice de Gini do Brasil, em termos de distribuição da renda (0,61). O mais grave é que entre 2000 e 2010, enquanto a desigualdade na distribuição da renda caiu em todo o Brasil, o DF, juntamente com o Amazonas e Roraima, foi na contramão, aumentando-a. A razão para essa péssima distribuição é a forte diferença em termos de rendimento entre os ocupados no setor público e os assalariados do setor privado e autônomos.

Alta desigualdade na distribuição espacial da renda: também é forte a desigualdade entre as regiões que formam o DF. A diferença da renda domiciliar *per capita* da região administrativa mais rica, o Lago Sul, com a mais pobre, a Estrutural, é de 19 vezes. Em termos de acesso à educação superior, a diferença é ainda maior, de 60 vezes.

Eleuada assimetria entre o DF e sua periferia metropolitana: há um verdadeiro fosso entre o Distrito Federal e os 12 municípios goianos que formam sua periferia metropolitana em termos de renda, geração de emprego, orçamento e indicadores sociais. O PIB *per capita* do DF é sete vezes superior ao PIB *per capita* médio da região. Entre 250 mil e 300 mil moradores desses municípios trabalham ou buscam emprego diariamente no DF.

O diagnóstico acima descrito revela que a Brasília concebida para ser a capital da República, com população limitada a 500 mil habitantes e desempenhando exclusivamente funções político-administrativas, é coisa do passado. O que existe hoje é uma metrópole com quatro milhões de pessoas, com problemas idênticos aos de qualquer outra do país.

Deve ainda ser assinalada a situação específica do baixíssimo grau de industrialização do Distrito Federal e de sua região. Nesse caso, alguns “mitos” têm concorrido para obstruir um maior desenvolvimento da atividade manufatureira. O primeiro é de que Brasília foi concebida para ter funções essencialmente político-administrativas e que haveria incompatibilidade entre o exercício dessas funções e a atividade industrial. Obviamente que tal tese é insustentável, pois diversas capitais nacionais no planeta compatibilizam as funções político-administrativas com as de importantes centros industriais: Tokyo, Seul, Paris, Londres, Moscou, Cidade do México e Buenos Aires, para ficar apenas em algumas.

O segundo mito é de que a indústria não tem mais a mesma importância do passado, o que também se trata de uma impropriedade; basta ver o peso da atividade industrial em países como Alemanha, Japão e Coréia do

Sul. A indústria não só tem peso expressivo no PIB, como indiretamente tem um peso excepcional na indução de diversas atividades terciárias (transportes, comunicação, serviços financeiros, manutenção etc.). Ademais, é a atividade que propicia o maior desenvolvimento tecnológico e apresenta os maiores níveis de remuneração.

O terceiro diz respeito a ser a indústria uma atividade altamente poluidora, que degradaria a qualidade de vida da cidade. Essa era uma realidade do passado mais remoto, pois atualmente os países, regiões e cidades dispõem de instrumentos tecnológicos e legislativos para garantir que a atração de investimentos industriais não resulte na deterioração do meio ambiente.

O quarto mito é de que não haveria espaço para a instalação de plantas industriais no DF, argumento sem qualquer sustentação. Basta lembrar que Cingapura, com território quase 8 vezes menor que o do Distrito Federal gera um produto industrial 70 vezes maior.

SITUAÇÃO DO GOVERNO DO PT

Nesse cenário, qual a situação do governo do PT. Eleito por uma ampla coligação, o governo Agnelo assumiu após 12 anos de gestões da direita (Roriz/Arruda), sendo que 2010, o último ano de Arruda, foi marcado por uma profunda crise política, com a deflagração da operação Caixa de Pandora, que levou o DF a ter 4 governadores num único ano (Arruda, Paulo Octávio, Wilson Lima e Rogério Rosso) e a quase sofrer intervenção federal.

O governo Agnelo assumiu prometendo um “Novo Caminho” e gerando grande expectativa na população. Passados três anos, qual o balanço que se pode fazer nas diversas áreas?

Ao assumir, o governo do PT encontrou uma situação anárquica, com contratos vencidos; convênios com o governo federal emperrados; serviços públicos semiparalisados; restaurantes comunitários desabastecidos; matagal nas praças e lixo acumulado nas ruas.

É importante destacar dois momentos distintos nesses três anos; o ano e meio inicial, até metade de 2012 e o ano e meio final, até final de 2013. O quadro dos investimentos públicos realizados expressa bem esta situação. Em 2011, somaram apenas R\$ 1,1 bilhão (abaixo dos R\$ 1,5 bilhão de 2009 e mesmo dos R\$ 1,2 bilhão de 2010, ano de forte crise política). Em 2012, subiu para R\$ 1,8 bilhão, concentrado no 2º semestre. Em 2013, vai superar a marca de R\$ 2,3 bilhões e a projeção para 2014 é de R\$ 5 bilhões.

Analisando-se as principais áreas, tem-se a seguinte avaliação:

Social: há um certo consenso de que foi a área que registrou o melhor desempenho no início do governo. Houve um avanço expressivo no combate

à miséria, foi instituída uma complementação de R\$ 70,00 aos R\$ 70,00 da Bolsa Família e o DF certamente será a primeira UF que eliminará a miséria em seu território. Ademais, houve a implantação de novos CRAS e a regularização do serviço nos restaurantes comunitários, além da construção de novos com forte ampliação e melhoria do atendimento.

A área de saúde também encontrou um quadro inicial caótico, mas avançou de forma substantiva. Houve a inauguração de cinco novas UPAs e outras nove devem ser inauguradas ainda em 2014; o Programa Saúde da Família, que tinha cobertura de 12% da população, chegou a 230 equipes (ESF), ampliando a cobertura para quase 30%; foi instituída a Carreta da Mulher, já com 4 unidades móveis, e o DF alcançou a liderança nacional em transplantes de coração, fígado, rim e córnea. O excessivo corporativismo da categoria dos médicos, contudo, impediu uma maior percepção dessa melhora por parte da população. Em relação ao saneamento básico, os avanços foram mais modestos.

Na área de educação, contudo, o balanço inicial não foi muito satisfatório, sobretudo na educação pré-escolar. Da meta de se construir 115 creches, fechou-se 2013 com apenas três inauguradas. Nesse primeiro semestre, entretanto, deveremos chegar a 25 novas creches e inaugurar algumas dezenas no segundo semestre, mas não a totalidade prevista. Em relação à educação em tempo integral, o objetivo foi de implantá-la em toda uma cidade, a de Brazlândia. No ensino profissionalizante, o número de matrículas teve aumento excepcional, de 1,2 mil para 18,5 mil. É importante destacar que o DF recebeu recentemente do Ministério da Educação o selo de território livre de analfabetismo.

Por fim, quanto à segurança pública, ocorreram avanços importantes, notadamente na redução de latrocínios (- 51,3%) e homicídios (- 16,4%). O problema das drogas, contudo, especialmente o crack, continua grave.

Infraestrutura: houve uma grande polêmica no Distrito Federal, inclusive no âmbito do governo, em relação à forte concentração dos investimentos, nos dois primeiros anos, na construção do Estádio Nacional. Concluída as obras e coincidindo com uma forte articulação feita pela Casa Civil/DF na captação de recursos federais, o quadro sofreu forte mudança.

Diversos projetos no âmbito do PAC do DF começaram a maturar. A criação de uma carteira de projetos estruturantes do DF (absorvendo 60% dos investimentos realizados em 2013) permitiu fechar 2013 com 75% de conclusão do Expresso DF Eixo Sul (principal obra de mobilidade urbana); o avanço na DF-047 (Estrada Parque Aeroporto); o início do Programa Asfalto Novo (com o objetivo de 6.000 km de vias e investimento de R\$ 770 milhões), além de obras menores. Também devem ser destacados os investimentos em

moradia. O DF tinha a pior realização do Minha Casa, Minha Vida entre as 27 unidades federativas em 2010. Com o lançamento do Programa Morar Bem, já em 2013 começaram a ocorrer a entrega das primeiras levas das 100 mil novas unidades habitacionais previstas.

Desenvolvimento Econômico: há uma percepção generalizada de que foi a área que registrou desempenho mais tímido. Não houve, com exceção do início da implantação do Parque Tecnológico Cidade Digital (com a instalação das unidades do BB e da CEF), qualquer iniciativa relevante no sentido de promover a necessária diversificação da estrutura produtiva do DF. O peso historicamente irrelevante do setor industrial na economia local caiu para 1,6% do PIB. Concorreu para esse quadro o fato de, em menos de três anos, terem havido sete secretários de desenvolvimento econômico. Mesmo os resultados positivos de redução da taxa de desemprego – com a geração de cerca de 150 mil empregos nesses três anos –, a redução da informalidade no trabalho e a redução da desigualdade social devem ser creditados, sobretudo, à política macroeconômica nacional. Deve-se avançar para a formulação e implementação, num possível segundo mandato, de uma estratégia de desenvolvimento econômico que estabeleça como prioridade a realização de Investimentos em infraestrutura como condição para a atração de investimentos produtivos.

Gestão: após assumir e encontrar o caos, houve uma dificuldade de se arrumar a casa. Havia uma percepção geral de reduzida articulação intersetorial no governo, devido em parte a uma exagerada rotatividade nas secretarias e empresas públicas.

Faziam-se também críticas em relação à baixa participação social e às relações difíceis e, algumas vezes turbulentas, com os movimentos sociais. Especialmente, com o movimento sindical, em parte, devido à sua constituição em sólidas bases corporativas.

Deve-se registrar também a ocorrência de alguns casos de corrupção sempre envolvendo partidos da base aliada. A base do governo na Câmara Legislativa é ampla, somando 21 deputados em 24, sendo seis do PT. Entretanto, dos 15 deputados aliados, nove respondem a processos na justiça. Nesses três anos, ocorreu a exoneração de quatro administradores regionais e um secretário, envolvidos em casos de corrupção, nenhum do PT.

Apesar de ao longo desses três anos e meio ter ocorrido a contratação de 29 mil novos servidores, a estruturação de várias carreiras de Estado e a concessão de reajustes salariais generosos para algumas categorias, havia um quadro de insatisfação. A aprovação do regime jurídico para os servidores do GDF concorreu para melhorar o grau de satisfação da categoria.

Mas a partir de 2013, os avanços foram expressivos. A baixa articulação intersetorial foi parcialmente superada com o papel desempenhado pela Casa Civil/DF. Nas relações com a sociedade civil, consolidou-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, importante canal de interlocução. Outro avanço importante foi o programa “GDF junto com você”, agora no final de 2013, que permite o diálogo direto do governador e de órgãos do governo com o cidadão nas 31 “cidades” do DF, além de reuniões com lideranças comunitárias.

Outro grande avanço nesse campo se deu na formação e atuação da Secretaria de Transparência. O GDF recebeu, inclusive, a melhor avaliação em pesquisa realizada pelo Instituto Ethos entre as 12 cidades-sede da Copa quanto ao índice de transparência.

PERSPECTIVAS PARA 2014

O volume de investimentos previstos para 2014 (R\$ 5 bilhões) permitirá a conclusão das principais obras e a consolidação dos projetos governamentais prioritários.

Destaque para a conclusão do Expresso DF - Eixo Sul e o início das obras do Expresso DF - Oeste, Expresso DF - Sudoeste e Expresso DF - Norte; do VLT Aeroporto-Asa Sul; da conclusão do Programa Asfalto Novo (seis mil km de vias nas 31 “cidades”); da conclusão da adutora de Corumbá IV; do início das obras de expansão do Metrô em seis km; da entrega de 50 mil unidades habitacionais do Programa Morar Bem; da inauguração de 112 novas creches; da ampliação do número de Equipes do programa Saúde da Família para 400; e de investimentos de R\$ 532 milhões em obras de saneamento básico e drenagem.

DESAFIOS

Um aspecto relevante a ser considerado é: em torno de quais temas se dará a disputa eleitoral pelo GDF? Diferentemente de outras unidades da federação, sobretudo as mais pobres, a pauta social pode não ser determinante no DF. O Programa Bolsa Família, por exemplo, embora importante para as famílias beneficiadas, alcança menos de 100 mil famílias, pouco mais de 10% do total do Distrito Federal.

Um tema da maior importância é o da geração de empregos de qualidade. Os trabalhadores e especialmente a juventude de Brasília são bastante dependentes do sucesso em concursos públicos para alcançarem empregos de melhor remuneração. Há uma determinada percepção na cidade de que a direita era mais atuante na busca de investimentos produtivos para o Distrito Federal.

Os desafios colocados para o PT do Distrito Federal são enormes, mas dois se destacam:

Diversificação de sua estrutura produtiva: as alternativas envolvem a atração de investimentos industriais para as chamadas cidades satélites e para os municípios da periferia metropolitana, atraindo, conseqüentemente, uma ampla gama de serviços de apoio à atividade industrial.

A diversificação da estrutura produtiva traria diversas conseqüências positivas, tais como:

- a) redução da enorme dependência do setor público em termos de geração de renda e de ocupação;
- b) ampliação da oferta de empregos de maior qualificação e, conseqüentemente, de melhor remuneração;
- c) ampliação da capacidade de arrecadação própria e da capacidade de investimentos;
- d) desconcentração da atividade produtiva, fortemente concentrada no plano piloto;
- e) redução da desigualdade na distribuição social e espacial da renda.

Planejamento integrado DF e Periferia Metropolitana: o Distrito Federal e os 12 municípios que formam a área metropolitana constituem um único mercado de trabalho e de consumo. Não há como fazer o planejamento de uma área sem a articulação com as ações desenvolvidas em outra.

DIAGNÓSTICO GERAL DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL: DEMOGRÁFICO, ECONÔMICO E SOCIAL

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL

O Centro-Oeste, nas últimas quatro décadas, é a região que tem apresentado o melhor desempenho econômico entre as macrorregiões brasileiras. A sua participação no PIB nacional, que em 1970 era de 3,8%, passou para cerca de 10% atuais, o equivalente a 480 bilhões de reais. Esse processo de expansão da atividade econômica iniciou-se no começo do século XX, com um notável processo de ocupação e desenvolvimento econômico da Região Oeste (aqui considerando o Centro-Oeste ampliado¹, incluindo os estados de Tocantins e Rondônia), e teve na fundação de Brasília a expressão maior do processo de interiorização da ocupação e do desenvolvimento do Brasil.

Do início do século até o final da década de 1950, a região recebeu expressivas correntes migratórias que propiciaram um substancial aumento do contingente populacional e da atividade econômica. Estimulada pelo processo de “espraiamento” da economia paulista para além das barrancas dos rios Paraná e Paranaíba, a ocupação da região sofreu forte aceleração nas seis primeiras décadas do século passado, saltando sua população de 370 mil para três milhões. De outro lado, a atividade econômica ampliou-se enormemente

1. A região Centro-Oeste ampliada compreende, além dos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, os estados de Tocantins e de Rondônia, ambos situados na Região Norte, mas com fortes vínculos econômicos e históricos com o Centro-Oeste. O estado de Rondônia foi criado em 1943 (ainda como Território Federal, denominado Guaporé), formado principalmente com terras de Mato Grosso e, em pequena escala, do Amazonas. Já o estado do Tocantins foi criado em 1988, emancipado de Goiás. Com a incorporação dos dois estados, trata-se de uma vasta região com 2,12 milhões de km² (25% do território brasileiro).

com a produção de grãos passando de 210 mil para 1,46 milhão de toneladas entre 1920 e 1960; a criação de gado foi de 5,85 milhões para 10,75 milhões de cabeças no mesmo período.

A partir da fundação de Brasília em 1960, contudo, o processo de ocupação do oeste brasileiro ganhou uma dimensão ainda maior, tendo ela cumprido a função de força motriz do processo de interiorização da economia brasileira. Ela funcionou como ponto de recepção de migrantes das distintas regiões litorâneas e de distribuição rumo às terras desocupadas do oeste, beneficiando-se do fato de ser o epicentro da malha rodoviária nacional, então em estruturação, e que passou por exponencial expansão nas décadas seguintes.

Dessa forma, entre 1960 e 2013, a população da região quase sextuplicou e alcançou 18,2 milhões (9,0% do total nacional); a produção de grãos cresceu para 82 milhões de toneladas em 2013 (43,5% do total nacional) e o rebanho bovino para quase 93 milhões de cabeças no mesmo ano (44% do total nacional).

Muito embora seja ainda uma região de fronteira agrícola, a sua taxa de urbanização chegou a 85%, a segunda maior do Brasil, devido, principalmente, ao modelo agrário predominante. Nela encontram-se duas das principais áreas metropolitanas do país, Brasília com 3,9 milhões de habitantes e Goiânia com cerca de 2,3 milhões; juntamente com a aglomeração urbana de Anápolis, elas formam o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, cuja população é superior a 6,6 milhões de habitantes, com renda disponível para consumo de quase 140 bilhões de reais, o terceiro maior mercado do país, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

A DINÂMICA ECONÔMICA DA REGIÃO NO PERÍODO RECENTE

No período 1960-1980, o rápido crescimento da economia do Centro-Oeste se deu baseado na atividade agropecuária e a expansão desta se fez, sobretudo, pela ampla incorporação de terras ao processo produtivo. A partir da década de 1980, contudo, o Oeste brasileiro tem assentado o crescimento de sua economia e da atividade agropecuária essencialmente num excepcional aumento da produtividade das suas culturas agrícolas.

Sem dúvida, a grande responsável por esta verdadeira revolução no campo foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundada em 1973. Ela desenvolveu sementes de soja, milho, feijão e algodão especialmente adaptadas ao solo do cerrado, resistentes e de elevada produtividade, e fornecidas a baixo custo aos produtores. Paralelamente, houve também a ampliação das áreas irrigadas e o desenvolvimento de tecnologias de correção e manejo do solo, de rotação de culturas, de controle de pragas e de adubação.

Muito embora o maior progresso realizado pela Embrapa tenha sido registrado na pesquisa de grãos, deve-se mencionar que a pesquisa na área da pecuária, especialmente na bovinocultura, teve enorme impacto na economia regional. Como exemplo, em três décadas, o tempo médio para o gado atingir o peso de abate caiu de 72 para 24 meses, em média, na região.

O desenvolvimento tecnológico no campo ocorrido no Brasil neste período, com resultados extraordinários no Centro-Oeste, caracterizou-se, nas suas primeiras fases, pela concentração das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto geográfico. Apenas na sua última fase, quando já havia se consolidado um capitalismo maduro, é que vai ocorrer uma difusão da modernização, tanto em relação aos capitais, como quanto à tecnologia e às formas de organização. O progresso da biotecnologia e a possibilidade de se criar e adaptar sementes permitiu, no espaço de duas gerações, transformar o que parecia um deserto, o cerrado, numa imensa e próspera região agrícola.

E o motor principal deste processo foi, sem dúvida, a soja. De fato, ao longo desses dois decênios, a soja literalmente ganhou as terras do cerrado, parte dela anteriormente ocupada pelo arroz, e avançou em direção às bordas da Floresta Amazônica, mudando a face da região.

Em 1975, o Brasil cultivava 5,65 milhões de hectares de soja e já era o segundo produtor e exportador mundial, com a produção fortemente concentrada na Região Sul, e secundariamente em São Paulo e Minas Gerais (Região do Triângulo). O cultivo da leguminosa no Centro-Oeste começou muito timidamente nos anos 1970 como um espraiamento do cultivo na Região Sul. A partir do noroeste do Paraná, ele alcançou o sul do Mato Grosso do Sul (Região de Dourados) e a partir do Triângulo Mineiro, atingiu o sudeste e o sudoeste de Goiás. Em 1975, o Centro-Oeste cultivava 180 mil hectares da leguminosa (3,3% do total nacional) e, em 1980, a área cultivada avançou para 880 mil hectares (11,3% do país), ainda muito concentrada no sudeste do Mato Grosso do Sul e no sul goiano, mas já tendo o Mato Grosso colhido 56 mil hectares.

Em 1985, a região respondia por 25,4% da área colhida com soja no Brasil, ou 2,45 milhões de hectares, o Mato Grosso do Sul ainda era o maior produtor regional, mas Goiás havia sido superado pelo Mato Grosso, onde despontava a região de Rondonópolis. Em 1995, a área cultivada subiu para 3,38 milhões de hectares (35,7% da área do país), já aparecendo o Mato Grosso como o principal produtor da região, com o crescente cultivo do produto no norte do estado, entre Cuiabá e a fronteira com o Pará.

Em 2000, a soja na região (5,6 milhões de hectares) já representava 41% do total cultivado no Brasil, percentual que cresceu para cerca de 48,4% na safra de 2005, quando foram colhidos mais de 11,3 milhões de hectares,

constituindo-se já na principal região produtora do país, área e percentual que praticamente se mantiveram em 2010. Para se ter uma real dimensão da acelerada expansão da soja na região Centro-Oeste, deve-se registrar que ela respondeu por 1,5% da ampliação da área plantada com soja no país no período 1960-1970; por 15,3% no período 1970-1980; e por nada menos que 79,7% no período 1980/2010. Em 2013, a área plantada com soja cresceu para 13,6 milhões de hectares e a previsão para 2014 é de 14,54 milhões de hectares (49,1% da área total nacional).

Mas se a incorporação de novas áreas à exploração agrícola na região foi extraordinária nas últimas décadas – a área cultivada passou de 6,9 milhões de hectares em 1980 para quase 11 milhões em 2000 e superado os 24 milhões em 2013 – o mais notável foi o desempenho da produtividade.

Dos seis principais grãos cultivados, apenas a produtividade média do arroz na Região Centro-Oeste ficou abaixo da média nacional devido, sobretudo, ao excepcional rendimento médio da rizicultura gaúcha. Mas, mesmo neste caso, a produtividade cresceu 167%, saltando de 1.120 kg/há, em 1980, para 2.985 kg/ha em 2010. No caso da soja, aumentou em 83%, passando de 1.657 kg/há, em 1980, para 3.038 kg/ha em 2010.

Deve-se destacar também o avanço da atividade pecuária regional. A área total de pastagens (naturais e plantadas) teve um pequeno crescimento de 7,8% entre 1980 e 1995, passando de 68,4 milhões de hectares para 76,8 milhões. No mesmo período o efetivo bovino quase duplicou, saltando de 33,93 milhões para 64,53 milhões, o que fez com que a taxa de lotação aumentasse de 0,50 para 0,84 cabeças/hectare.

Já entre 1995 e 2010 houve uma redução substantiva da área ocupada com pastos para 65,8 milhões de hectares; mas o efetivo bovino permaneceu em expansão, alcançando 92,4 milhões de cabeças, com a taxa de lotação de 1,40 cabeças/hectare. Tão expressivo aumento desta taxa em período tão curto decorreu da crescente substituição das pastagens naturais por pastagens plantadas, resultando em significativos ganhos de produtividade.

A produção de leite avançou de forma ainda mais expressiva, com crescimento de 170% no período, para mais de 5 bilhões de litros, ou 20% da produção brasileira. Outros segmentos da pecuária como a suinocultura e a ovinocultura também avançaram, mas o setor de aves teve desempenho excepcional. Entre 1980 e 2010, o efetivo avícola na região cresceu quase 500%, saltando de 20,7 para 120 milhões de cabeças.

O processo de modernização acelerada do setor agrário na região se expressa também na redução do contingente de pessoas ocupadas e na mecanização crescente da atividade agrícola, com significativo impacto social.

Existem na região cerca de 150 mil famílias de agricultores (proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros, cessionários) com acesso precário à terra (insuficiência de área), o que corresponde a aproximadamente 40% das famílias rurais e cerca de 330 mil assalariados dependentes exclusiva ou majoritariamente da renda proveniente da agricultura.

Entretanto, não obstante as distorções geradas no quadro social, a expressiva expansão da atividade agropecuária representou uma mudança no panorama econômico regional. Um dos segmentos que se beneficiou desta situação foi a indústria de alimentos. Os maiores destaques ficam com a indústria de esmagamento e processamento de soja; a indústria de ração animal; a indústria frigorífica (incluindo carne bovina, suína e de frango) e a indústria de laticínios.

Desenvolveram-se também de forma expressiva a indústria de processamento de couro e de algodão e o setor sucroalcooleiro. Da mesma forma, alguns setores voltados para o suprimento da agropecuária também se expandiram. Foi o caso da indústria de fertilizantes (que vai constituir em Uberaba, às portas do Centro-Oeste, o principal parque do país); a indústria de sementes e a de implementos agrícolas.

Outra consequência notável foi o desenvolvimento do setor terciário, estimulado pela forte demanda do setor agroindustrial, pelos investimentos demandados em infraestrutura e, obviamente, pelo consumo de uma população em intenso processo de urbanização. Dessa forma, considerando o fraco desempenho da economia brasileira nas décadas de 1980 e de 1990, a performance dos principais núcleos urbanos da região Centro-Oeste pode ser tida como destacada.

Decerto, malgrado as graves questões sociais, foi a região Centro-Oeste a que apresentou melhor desempenho econômico ao longo das últimas cinco décadas, desde a de 1960. Mesmo considerando-se o maior crescimento populacional da região, observa-se que o Centro-Oeste avançou de forma expressiva em termos de PIB *per capita*, tendo passado de pouco menos de 70% da média nacional, na década de 1970, para o patamar atual de 115%.

FLUXOS MIGRATÓRIOS, CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO ACELERADA

Em relação ao crescimento demográfico, a população regional passou de 8,04 para 18,2 milhões de habitantes entre 1980 e 2013, ou seja, um aumento na sua participação no total da população brasileira de 6,8% para 9,0%. O crescimento populacional na região tem se situado em cerca de um ponto percentual ao ano acima da média nacional, sugerindo a absorção média anual superior a

100 mil migrantes. Estas correntes migratórias são majoritariamente provenientes do Nordeste (especialmente Bahia, Piauí e Maranhão) e de Minas Gerais, mais recentemente há parcelas expressivas advindas da Região Sul, e destinam-se, sobretudo, às áreas metropolitanas de Brasília e de Goiânia.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, o contingente de migrantes representava expressivos 29,8% da população total da região, ao passo que essa taxa era de apenas 11,7% no Sudeste, 11,4% no Norte, 5,5% no Sul, e 2,2% no Nordeste. Tais números revelam a importância das correntes migratórias para a região. Uma parte expressiva, senão majoritária destes migrantes, por ser de origem rural e por estar se deslocando para uma região de fronteira agrícola, buscou uma colocação no campo. Mas, diferentemente do quadro existente no período 1960-1980, devido à modernização e à capitalização da atividade agropecuária, o meio rural do Centro-Oeste não mais absorvia, mas ao contrário, suprimia postos de trabalho e expulsava população.

Desta forma, a alternativa para estas pessoas passou a ser o deslocamento para os centros urbanos da região, o que vai explicar o excepcional crescimento da taxa de urbanização local. Esta movimentação significou um acentuado crescimento demográfico dos principais núcleos urbanos regionais, notadamente aqueles que polarizam as regiões agrícolas mais prósperas. Nessas cidades, tem ocorrido uma relativa oferta de empregos, seja no setor terciário voltado para o atendimento das demandas da atividade agropecuária, seja na emergente atividade agroindustrial ou mesmo como assalariado temporário em atividades agrícolas.

Estes centros urbanos consolidaram-se como polos das áreas onde predomina a atividade agrária moderna e capitalista, tecnicizada e de elevada produtividade, constituindo-se em verdadeiros bolsões de prosperidade, dividindo espaço com outras áreas em que prevalece uma agricultura atrasada, de subsistência e de baixíssima produtividade, e cujos núcleos urbanos encontram-se absolutamente estagnados. A prosperidade de algumas áreas contrasta com a estagnação observada em vastas porções do território da região, como o centro-norte goiano, o leste e nordeste mato-grossense, o centro-norte e a zona pantaneira do Mato Grosso do Sul.

O PAPEL DE BRASÍLIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A FORMAÇÃO DO EIXO BRASÍLIA-ANÁPOLIS-GOIÂNIA

O que Brasília tem de singular? A principal vocação estratégica de Brasília, ou mais precisamente do Eixo Brasília-Goiânia, continua sendo a sua condição de “portão de entrada” para a mais dinâmica região do país, por estar no entroncamento de dois dos principais eixos de conexão do país: ao sul, com

os principais mercados consumidores e grandes portos exportadores (Santos, Paranaguá, Sepetiba e Tubarão) e ao norte, com os portos de Itaqui (São Luís) e Vila do Conde (Belém).

As escalas das transformações ocorridas na região Centro-Oeste no último século, e, particularmente, nas últimas cinco décadas, foram de tal magnitude que a colocaram numa situação de relativo destaque no cenário nacional. Hoje, contudo, trata-se de definir novos rumos, e a questão da industrialização tem enorme relevância. Durante muitos anos os investimentos industriais não somente deixaram de ser estimulados no Distrito Federal, mas foram mesmo desestimulados, na medida em que a cidade foi planejada para desempenhar exclusivamente funções de natureza político-administrativa.

Uma das consequências mais marcantes do processo de ocupação e desenvolvimento da região Centro-Oeste foi a extraordinária expansão de suas duas principais cidades, Brasília e Goiânia. Distantes entre si pouco mais de 200 Km, as duas cidades desenvolveram-se quase que alheias uma à outra, mas nos últimos anos, a intensificação dos fluxos econômicos com a região de influência comum e objetivos estratégicos convergentes as têm aproximado. Atualmente desenha-se claramente um eixo de desenvolvimento interligando as áreas metropolitanas de Brasília e Goiânia, incluindo a aglomeração urbana de Anápolis, localizada entre ambas.

O desenvolvimento das duas metrópoles obedeceu, contudo, a processos distintos. Nas suas duas primeiras décadas de existência, Brasília teve seu dinamismo garantido pelo processo de consolidação como capital da República, compreendendo a forte atividade de construção e sua constituição em centro político-administrativo, atraindo fluxos migratórios das mais diversas partes do país. Em 1970, sua população já superava os 500 mil habitantes e em 1980 aproximava-se de 1,2 milhão. Se até então o crescimento esteve circunscrito aos limites do quadrilátero, ele passou a extrapolar esses limites, iniciando a formação de um aglomerado urbano com vários municípios goianos que se situam em seu entorno, constituindo-se numa efetiva área metropolitana.

Esse processo tem sido alimentado por fortes e crescentes fluxos migratórios. Estima-se, com base em dados do *Censo Demográfico* de 2000 e de 2010, em cerca de 50 mil/ano o fluxo líquido de migrantes para a área metropolitana de Brasília nas décadas de 1990 e de 2000, sendo cerca de 40% no Distrito Federal e 60% nos municípios da periferia, o chamado “entorno metropolitano”. Em 2013, a área metropolitana de Brasília alcançou população de 3,9 milhões de habitantes.

Já o surgimento de Goiânia foi decorrência do deslocamento do eixo dinâmico da economia estadual de sua região oeste, polarizada pela cidade de

Goiás, decadente núcleo urbano do ciclo da mineração, para a região sudeste, onde despontavam as cidades de Ipameri, Catalão e principalmente Anápolis. Construída a partir de 1933, e capital estadual a partir de 1937, a transferência das atividades político-administrativas e as demandas por elas geradas foram o primeiro impulso para o seu crescimento. Em 1940, já era a principal cidade do estado, com 40 mil habitantes, mas apenas 15 mil em sua área urbana.

Na década de 1940, em pleno processo da “Marcha para Oeste”, movimento lançado no fim da década anterior pelo governo Vargas, Goiânia se consolidou como mais populosa cidade do estado, mas ainda travava disputa com Anápolis pela condição de principal centro econômico. Esta se tornara o maior centro do comércio atacadista goiano e beneficiara-se da expressiva expansão da rizicultura no estado. Era para Anápolis que convergia a quase totalidade da produção de arroz goiano (e parte da produção do norte do Mato Grosso) destinada ao beneficiamento e à comercialização.

Esta disputa econômica só vai se resolver a favor de Goiânia na década de 1950, quando ela passou a dividir com Uberlândia a condição de principal entreposto de comercialização da produção agrícola do sudoeste goiano, região que rapidamente se constituiu na principal área de atividade agropecuária do estado. Em 1950, com 76 mil habitantes, alcançava a condição de principal cidade do Centro-Oeste, e consolidava-se como principal centro comercial e de serviços de uma economia em franca expansão, passando a receber importantes contingentes migratórios, principalmente do interior do estado e de Minas Gerais.

Em 1960, quando Brasília foi fundada, Goiânia já comportava uma população urbana de 132 mil pessoas e o conjunto dos municípios que hoje formam sua área metropolitana alcançava 182 mil habitantes. No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a cidade ampliou suas funções econômicas tornando-se então o principal centro de suprimento de bens e serviços para as regiões agrícolas do estado, notadamente a próspera região sudoeste. Em 1970, a população da cidade alcançava 380 mil habitantes, e já começava a se desenhar sua futura área metropolitana, somando então com os municípios vizinhos, 424 mil habitantes.

A década de 1970 vai ser a de transição da atividade agrária na região Centro-Oeste; de seu estágio semi-capitalista para o de plena hegemonia capitalista, processo que vai se consolidar nas duas décadas seguintes. Este processo de modernização da atividade agrícola regional teve em Goiânia seu centro difusor. A cidade comandou a acentuada expansão do consumo intermediário (fertilizantes, sementes, implementos agrícolas etc.), resultando na forte expansão da produtividade e no conseqüente aumento da produção e colheu as

vantagens deste processo, pois ampliou sua influência para além das fronteiras do estado e para ela passaram a convergir grande parte das riquezas geradas em sua ampla área de influência.

Em 1980, a população de sua área metropolitana já ganhara contornos mais definidos, duplicando sua população para 808 mil habitantes. Posteriormente, esta cresceu para 1,2 milhão em 1991; 1,6 milhão em 2000; e 2,3 milhões em 2013, consolidando-se efetivamente como uma das principais metrópoles nacionais. Neste contexto de rápida ocupação e transformação do Centro-Oeste brasileiro, o notável crescimento de Brasília e o igualmente acelerado crescimento de Goiânia, além da emergência de ambas como metrópoles nacionais consolidaram estas duas cidades como polos de toda a região, consolidando um novo eixo de desenvolvimento formado por Brasília-Anápolis-Goiânia²

Em resumo, entre 1970 e 2013, a área metropolitana de Brasília cresceu de 625 mil para 3,9 milhões de habitantes; a de Goiânia, de 425 mil para 2,3 milhão e a da aglomeração urbana de Anápolis de 120 mil para 400 mil. No total, a população passou de 1,17 milhão para 6,6 milhões. Nada menos que 40% do crescimento da população urbana de toda a região Centro-Oeste concentrou-se neste eixo.

AS RAÍZES HISTÓRICAS DO BAIXO NÍVEL DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO

Não obstante o avanço ocorrido nas duas últimas décadas, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização de sua economia, situando-se no último posto entre as cinco macrorregiões do país. Em 2011, ela respondeu por cerca de 4% da produção industrial do país, muito inferior à participação da região no PIB nacional (10%). De todo modo, pode-se perceber seu crescimento, pois em 1970 participava com apenas 0,8%; em 1980 com 1,1% e em 1990 com 1,8%. Para efeito de comparação, Santa Catarina, com população equivalente a um terço da existente no Centro-Oeste, ostentava em 2011 uma produção industrial de quase 6% do total nacional.

Certamente que o baixo grau de industrialização da região está relacionado à inegável vocação do Centro-Oeste para a atividade agropecuária e à formação muito recente de sua economia. Mas talvez o fator decisivo tenha sido o fato do Estado brasileiro não ter dedicado ao Centro-Oeste a mesma atenção

2. O eixo Brasília-Goiânia é apresentado neste estudo como um eixo de desenvolvimento compreendendo a área metropolitana de Brasília, a área metropolitana de Goiânia e a aglomeração urbana de Anápolis. Sua proposição foi feita no estudo "O eixo Brasília-Goiânia como foco dinâmico da economia do Brasil central", elaborado em março de 2000 por Júlio Miragaya, então presidente do Sindicato dos Economistas/DF. Esta definição foi adotada pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do governo de Goiás no estudo "Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília", elaborado em 2002.

que às demais regiões periféricas (Nordeste, Norte e Sul) na fase mais importante do desenvolvimento industrial nacional, isto é, quando ele teve papel ativo na definição da localização dos investimentos industriais (por meio de projetos estatais ou de políticas que favoreciam a desconcentração industrial).

A ausência de estímulo à atividade industrial não atingiu apenas Brasília, mas praticamente toda a Região Centro-Oeste, embora em menor intensidade. O fato de a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco) ter sido a última das superintendências regionais criadas – cujo objetivo era, entre outros, a promoção da industrialização). Além disso, ela foi a que dispôs de menor estrutura e suporte por parte do governo federal e foi a primeira a ser extinta.

Mais do que isto, enquanto as demais regiões foram contempladas com instituições financeiras federais de fomento, tais como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no Nordeste; o Banco da Amazônia (BASA), no Norte e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), no Sul, o Centro-Oeste ficou privado de tal instrumento que se mostrou de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento econômico, particularmente o industrial.

A partir dos anos 1980, quando o país vivenciou um forte processo de desconcentração industrial, com o deslocamento dessas atividades das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro em direção aos estados da região Sul, ao centro-sul de Minas Gerais e ao interior de São Paulo, o Centro-Oeste e Brasília mais uma vez se viram excluídos.

Do mesmo modo, não houve nenhum grande investimento industrial estatal na região, como por exemplo, a Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás na Região Norte; o Polo Petroquímico de Camaçari e o Complexo de Suape no Nordeste; o Polo Petroquímico de Triunfo e a Refinaria de Araucária na Região Sul. Não é fortuito, portanto, o reduzido grau de industrialização regional.

○ PROCESSO EM CURSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Em 1970, 57% do produto industrial brasileiro concentrava-se nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro (44% e 13%, respectivamente). Já em 1990, esta porcentagem havia refluído para 33,4%. O deslocamento se deu, sobretudo, em direção à região Sul (que passou de 12% para 17,4%), a Minas Gerais (de 6,3% para 8,8%), e notadamente ao interior de São Paulo (de 14% para 23%). Formou-se com isso um polígono que passa pela grande Vitória, região metropolitana de Belo Horizonte, pelas aglomerações urbanas de Uberlândia, São José do Rio Preto, Londrina e a região metropolitana de Porto Alegre, ficando o Centro-Oeste e Brasília precisamente no limite externo deste polígono.

Este processo, para alguns autores como Diniz e Crocco em *Dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*, constitui-se na verdade numa reconcentração que envolve um território muito mais amplo que as duas grandes áreas metropolitanas do país. No entanto, o Centro-Oeste ficou às margens da desconcentração espacial da atividade industrial em curso no país nos últimos 30 anos.

Nesse período, vultosos investimentos têm sido feitos nesta área de expansão industrial (duplicação de rodovias, novos gasodutos, investimentos em ampliação e melhoria da malha ferroviária e hidrovária). Inversões que tendem a acentuar as vantagens comparativas locais desta região em relação às demais áreas do país. A simples observação do mapa permite constatar que o Eixo Brasília- Anápolis-Goiânia fica exatamente no limite exterior deste contorno, isto é, do processo de desconcentração espacial da indústria, assim como tem ficado também às margens desses novos investimentos em infraestrutura.

O desafio para a região é se inserir no “novo mapa” da localização industrial brasileira e capitalizar parte desse processo de desconcentração ainda em curso. Deve-se destacar ainda a relativa proximidade do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia nacional. Aliás, o acentuado crescimento nos últimos anos de algumas cidades médias (Joinville, Caxias do Sul, Londrina, Uberlândia, Vitória) e mesmo de algumas metrópoles (Curitiba, Campinas, Fortaleza) com base na expansão industrial vem desmistificar o argumento daqueles que hoje descartam a indústria como fator de desenvolvimento econômico.

Portanto, se houve um excepcional avanço da atividade agropecuária nas últimas décadas no Centro-Oeste, o mesmo não pode ser dito com relação à industrialização, cujo grau permanece baixíssimo, que responde por cerca de 4% da produção industrial nacional, percentual muito inferior à participação da região no PIB nacional, de cerca de 10%. O Centro-Oeste deve buscar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva, estabelecendo como desafios transpor a linha divisória do novo mapa da realocação da indústria brasileira, inserir-se nesta nova fronteira e capitalizar parte deste processo ainda em curso.

OS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO NA INFRAESTRUTURA

É preciso ter claro que a consolidação do processo de desenvolvimento, e num sentido mais específico, de industrialização da região não se dará por acaso. Se é verdade que algumas condições fundamentais estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor e grande disponibilidade de

vários insumos industriais, há grandes entraves na área de infraestrutura, e uma boa oferta neste setor é fator decisivo na alocação dos investimentos industriais.

Ocorre que, nos últimos anos, os principais investimentos em infraestrutura têm se concentrado no polígono anteriormente descrito, tais como a rodovia do Mercosul (duplicação das rodovias que interligam Belo Horizonte-São Paulo-Curitiba-Florianópolis-Porto Alegre); o gasoduto Brasil-Bolívia e o ramal São Paulo-Porto Alegre; a Hidrovia do Paraná-Tietê etc., inversões que tendem a acentuar as vantagens comparativas locais desta região em relação às demais áreas do país.

Os principais gargalos na infraestrutura da região se encontram notadamente nas áreas de transportes e de energia. Tais gargalos encontram-se notadamente nas áreas de transportes e de energia. A insignificante malha ferroviária regional, a insuficiente e precária rede rodoviária e a subutilizada rede hidroviária trazem graves dificuldades para o escoamento da enorme e crescente safra de grãos, tanto para os principais centros urbanos do país quanto para o mercado externo.

AS OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO E A EXPANSÃO INDUSTRIAL

Alguns dos gargalos que persistem e entram as perspectivas de um efetivo desenvolvimento industrial se localizam principalmente na área de infraestrutura econômica. Dessa forma, a realização de investimentos em infraestrutura é uma condição básica para a região avançar em seu processo de desenvolvimento.

O Centro-Oeste deve almejar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva. É notório que o país vivencia, há cerca de 30 anos, um processo de desconcentração da atividade industrial. O desafio para a região é transpor a linha divisória do novo mapa da localização da indústria brasileira, inserir-se dentro desta nova fronteira e capitalizar parte deste processo de relocalização da atividade industrial, ainda em curso.

Algumas condições para almejar o objetivo estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor (e, no caso do Distrito Federal, com renda média acima do dobro da média nacional), o alto grau de instrução da população, razoável infraestrutura econômica, variada disponibilidade de insumos industriais e ampla base produtiva no setor agropecuário. Somente a região metropolitana de Brasília representa hoje mercado de 3,9 milhões de pessoas, com renda disponível para consumo de cerca de R\$ 90 bilhões (o equivalente a quase 3% do total nacional), configurando-se como o terceiro maior mercado consumidor do país. Se considerarmos o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, este mercado ascende a 6,6 milhões, com renda disponível para consumo em torno de R\$ 140 bilhões. Enfim, as condições para o desenvolvimento industrial da Região Centro-Oeste são amplamente

favoráveis, devendo a sociedade local se armar de uma estratégia para a sua efetiva promoção.

No caso específico da área metropolitana do Distrito Federal, a estratégia de industrialização deve buscar atrair para o DF os segmentos intensivos em capital e tecnologia (informática, por exemplo) e os segmentos intensivos em mão de obra (alimentação e bebidas, calçados e confecções, metalurgia, mobiliário etc.) para a periferia metropolitana, mais adequados ao perfil da mão de obra local. Isto geraria pelo menos quatro consequências diretas e positivas para o DF: a) reduziria a pressão sobre o mercado de trabalho do DF; b) atrairia investimentos em atividades de apoio ao setor industrial (serviços de manutenção, financeiros, de transporte, comercialização etc.) que em boa parte se instalariam no DF; c) aumentaria o poder aquisitivo da população local, que em larga medida seria dispendido no DF; e d) aumentaria a capacidade de arrecadação das prefeituras locais e, conseqüentemente, a capacidade de investimento na ampliação e melhoria dos serviços e equipamentos urbanos, reduzindo a pressão sobre os mesmos do DF.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO

Dentre os principais investimentos previstos e em curso na região, os principais concentram-se no setor de transportes. Dada suas características específicas – grande produtora de *commodities* que precisam percorrer grandes distâncias, tanto em relação aos grandes centros consumidores quanto aos principais portos exportadores – a infraestrutura de transportes assume uma importância vital para a região. Atualmente, a insuficiente e precária rede rodoviária, a insignificante malha ferroviária regional e a subutilizada rede hidroviária trazem graves dificuldades para o escoamento da enorme e crescente safra de grãos.

Ao nos defrontarmos com os problemas na logística de transportes, emerge o debate sobre as várias alternativas existentes que, de fato, não têm sido devidamente consideradas. Tal situação deriva do desmonte da área de planejamento de transportes ocorrida no país nos últimos anos. Análise elementar, entretanto, revela que há várias alternativas de escoamento da produção agrária regional que são muito mais vantajosas se comparadas à realizada pelos portos de Santos e Paranaguá. Essas várias alternativas de escoamento envolvem as três modalidades de transporte.

A Região Centro-Oeste tem dois principais eixos de conexão: a) ao sul, com os principais mercados consumidores do país e grandes portos exportadores (Santos, Paranaguá, Sepetiba e Tubarão); b) ao norte, com os portos de Itaqui, Belém e Vila do Conde e os localizados ao longo do rio Amazonas (Santarém e Miritituba), possibilitando acesso privilegiado aos mercados europeu,

caribenho e norte-americano. Há, ademais, duas outras conexões secundárias: c) com os portos do Pacífico (Ilo, Mollendo e Matarani, no Peru e Antofagasta, Arica e Iquique, no Chile) pela nova rodovia Transoceânica, possibilitando acesso aos mercados da Bacia do Pacífico com redução significativa nos custos de transporte das exportações de grãos direcionadas ao mercado asiático; d) com a Bacia do Prata (rios Paraguai e Paraná), conectada aos mercados do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai).

São muitos os investimentos em infraestrutura necessários para alavancar a competitividade da atividade agropecuária regional e impulsionar um processo de industrialização. Em relação à ampliação e melhoria da malha rodoviária outros projetos, além dos já citados, são fundamentais para a região: pavimentação da BR-163 entre Guarantã do Norte (MT) e Santarém (PA), que permite o escoamento da safra do centro-norte matogrossense nos portos da calha do rio Amazonas; e a pavimentação da BR-158 entre Ribeirão Cascaheira (MT) e fronteira MT/PA, possibilitando o escoamento da safra do leste matogrossense pelo porto de Itaqui (MA).

No plano rodoviário, devem ser citados ainda a pavimentação dos trechos da BR-230 (Transamazônica) entre Altamira e Marabá (500 km) e entre Altamira e Rurópolis (300 km), conectando as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Também a pavimentação da BR 319, ligando Manaus a Porto Velho e a construção de uma rodovia entre Itaituba e Itacoatiara (400 km), que permita a ligação exclusivamente por via rodoviária entre Manaus e o Centro-Sul do país, através da BR-163.

Em relação à ampliação da malha ferroviária na região, dois projetos estão em curso: a) a extensão da Ferronorte, desde Alto Araguaia, em direção a Rondonópolis e Cuiabá (facilitando a ligação do território mato-grossense com os portos de Santos e Paranaguá) e b) a extensão da Ferrovia Norte-Sul na direção do sul do Estado de Tocantins e do centro de Goiás (conectando esta região com o porto de Itaqui). Nesse cenário, o porto de Itaqui surge como uma excepcional alternativa para o escoamento da produção da região Centro-Oeste, pela proximidade com as regiões produtoras, por ser um porto não saturado, apropriado a atracagem de grandes navios graneleiros e por estar mais próximo dos mercados consumidores do hemisfério norte.

Destaque ainda para os projetos de implantação, pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) ligando Figueirópolis (TO), no traçado da Ferrovia Norte-Sul, ao porto de Ilhéus (BA); e da Ferrovia Centro-Oeste (FICO) ligando Uruaçu (GO), também na Ferrovia Norte-Sul, às cidades de Lucas do Rio Verde (MT) e Vilhena (RO), interligando o porto de Ilhéus (BA) às regiões graníferas do Oeste da

Bahia, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. Deve ainda ser mencionado o projeto de construção do ramal ferroviário Luziânia-Unai-Pirapora que conecta a região com a Ferrovia Vitória-Minas e com o porto de Tubarão (ES).

Com relação a hidrovias, merecem destaque: a) melhorias na hidrovia do Madeira, entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM); b) prolongamento da hidrovia Paraná-Tietê até Anhanguera (GO); c) investimentos na hidrovia do Paraguai; d) aprofundamento dos estudos de viabilidade das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Teles Pires-Tapajós. Em suma, a realização desses vultosos investimentos em infraestrutura é uma condição básica para a região dar um salto em seu processo de desenvolvimento.

No setor de energia, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE 2006-2015) do Ministério das Minas e Energia observa-se que a matriz energética nacional deverá passar por sensível transformação nos próximos anos. Algumas fontes – como o gás natural, a biomassa, o carvão e a nuclear – devem aumentar suas participações na matriz com o deslocamento principalmente da energia hidráulica.

Toda a região Brasil Central está atualmente interligada ao sistema nacional, com a recente interligação de Rondônia e do noroeste de Mato Grosso, com a conclusão da Linha de Transmissão Samuel (RO)-Jauru (MT), com 947 km de extensão.

O PDEE, em seu cenário de expansão da oferta de energia, prevê grandes investimentos na região. Em relação às usinas hidrelétricas, destacam-se as seguintes: Estreito, no rio Tocantins, com potência de 1.087 MW (operação em dezembro/2010); Dardanelos, no rio Aripuanã, com 261 MW (operação em dezembro/2010); Jirau, no rio Madeira, com 3.300 MW (operação em janeiro/2011); São Salvador, no rio Tocantins, com 243 MW (operação em março/2011); Santo Antônio, no rio Madeira, com 3.150 MW (operação em janeiro/2012); Água Limpa, no rio das Mortes, com 320 MW (operação em maio/2012); Serra Quebrada, no rio Tocantins, com 1.328 MW (operação em dezembro/2012); Tocantins, no rio Tocantins, com 480 MW (operação em dezembro/2012); Torixoréu, no rio Araguaia, com 408 MW (operação em maio/2013) e Tupirantins, no rio Tocantins, com 620 MW (operação em novembro/2013). Em relação às usinas termelétricas, o principal projeto é da UTE de Três Lagoas (MS), movida a gás natural, com potência de 350 MW e operação em janeiro/2008.

A ampliação da oferta de energia na região a partir do gás natural deverá se dar com base na disponibilidade do insumo oriundo dos campos de produção bolivianos (o gasoduto Brasil-Bolívia corta o Mato Grosso do Sul; um ramal desse gasoduto chega à Cuiabá e outro ramal está em estudos, devendo alcançar Goiânia e Brasília, a partir de Araraquara (SP), passando pelo Triângulo Mineiro)

e do campo de Urucu (AM), com a construção de um ramal do gasoduto que levará o gás até Porto Velho. Outra fonte de energia que deve experimentar forte expansão de sua oferta na região é a oriunda de biomassa; ela será tratada de forma detalhada mais adiante quanto ao seu impacto na produção agrícola.

A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NO CENTRO-OESTE E NO DF

A região Centro-Oeste tende a continuar sendo, pelo menos nos próximos 20 ou 30 anos, a região de melhor desempenho econômico do país, em face notadamente de seu enorme potencial no setor agropecuário (setor em que o Brasil deverá assumir uma posição de crescente destaque) e das perspectivas de desenvolvimento a ele associadas. O planejamento das ações futuras para o Distrito Federal e sua região visando a superação dos entraves ao seu pleno desenvolvimento demanda a elaboração dos possíveis cenários para as principais variáveis, particularmente demográficas e econômicas.

As projeções de saldo migratório anual até 2030 permitem concluir que o crescimento na região permanecerá bem acima do registrado na média do país, conforme observado na Tabela 1 e Gráfico 1.

Em relação ao Distrito Federal, se mantidas as atuais tendências, a população deve alcançar cerca de 3,25 milhões de habitantes em 2020; a projeção de crescimento para os 12 municípios goianos que compõem sua periferia metropolitana é de 1,35 milhão. Isso totalizaria 4,6 milhões de pessoas na área metropolitana de Brasília. Em 2030, alcançaria 5,5 milhões, conforme o Gráfico 2.

Tabela 1

**Distrito Federal – Saldo migratório anual em anos de referência
2010-2030**

Região/UF	2010	2015	2020	2025	2030
Norte (1)	11.147	10.754	10.360	9.966	9.572
Nordeste	- 149.375	- 143.939	- 138.498	- 133.056	- 127.617
Sudeste	71.463	68.939	66.414	63.886	61.363
Sul	- 3.802	- 3.667	- 3.534	- 3.398	- 3.265
Centro-Oeste	70.871	68.367	65.864	63.359	60.851
RO	2.037	1.966	1.894	1.822	1.749
TO	2.453	2.367	2.280	2.194	2.106
MT	8.192	7.903	7.614	7.324	7.034
GO	39.060	37.679	36.299	34.918	33.538
DF	21.261	20.509	19.758	19.007	18.255
MS	- 2.132	- 2.057	- 1.981	- 1.906	- 1.831

Fonte: IBGE.

Gráfico 1

Distrito Federal – Saldo migratório anual em anos de referência (por número de habitantes)
2010, 2020 e 2030

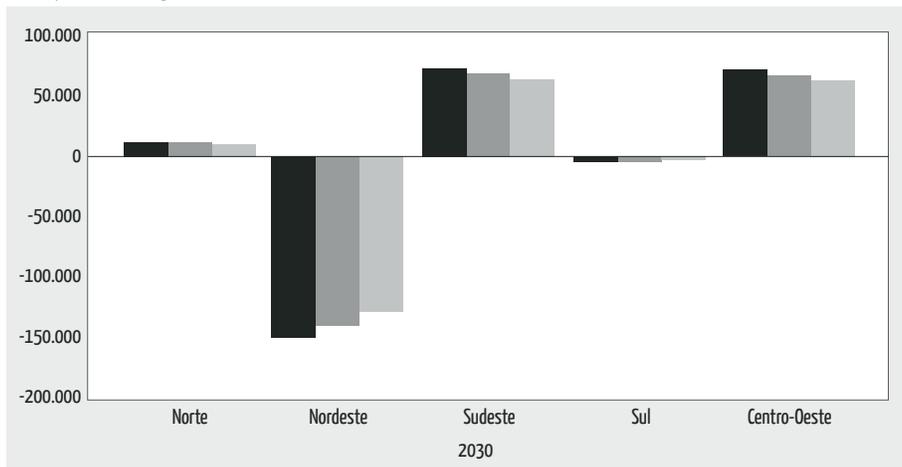
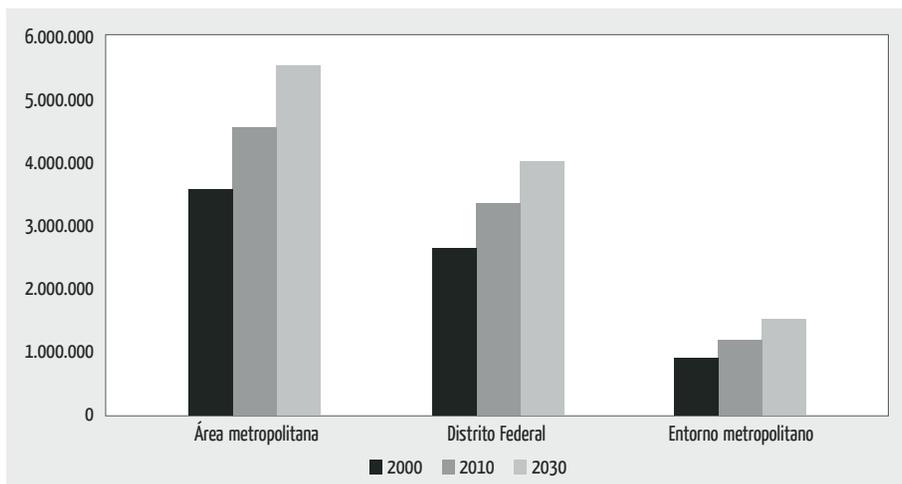


Gráfico 2

Evolução e estimativa populacional na área metropolitana de Brasília (por número de habitantes)
2010, 2020 e 2030



Para a área metropolitana de Goiânia, as projeções apontam para um contingente populacional de 2,75 milhões em 2020 e de 3,4 milhões em 2030, ao passo que para a aglomeração urbana de Anápolis, projeta-se res-

pectivamente 500 mil e 650 mil habitantes. Dessa forma, para o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia as projeções são de 7,85 milhões em 2020 e 9,55 milhões em 2030.

Em relação ao mercado de trabalho no Distrito Federal e sua área metropolitana, mantidas as atuais tendências, a PEA desta última deverá crescer para 2,5 milhões em 2020 (1,75 milhão no DF e 750 mil na periferia metropolitana).

A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NO CENTRO-OESTE

Da mesma forma, é de se esperar um desempenho da economia do Centro-Oeste acima da média nacional. Conforme visto anteriormente, o PIB *per capita* da região passou do equivalente a 67% da média nacional na década de 1970 para atuais 112%.

Mantida a tendência, e considerando a projeção populacional, o Quadro 02 apresenta a projeção do PIB *per capita* e do PIB da região Centro-Oeste até 2030. Em dólares constantes de 2009, o PIB regional deverá superar em 2030 o patamar de 533 bilhões, representando quase 13% do PIB nacional.

Tabela 2

**Centro-Oeste – Projeção do PIB *per capita* e do PIB da região
2015 a 2030**

	PIB <i>per capita</i> (US\$)			População (mil)	PIB (US\$ bilhões)		
	Brasil	CO/BRA	CO	CO	CO	BRA	CO/BRA
2010	10.820	115,0	12.443	17.047,0	212,1	2.089,0	10,15
2015	13.020	117,5	15.299	18.708,6	286,2	2.615,7	10,94
2020	15.930	120,0	19.116	19.952,9	381,4	3.299,7	11,56
2025	19.600	122,5	24.010	21.137,0	507,5	4.164,3	12,19
2030	24.290	125,0	30.363	22.182,0	673,5	5.257,3	12,81

Fonte: Banco Mundial e Cálculos Ibrase.

DEMOGRAFIA

Este ano, 2014, quando o Brasil tornou-se sede da 20ª Copa do Mundo de Futebol, a população mundial alcançou o incrível número de 7 bilhões de habitantes, sendo que 4 bilhões vivendo em cidades. Desse total, quase a metade (1,8 bilhão de pessoas) estará residindo em pouco mais de 400 aglomerados urbanos com mais de 1 milhão de habitantes espalhados pelo planeta, sendo 25 delas no Brasil.

Dos residentes em grandes cidades, cerca de 1 bilhão estarão concentrados em 100 metrópoles com população superior a 4 milhões de habitantes, e Brasília fará parte deste seletto grupo, juntamente com outras cinco metrópoles brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife) e 36 dessas metrópoles, sendo duas brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro) terão mais de 10 milhões de habitantes, num contingente de 550 milhões.

A população do Distrito Federal cresceu nas últimas décadas num ritmo bem mais acelerado que a das demais unidades federativas brasileiras. Segundo o IBGE, tal situação permanecerá até 2030. Nesse período, o DF deverá incorporar mais um milhão de habitantes à sua população. Isso significa, por exemplo, que somente no Distrito Federal cerca de 550 mil pessoas se incorporarão à População Economicamente Ativa (PEA) nos próximos 17 anos. Se considerarmos a periferia metropolitana, serão mais 340 mil pessoas “chegando” à PEA.

Considerando que o DF gera mais de 50% das ocupações da população residente na periferia metropolitana, pelo menos mais 170 mil pessoas

residentes nessa região procurarão emprego no DF, elevando para 720 mil a necessidade de criação de novos empregos. Esta cifra é apenas para ocupar os novos integrantes da PEA, sem considerar a necessidade de gerar ocupação para cerca de 280 mil que estão atualmente desempregados na Área Metropolitana de Brasília (AMB), o que elevaria o total de novos empregos a serem criados para 1 milhão.

No que toca à habitação, apenas no Distrito Federal, serão necessárias 300 mil novas casas e apartamentos nos próximos 17 anos; com relação à saúde, a demanda para serviços direcionados à população idosa deverá crescer de forma acentuada; o mesmo ocorrerá na educação, pois as demandas para novas matrículas no ensino médio e no ensino superior deverão aumentar substancialmente; na área de transportes, o aumento da frota de veículos particulares, previsto em mais 1,5 milhão de carros, provocará o colapso do sistema de transportes caso o fluxo não seja direcionado para o transporte coletivo de passageiros.

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO DF EM 2030

A população do Distrito Federal, segundo estimativa do IBGE, alcançou 2,79 milhões em 2013. Comparando-se com o resultado apurado no Censo Demográfico de 2010, de 2,57 milhões de habitantes (ou 2,606 milhões no resultado ajustado), são 184 mil novos residentes na capital da República em apenas três anos, ou seja, o equivalente a uma cidade de mais de 60 mil habitantes a cada ano. A taxa média geométrica de crescimento anual de 2,3% é mais que o dobro da média brasileira.

O mesmo IBGE projeta população de 3,773 milhões em 2030, ou seja, mais um milhão de pessoas nos próximos 17 anos, contingente próximo às atuais populações de grandes cidades como Goiânia (GO) ou Campinas (SP).

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DA PERIFERIA METROPOLITANA DO DF EM 2030

A população da Periferia Metropolitana (PM) de Brasília apresentou uma forte aceleração da Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual (TMGCA) a partir de 1970. Entre 1970, quando a população era de 100 mil habitantes, e 1980, quando alcançou 196,2 mil, ela foi de 6,97% ao ano; diminuiu a 6,79% entre 1980 e 1991, quando a população saltou para 404,3 mil; e chegou a 7,08% entre 1991 e 2000, quando o contingente populacional atingiu 748,3 mil habitantes. Entre 2000 e 2010, houve uma forte desaceleração da TMGCA para 2,97%, levando a população a 1.002,9 mil pessoas.

A estimativa populacional do IBGE para o conjunto da periferia metropolitana em 2013 é de 1,065 milhão. A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), realizada pela Codeplan, contudo, estimou a população na região em 2013 em 1,129 milhão. Dessa forma, com base na estimativa da PMAD, observa-se uma reaceleração da TMGCA para 4,03%. A população da PM de Brasília manteve a trajetória de participação crescente no total da população metropolitana, que de 20,2% em 1991, passou a 26,4% em 2000, 27,3% em 2010, alcançando em 2013, 28,8%.

A TMGCA estimada para a periferia metropolitana de Brasília, de 4,03%, é cerca de 70% superior à taxa estimada para o Distrito Federal (2,35%). Como para 2030 não há estimativa realizada pelo IBGE, admitiu-se três hipóteses de variação da TMGCA da periferia metropolitana de Brasília para os próximos 17 anos:

- A) 50% superior à projetada para o núcleo metropolitano (DF);
- B) 40% acima, e
- C) 30% acima.

Sabendo-se que a TMGCA no Distrito Federal foi estimada pelo IBGE em 2,08% entre 2013 e 2020 e em 1,59% entre 2020 e 2030, pode-se estimar as seguintes TMGCA da PM de Brasília:

- Hipótese A: 3,12% no primeiro período e 2,39% no segundo;
- Hipótese B: 2,91% no primeiro período e 2,23% no segundo; e
- Hipótese C: 2,70% no primeiro período e 2,07% no segundo.

Sendo assim, a população da Periferia Metropolitana de Brasília passaria na hipótese A para 1.383 mil habitantes em 2020, representando 30% da população metropolitana projetada de 4.606 mil habitantes; e a 1.751 mil habitantes em 2030, representando 31,7% da população metropolitana de 5.524 mil habitantes.

Na hipótese B, passaria a 1.363 mil habitantes em 2020, representando 29,7% da população metropolitana projetada de 4.586 mil habitantes; e a 1.699 mil habitantes em 2030, representando 31% da população metropolitana de 5.472 mil habitantes.

Já na hipótese C, aumentaria para 1.344 mil habitantes em 2020, representando 29,4% da população metropolitana projetada de 4.567 mil habitantes; e a 1.649 mil habitantes em 2030, representando 30,4% da população metropolitana de 5.422 mil habitantes.

Admitindo-se como mais plausível o cenário intermediário, o conjunto da Área Metropolitana de Brasília, isto é, o Distrito Federal e os 12 municípios goianos vizinhos, passaria de uma população de 3,905 milhões de habitantes em 2013 para 5,472 milhões em 2030.

Tabela 3

População na periferia metropolitana de Brasília (recensseada IBGE 2010, estimativa IBGE 2013 e estimativa PMAD/Codeplan 2013)

Município	Área (km ²)	População IBGE						Estimativa 2013 total		
		Total urbana	Censo Demográfico 2010		População 2010 revisada - estimativa ⁽²⁾					
			Rural	Urbana	Rural ⁽¹⁾	Ajustada	Total		Urbana	Rural
Águas Lindas de Goiás	188,38	159.378	159.138	240	159.138	163.399	163.153	246	177.890	
Alexânia	847,89	23.814	19.676	4.138	19.676	24.415	20.173	4.242	25.468	
Cidade Ocidental	389,99	55.915	43.654	12.261	53.585	57.326	54.937	2.389	61.552	
Sede	281,57	45.565	43.654	1.911	43.654	46.715	44.756	1.959	-	
Jardim ABC	108,42	10.350	0	10.350	9.931	10.611	10.181	430	-	
Localização de Goiás	1.789,04	17.407	6.444	10.963	13.075	17.846	13.405	4.441	18.623	
Sede	1.304,65	8.803	6.444	2.359	6.444	9.025	6.606	2.419	-	
Girassol	484,39	8.604	0	8.604	6.641	8.821	6.808	2.013	-	
Cristalina	6.162,09	46.580	38.421	8.159	38.421	47.755	39.390	8.365	51.149	
Sede	4.722,99	38.572	32.283	6.289	32.283	39.545	33.097	6.448	-	
Campos Lindos	1.432,10	8.008	6.138	1.870	6.138	8.210	6.293	1.917	-	
Formosa	5.811,79	100.085	92.023	8.062	92.023	102.610	94.345	8.265	108.503	
Luziânia	3.961,12	174.531	162.807	11.724	162.807	178.934	166.914	12.020	188.181	
Sede	3.930,45	110.368	98.644	11.724	98.644	113.153	101.133	12.020	-	
Jardim Inã	30,67	64.163	64.163	0	64.163	65.782	65.782	0	-	
Novo Gama	194,99	95.018	93.971	1.047	93.971	97.415	96.342	1.073	103.085	
Padre Bernardo	3.139,18	27.671	10.786	16.885	21.480	28.369	22.022	6.347	30.059	
Sede	3.038,03	16.385	10.786	5.599	10.786	16.798	11.058	5.740	-	
Monte Alto	101,15	11.286	0	11.286	10.694	11.571	10.964	607	-	
Planaltina	2.543,87	81.649	77.582	4.067	77.582	83.709	79.539	4.170	86.014	
São Ant. do Descoberto	944,14	63.248	56.808	6.440	56.808	64.844	58.242	6.602	67.993	
Valparaíso de Goiás	61,41	132.982	132.982	-	132.982	136.337	136.337	-	146.694	
Total AMB	26.033,89	978.278	894.292	83.986	921.548	56.730	1.002.960	944.799	58.161	1.065.211

Fontes: IBGE - Censo Demográfico 2010 e Estimativa Populacional 2013 e Codeplan - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios 2013.

(1) População rural, considerando os setores censitários rurais com características urbanas como urbanos.

(2) População de 2010 revisada, com acréscimo à população recenseada de 2,523%, equivalente a variação do estado de Goiás, de 6.003.788 para 6.155.266 habitantes.

Tabela 4

População na periferia metropolitana de Brasília (recenseada IBGE 2010, estimativa IBGE 2013 e estimativa PMAD/Codeplan 2013)

Município	População PMAD Codeplan 2013			Variação em relação à estimativa IBGE	Taxa cresc. 2010 a 2013
	Urbana	Rural	Total		
Águas Lindas de Goiás	196.949	246	197.195	+ 19.305	6,47
Alexânia	21.239	4.242	25.481	+ 13	1,43
Cidade Ocidental	68.495	2.389	70.884	+ 9.332	7,33
Sede	57.481	1.959	59.440		8,36
Jardim ABC	11.014	430	11.444		2,55
Cocalzinho de Goiás	17.041	4.441	21.482	+ 2.859	6,38
Sede	8.810	2.419	11.229		7,56
Girassol	8.231	2.013	10.244		5,11
Cristalina	43.024	8.365	51.389	+ 240	2,47
Sede	35.877	6.448	42.325		2,29
Campos Lindos	7.147	1.917	9.064		3,35
Formosa	100.453	8.265	108.718	+ 215	1,95
Luziânia	177.416	12.020	189.436	+ 1.255	1,92
Sede	105.239	12.020	117.259		1,20
Jardim Ingá	72.177	0	72.177		3,14
Novo Gama	102.060	1.073	103.233	+ 148	1,95
Padre Bernardo	25.499	6.347	31.846	+ 1.787	3,93
Sede	12.991	5.740	18.731		3,70
Monte Alto	12.508	607	13.115		4,26
Planaltina	83.284	4.170	87.454	+ 1.440	1,47
Sto Antônio do Descoberto	66.473	6.602	73.075	+ 5.082	4,06
Valparaíso de Goiás	168.961	-	168.961	+ 22.267	7,41
Total AMB	1.070.024	58.161	1.129.154	+ 63.943	4,03

Fontes: IBGE - Censo Demográfico 2010 e Estimativa Populacional 2013 e Codeplan - Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios 2013; população rural, considerando os setores censitários rurais com características urbanas como urbanos; população de 2010 revisada, com acréscimo à população recenseada de 2,523%, equivalente a variação do estado de Goiás, de 6.003.788 para 6.155.266 habitantes.

ESTRUTURA PRODUTIVA: O DESEMPENHO DA ECONOMIA NO DISTRITO FEDERAL

A AÇÃO DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO DE BRASÍLIA E A FORMAÇÃO DE SUA REGIÃO DE INFLUÊNCIA

Após a fundação de Brasília, a primeira iniciativa do Estado Brasileiro, com o intuito de fomentar e planejar o desenvolvimento na área de influência da nova capital, foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) nos mesmos moldes em que tinham sido criadas as superintendências para as regiões Nordeste (Sudene), Norte (Sudam) e Sul (Sudesul). A Sudeco, entretanto, nunca chegou a ter a projeção das demais superintendências, principalmente as duas primeiras. Além disso, a região Centro-Oeste ficou privada da existência de uma instituição financeira federal de desenvolvimento (IFD), tais como o BNB (Nordeste), BASA (Norte) e BRDE (Sul). A ausência de tal instrumento foi particularmente sentida no setor industrial.

No âmbito mais restrito à área de influência imediata de Brasília, a primeira iniciativa de ação desenvolvimentista foi a criação, em 1966, do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (Fundefe), constituído pelo destaque de 20% da receita tributária do Distrito Federal destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social da região geoeconômica de Brasília. Os recursos do Fundefe, contudo, foram canalizados quase que exclusivamente para o território do Distrito Federal, afastando-se completamente dos objetivos que nortearam sua criação. Deve-se citar também a fundação, neste mesmo ano, da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central

(Codeplan), com o objetivo de elaborar estudos e projetos de desenvolvimento para o Distrito Federal e sua área de influência.

Em meados da década de 1970, quando Brasília passou a desempenhar plenamente suas funções de centro político-administrativo do país, dois movimentos se consolidaram: o primeiro consistiu na fixação de parcela expressiva do contingente migratório dirigido ao Distrito Federal em municípios goianos limítrofes, iniciando um processo de conurbação com algumas cidades satélites e delineando os contornos da futura área metropolitana; o segundo foi a ampliação da área de influência direta de Brasília, a partir da forte expansão dos setores comercial e de prestação de serviços, especialmente, nas áreas de saúde e educação, exercendo forte atração sobre a população de uma vasta área circunvizinha, extremamente carente no que diz respeito a equipamentos urbanos.

Para problemas de tal magnitude, tornou-se premente a criação de um efetivo programa de apoio à região. Em 1975, sob a coordenação da Sudeco, criou-se o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (Pergeb). Foram compreendidos nesta região o Distrito Federal, 76 municípios goianos e 13 municípios mineiros, numa extensão total de 235.592 km².

Inicialmente, baseou-se a concepção do Pergeb em cinco áreas-programas: eixo Anápolis-Ceres; área de Paracatu; Vale do Paraná; área de influência das BR-40 e BR-050; área de mineração (Niquelândia). Posteriormente, em 1977, estabeleceu-se uma nova estratégia de ação governamental, definindo-se três níveis de atuação:

- na Escala Local, estava o Distrito Federal;
- na Escala de Transição (embrião do chamado Entorno do DF) estavam 11 municípios goianos e um mineiro (Unai), com extensão de 47.647 km², subdivididos em grupo A (cidades-dormitórios); grupo B (centros regionais: Formosa e Unai); e grupo C (base rural);
- na Escala Regional, estavam os demais 77 municípios, somando uma extensão de 182.162 km².

O objetivo principal do programa era propiciar à área de influência de Brasília condições de desenvolvimento mais equilibrado com o do Distrito Federal. Para tanto, tornava-se necessário fortalecer a infraestrutura física do território e o apoio à produção; preservar Brasília como capital do país, cidade política, administrativa e cultural; fortalecer subcentros polarizados no entorno do Distrito Federal, identificando-se os polos que seriam objetos de ações de desenvolvimento urbano; e evitar a migração intensiva. Com isto, buscava-se alcançar três metas básicas: abertura de novas oportunidades de emprego nas áreas de origem dos fluxos migratórios; melhoria no abastecimento de Brasília quanto a produtos agrícolas; e atenuação da pressão sobre os equipamentos urbanos e serviços sociais do Distrito Federal.

Contudo, o Pergeb passou a enfrentar o problema da escassez crescente de recursos, agravado pela sua pulverização entre os vários municípios, apresentando ao seu final um resultado bastante insatisfatório. A extinção do Pergeb, não obstante sua pequena significância para o desenvolvimento regional, representou o fim de um importante instrumento que significava o compromisso da União com relação aos problemas gerados a partir da transferência da Capital Federal para esta região de grande vazio demográfico e econômico.

Em 1981, partindo dos problemas localizados nos municípios mais próximos à Brasília, particularmente quanto ao parcelamento indiscriminado do solo urbano e rural, a Sudeco, juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), definiu uma nova proposta de estratégia espacial, exclusivamente, voltada para os municípios que no Pergeb estavam situados na Escala de Transição. A partir do estudo «O Entorno do Distrito Federal – Problemas e Soluções», institucionalizava-se a área do Entorno de Brasília, com a assinatura de um protocolo de intenções entre os governos do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.

Posteriormente, a Secretaria Especial de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno foi criada pelo governo do Distrito Federal, e outra similar, pelo governo de Goiás. Em seguida à definição da área do entorno do DF, os 12 prefeitos criaram a Associação dos Municípios Adjacentes à Brasília (Amab). Em 1987, o IBGE e o Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano elaboram o estudo «Regiões de Influência das Cidades», delimitando a área de influência de Brasília a 73 municípios, sendo 22 de Goiás, 11 de Minas Gerais, 20 do novo estado do Tocantins, 12 da Bahia e 8 do Piauí.

O que se desprende desse processo é que Brasília, ao longo deste ciclo de rápido crescimento, estabeleceu com os municípios que a circundam dois tipos de relações: uma de natureza metropolitana abrangendo uma área restrita, de influência direta e imediata, englobando os municípios com áreas conurbadas ou em processo de conurbação com o Distrito Federal, e que com ele compõe um único mercado de trabalho e de consumo; outra de centro econômico de uma região polarizada mediante articulação dos processos de produção, circulação e consumo, que abrange uma vasta área integrada por municípios goianos, mineiros, tocantinenses, baianos e até mesmo piauienses e maranhenses, exercendo uma influência compartilhada com Goiânia.

PERFIL DA ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

A estrutura econômica do Distrito Federal está quase que, exclusivamente, assentada no setor terciário, responsável por 93,5% do PIB local em 2010. Tal participação decorre, sobretudo, do enorme peso do setor público (administração e serviços públicos), que representou nada menos que 54%

do PIB neste ano; percentual quase quatro vezes superior à média nacional, da ordem de 15%. Dessa forma, desde a fundação de Brasília o setor público tem funcionado como segmento propulsor da economia local, responsável pelo grau de dinamismo dos demais segmentos do setor terciário no Distrito Federal, particularmente, em função dos elevados salários pagos para os padrões brasileiros.

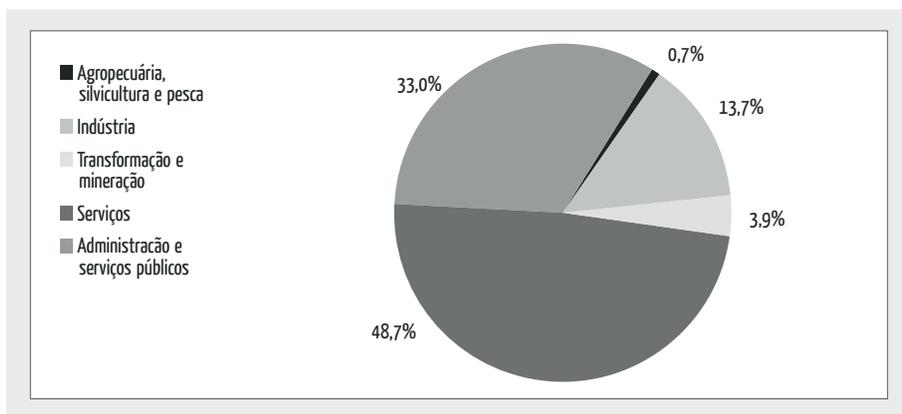
Quanto aos demais setores, a construção civil teve uma participação decrescente, embora tenha se estabilizado na última década; ao passo que a agropecuária e a indústria de transformação têm participações marginais, muito abaixo da encontrada nas demais unidades da federação. A exiguidade do território naturalmente concorre para a pequena dimensão da atividade agropecuária no Distrito Federal, notadamente em consequência das pressões urbanas, resultando em um elevado custo da terra para a produção agrícola.

Em relação à atividade industrial, a sua diminuta expressão no Distrito Federal tem raízes na própria concepção da cidade, visto ter sido planejada para desempenhar, quase que exclusivamente, funções de natureza político-administrativas, como pode ser verificado no próprio edital do concurso nacional para o “Plano Piloto da Nova Capital do Brasil” elaborado pela Comissão de Planejamento, Construção e Mudança da Capital Federal. Eis o que diz o seu item 6º, sobre indústria e comércio: “deverá prever-se (para a indústria e comércio) desenvolvimento limitado, em vista do caráter político-administrativo da nova capital”.

Não surpreende, portanto, o pífio desenvolvimento industrial no Distrito Federal, pois durante muitos anos os investimentos neste campo foram

Gráfico 3

Distrito Federal – Composição do PIB, por setor de atividade econômica
1980



inclusive desestimulados. Deve se destacar também as restrições decorrentes dos fatores ambientais, pois o Distrito Federal é berço de três grandes bacias hidrográficas brasileiras.

Sustentado, portanto, pelo setor público, o PIB do Distrito Federal foi estimado para 2012 em R\$ 180 bilhões, correspondente a 4% do PIB nacional. Os Gráficos 3 a 6 apresentam a evolução da composição do PIB do Distrito Federal entre 1980 e 2007.

Gráfico 4

Distrito Federal – Composição do PIB, por setor de atividade econômica
1990

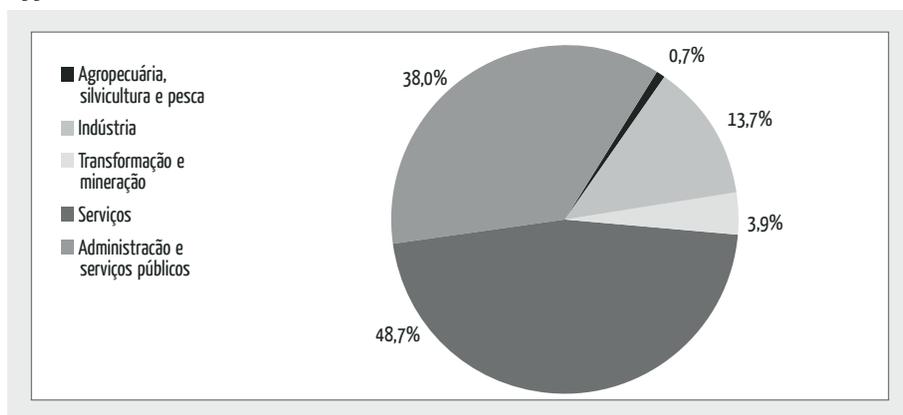


Gráfico 5

Distrito Federal – Composição do PIB, por setor de atividade econômica
2000

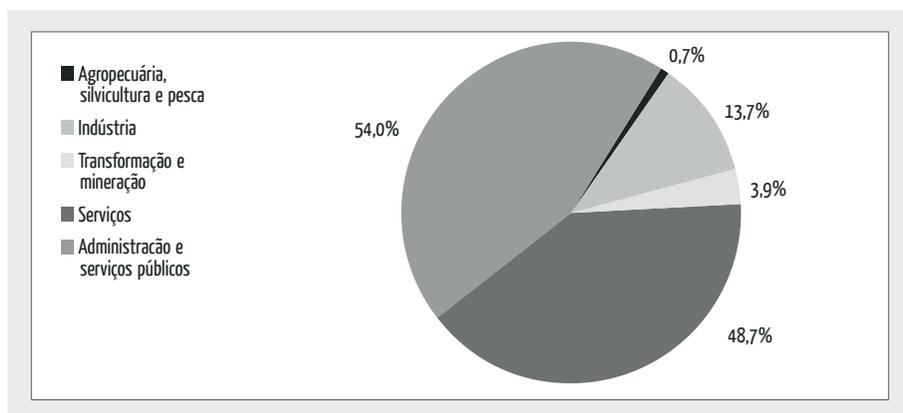
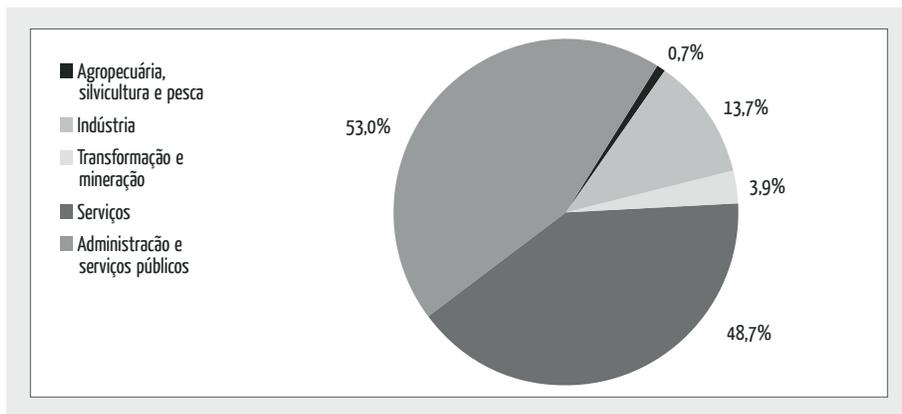
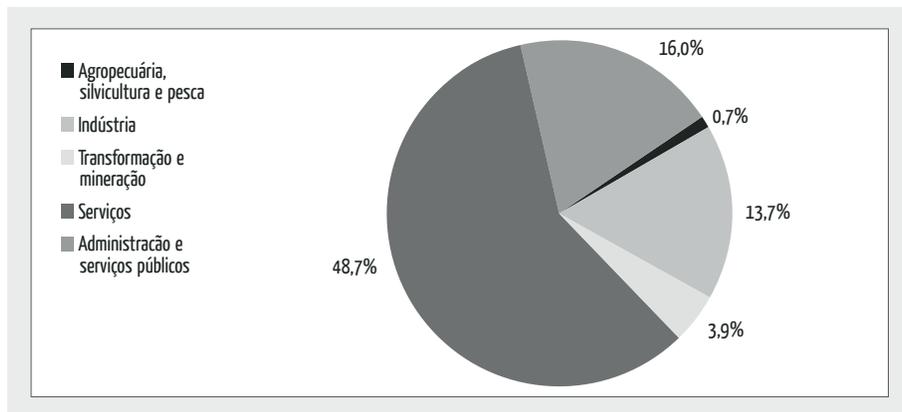


Gráfico 6**Distrito Federal – Composição do PIB, por setor de atividade econômica
2007**

Comparativamente à composição do PIB brasileiro – vide gráfico a seguir –, observam-se situações absolutamente distintas com vários segmentos apresentando na média nacional participação maior que no Distrito Federal. Destaque-se a enorme diferença no setor industrial (27,8% no Brasil em 2006 e 6,5% no DF) e, sobretudo, na indústria de transformação e extrativa mineral (19,3% e 1,5% respectivamente). Em contrapartida, no DF, o setor público (administração e serviços públicos) com 54,8% supera amplamente a média nacional (15,3%).

Gráfico 7**Brasil – Composição do PIB, por setor de atividade econômica
2007**

PERFIL DO MERCADO DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

Quanto ao perfil da ocupação, o quadro não é muito distinto. Com ampla predominância das atividades do setor terciário, que respondem por 90% dos postos de trabalho no Distrito Federal; igualmente com forte concentração destes na administração pública e nos serviços públicos. Observa-se sensível redução na participação da construção civil, que em 1980 ainda respondia por quase 10% dos postos de trabalho no DF e refluíu para 5% em 2009, conforme mostram os Gráficos 8, 9 e 10.

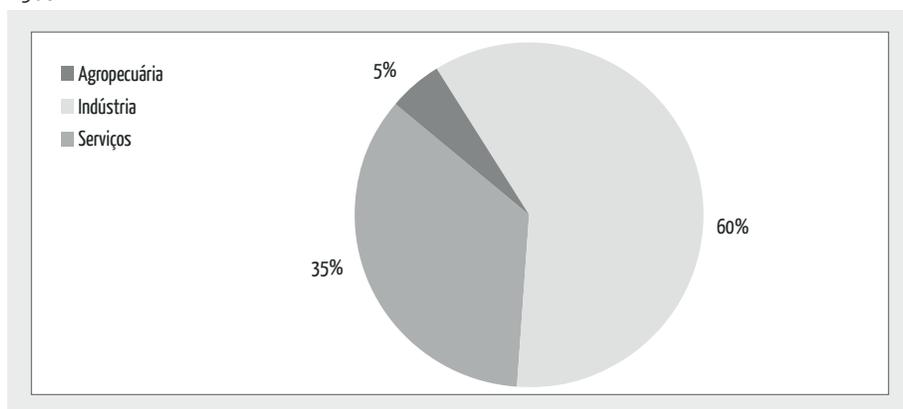
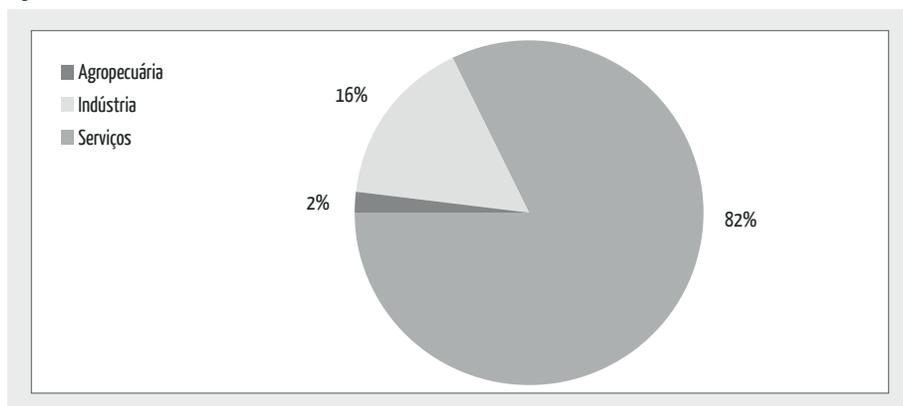
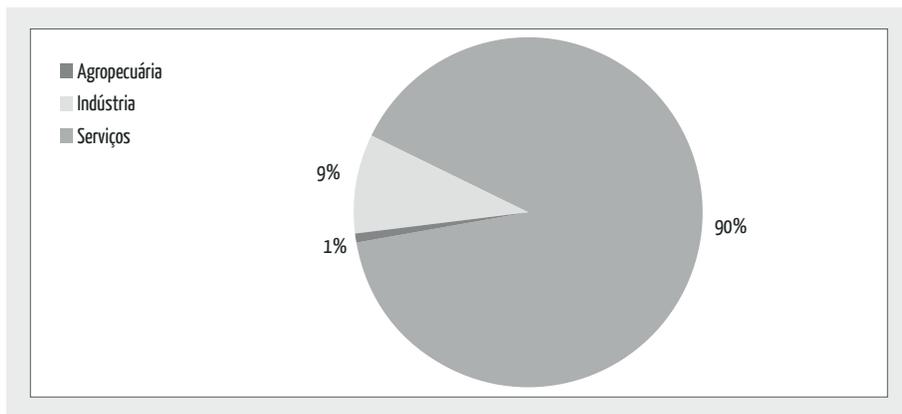
Gráfico 8**Distrito Federal – Perfil do mercado de trabalho
1960****Gráfico 9****Distrito Federal – Perfil do mercado de trabalho
1980**

Gráfico 10**Distrito Federal – Perfil do mercado de trabalho
2009**

A estrutura da economia e do mercado de trabalho é responsável por um dos mais graves problemas sociais do Distrito Federal: o seu elevado nível de desemprego, um dos maiores entre as regiões metropolitanas brasileiras. Ocorre que, em face da absoluta incipiência dos setores agropecuário e industrial, o segmento indutor do desenvolvimento local tem sido o setor público – compreendendo a administração e os serviços públicos – responsável historicamente por cerca de um terço da ocupação na cidade. O forte incremento no comércio, na construção civil e nos serviços, particularmente, os serviços pessoais se deu com base na contínua geração de emprego no setor público, até fins da década de 1980, aliado ao seu elevado nível salarial.

Entretanto, a partir do início dos anos 1990, com a complementação do processo de transferência de órgãos da antiga capital para Brasília e com o agravamento da crise fiscal do Estado, esgotou-se no setor público a capacidade de continuar funcionando como propulsor do crescimento econômico local. Tal situação fica evidente quando se observa a evolução do mercado de trabalho entre 1992 e 2009. Enquanto a população economicamente ativa (PEA) cresceu 88,7% e a ocupação total cresceu 87,4% no período, o contingente ocupado no setor público cresceu apenas 31,7%. Dessa forma, sua participação no total do pessoal ocupado caiu de 31,8% em 1992 para 22,3% em 2009.

A lacuna deixada pelo setor público na geração de postos de trabalho fez recair quase que, exclusivamente, sobre o setor terciário privado a “responsabilidade” em gerar postos de trabalho em quantidade suficiente para absorver a PEA que a cada ano se incorpora ao mercado. Particularmente,

devido à debilidade dos setores agropecuário e industrial em compartilharem esta tarefa.

Dessa forma, até mesmo porque sente bastante o impacto da estagnação do setor público, o setor terciário privado não consegue total sucesso, resultando numa economia com elevada taxa de desemprego e de emprego precário. Deve-se ressaltar, contudo, que a partir de 2003 tem ocorrido uma relativa recuperação no ritmo de crescimento do emprego no setor público. Se de 1992 a 2003 o contingente no setor cresceu, na média, em 2,7 mil novos postos de trabalho/ano (1,29% a.a.), de 2003 a 2009, a geração duplicou para 5,4 mil/ano (2,27% a.a.).

A aceleração em gerar postos de trabalho no setor público refletiu uma aceleração no mercado de trabalho em geral. Entre 1992 e 2003, 247,4 mil novos postos de trabalho foram criados no DF (média de 22,5 mil/ano), ao passo que, de 2003 a 2013, esse montante cresceu para 293,7 mil (46 mil/ano), média duas vezes superior. Dessa forma, a taxa média de desemprego em 2009 caiu 31% em relação a 2003, retornando ao patamar de 1992. A situação entre 2009 e 2013 não apresentou alteração relevante.

O segundo fator que concorre para a precária situação do mercado de trabalho é a manutenção de um vigoroso fluxo migratório para a área metropolitana de Brasília, que será objeto de análise mais detalhada a frente. Não obstante o acelerado crescimento populacional no Distrito Federal, da ordem de 2,79% a.a. nos últimos 17 anos, o crescimento da PEA foi ainda mais acelerado (3,81% a.a.), reflexo da maior incorporação ao mercado de trabalho de alguns segmentos, como a população feminina e os jovens.

Em relação ao quadro do mercado de trabalho na periferia metropolitana de Brasília, em função da não realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nesta área, recorreu-se a uma estimativa de sua PEA e do contingente ocupado. Para a PEA, tomou-se como referência a relação PEA/população total no Distrito Federal, que em 2009 foi de 52,5%, estimando-se em 50% para o Entorno Metropolitano de Brasília, o que resultou em uma PEA estimada em 450 mil pessoas em 2009.

Quanto à ocupação, tomou-se como referência as taxas de desemprego apurados para os três grupos de regiões administrativas do DF (quanto mais baixo a renda média, mais elevada a taxa de desemprego). Estimou-se a taxa de desemprego do Entorno Metropolitano em um terço acima da média do DF, ou seja, em 21%, resultando num total de 350 mil ocupados e 100 mil desempregados. Somando-se estes números aos do Distrito Federal, a PEA na área metropolitana seria de 1,83 milhão, o contingente ocupado de 1,51 milhão e o de desempregados de 320 mil, o que resulta numa taxa de desemprego de 17,5%, uma das mais elevadas do Brasil.

Tabela 5

Distrito Federal – Evolução do mercado de trabalho (médias anuais)
1992-2009

Anos	População economicamente ativa	Pessoal ocupado total	Assalariado setor público	Assalariado setor privado	Autônomo domésticas e outros	Desempregados	Taxa desemprego %
1992	730.400	618.900	196.700	211.200	211.000	111.500	15,3
1993	755.500	643.500	202.600	222.000	218.900	112.000	14,8
1994	778.500	667.800	212.300	227.400	228.100	110.700	14,2
1995	806.600	684.500	215.800	229.800	238.900	122.100	15,1
1996	840.100	699.400	214.500	236.100	248.800	140.700	16,7
1997	884.800	724.600	211.500	257.900	255.200	160.200	18,1
1998	916.700	738.100	212.700	272.100	253.300	178.600	19,5
1999	950.400	740.700	216.500	279.300	244.900	209.700	22,1
2000	994.100	793.400	226.200	312.000	255.200	200.700	20,2
2001	1.030.300	819.700	230.000	334.200	255.500	210.600	20,4
2002	1.084.300	859.900	224.500	353.200	282.200	224.400	20,7
2003	1.122.200	866.300	226.400	357.100	282.800	255.900	22,8
2004	1.160.100	915.500	232.700	384.900	297.900	244.600	21,0
2005	1.199.800	970.800	235.700	422.200	312.900	229.000	19,1
2006	1.242.700	1.009.100	235.900	442.600	330.600	233.600	18,8
2007	1.282.000	1.055.000	240.000	467.000	348.000	226.000	17,7
2008	1.341.000	1.119.000	251.000	510.000	358.000	222.000	16,6
2009	1.378.000	1.160.000	259.000	542.000	359.000	218.000	15,8
2010	1.400.000	1.209.000	270.000	591.000	349.000	191.000	13,6
2011	1.403.000	1.229.000	277.000	615.000	337.000	174.000	12,4
2012	1.447.000	1.269.000	284.000	654.000	332.000	178.000	12,3
2013	1.460.000	1.285.000	291.000	665.000	330.000	175.000	11,9

Fonte: PED/DF – Codeplan / Secretaria do Trabalho/DF / DIEESE.

Por fim, quanto ao rendimento médio, a PED/DF revela que ele é o mais alto entre todas as metrópoles pesquisadas, tanto em relação ao rendimento médio do total dos ocupados quanto dos assalariados. A elevada média de rendimentos do pessoal ocupado (R\$ 1.866,00 em 2008) decorre do expressivo valor médio auferido pelos assalariados do setor público (R\$ 4.566,00), mais de quatro vezes superior ao dos assalariados do setor privado (R\$ 1.080,00) (Tabela 6).

É precisamente o elevado rendimento médio do pessoal ocupado no setor público o responsável pelo peso excepcional que este segmento apresenta na massa de rendimentos do trabalho no Distrito Federal. Esta participação, que

Tabela 6

Distrito Federal – Participação do setor público no emprego e no rendimento do trabalho
1992–2009

Anos	Pessoal ocupado			Rendimento médio mensal (R\$) ¹		Rendimento médio mensal total (R\$ 1.000)		
	Total (A)	Setor público (B)	(B)/(A)	Total	Setor público	Total (C)	Setor público (D)	(D)/(C)
1992	618.900	196.700	31,8	1.699	2.963	1.051.511	582.822	55,4
1994	667.800	212.300	31,8	1.803	3.175	1.204.043	674.053	56,0
1996	699.400	214.500	30,7	1.931	3.275	1.350.541	702.488	52,0
1998	738.100	212.700	28,8	1.805	3.143	1.332.271	668.516	50,2
2000	793.400	226.200	28,5	1.729	3.039	1.371.789	687.422	50,1
2002	859.900	224.500	26,1	1.692	3.262	1.454.951	732.319	50,3
2004	915.500	232.700	25,4	1.463	3.014	1.339.377	701.358	52,4
2006	1.009.100	235.900	23,4	1.525	3.453	1.538.878	814.563	52,9
2008	1.119.000	251.000	22,4	1.729	4.151	1.934.751	1.041.901	53,9
2009	1.160.000	259.000	22,3	1.866	4.566	2.164.560	1.182.594	54,6
2010								
2011	1.229.000	277.000	22,5	2.186	5.234	2.686.594	1.449.818	54,0
2012	1.269.000	284.000	22,4	2.270	5.447	2.880.630	1.546.948	53,7

Fonte: PED/Fonte: PED/DF - Secretaria do Trabalho/DF / DIEESE (1)Valores a preços de novembro de 2009.

chegou a 56% no início da década de 1990, refluíu para cerca de 50% entre 1998 e 2002, recuperando-se nos últimos anos, chegando a 54,6% em 2009.

A ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA

Ao chegar a seu cinquentenário, o acelerado ritmo de crescimento demográfico, decorrente do forte fluxo migratório (explicado pelo fator renda), continua sendo um problema e uma oportunidade para Brasília e sua região metropolitana. Como a maior parte da população ocupada da periferia trabalha ou procura trabalho no Distrito Federal, o fluxo migratório, estimado em torno de 50 mil/ano para o conjunto da área metropolitana, tem sido um fator de pressão constante sobre o mercado de trabalho local. Deve-se ressaltar que os dados apresentados não revelam toda a gravidade do problema do mercado de trabalho local, pois diferentemente das demais metrópoles, onde a pesquisa do Dieese ou do IBGE é realizada para o conjunto das áreas metropolitanas, em Brasília ela não engloba a periferia metropolitana, sendo realizada apenas no DF. Se de um lado, este explosivo crescimento populacional é responsável pela elevada taxa de desemprego, anulando parcialmente os efeitos positivos da recuperação dos níveis de emprego, de outro ele tem contribuído para a emergência de Brasília e região como um dos

principais mercados do país. A Tabela 7 apresenta a evolução populacional em termos absolutos e relativos na região metropolitana de Brasília desde a transferência da capital.

De pouco mais de 200 mil habitantes em 1960, a população da região metropolitana atingiu 3,55 milhões em 2010, segundo o Censo demográfico, e já supera 3,9 milhões segundo a Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios da Codeplan. A periferia metropolitana, que até 1980 respondia por apenas 13,2% do total da população metropolitana, em 2013 praticamente dobrou esta participação, representando 28,6% do total. Em relação ao ritmo de crescimento, enquanto a desaceleração no Distrito Federal ocorreu a partir da década de 1980, quando caiu de 8,15% ao ano para 2,79%, mantendo-se estável desde então, tal redução só vem ocorrer na periferia metropolitana na década de 2000.

Os Gráficos 11 e 12 mostram a evolução populacional das principais metrópoles brasileiras entre 1940 e 2009. O traço comum a todas é a acentuada desaceleração no ritmo de crescimento nas últimas décadas, em algumas a partir de 1970 e em outras a partir de 1980. O fato é que no período entre 1991 e 2000, nenhuma cresceu além de 2,5% ao ano, exceto Brasília, que apresentou taxa de 3,72%.

Tabela 7**Evolução da população na área metropolitana de Brasília**
1950-2013

Anos	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2013
Área metrop. Brasília	55.598	217.270	637.516	1.373.175	2.005.369	2.787.438	3.548.438	3.910.197
Distrito Federal	-	140.164	537.492	1.176.935	1.601.094	2.051.146	2.570.160	2.789.761
Perif. metrop. Brasília	55.598	77.106	100.024	196.240	404.275	736.384	978.278	1.128.313
Águas Lindas de GO	(2)	(2)	(2)	(3)	(3)	105.746	159.378	197.530
Alexânia	-	8.022	9.390	12.124	16.472	20.335	23.814	25.392
Cidade Ocidental	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	40.377	55.915	70.832
Cocalzinho de GO	-	-	-	-	-	14.626	17.407	21.623
Cristalina	5.333	9.172	11.600	15.977	24.937	34.116	46.580	51.183
Formosa	23.273	21.708	28.874	43.296	62.982	78.651	100.085	108.466
Luziânia	19.657	27.444	32.807	80.089	207.674	141.082	174.531	189.225
Novo Gama	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	74.380	95.018	102.949
Padre Bernardo	-	4.637	8.381	15.857	16.500	21.514	27.671	31.705
Planaltina	7.335	6.123	8.972	16.172	40.201	73.718	81.649	87.423
S. Antônio Descoberto	(2)	(2)	(2)	12.725	35.509	51.897	63.248	73.023
Valparaíso de GO	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	94.856	132.982	168.961

Fonte: IBGE (1) estimativa; (2) Incluído em Luziânia; (3) Incluído em Santo Antônio do Descoberto.

PIB E PIB PER CAPITA: FOSSO ENTRE O DF E SUA PERIFERIA METROPOLITANA

O Brasil conviveu durante muito tempo com distribuição de suas atividades produtivas fortemente concentradas nas grandes cidades, principalmente, nas suas regiões metropolitanas, e, particularmente, nos núcleos destas, os

Gráfico 11

Evolução da população nas regiões metropolitanas
1940, 1960, 1980 e 2009

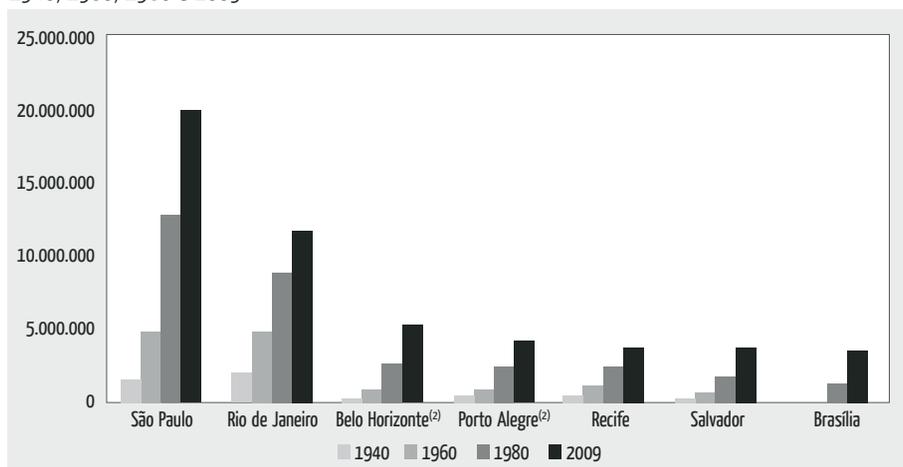
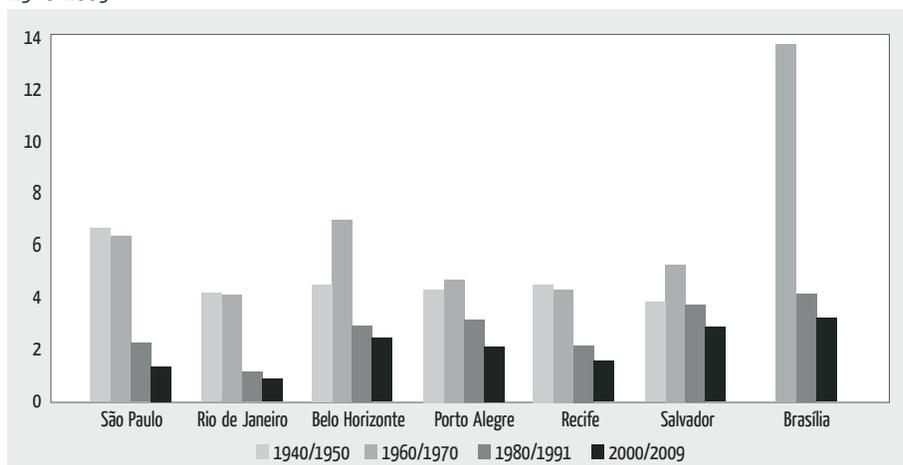


Gráfico 12

Taxas médias anuais de crescimento demográfico
1940-2009



municípios das capitais, desempenhando os municípios periféricos a função de cidades-dormitório. Nos últimos anos esta situação vem se modificando, de forma que houve um espraiamento das atividades econômicas, particularmente a indústria, para as cidades de porte médio, e, dentro das regiões metropolitanas, seu deslocamento para seus municípios periféricos. Este processo se deu em tal magnitude que hoje o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* das periferias de algumas metrópoles chega mesmo a superar o dos núcleos metropolitanos, casos de Belo Horizonte e Salvador, e nos demais casos se aproximam bastante.

A notável exceção a esta realidade é a região metropolitana de Brasília. Aqui existe um verdadeiro fosso entre o Distrito Federal e os municípios que compõem o seu entorno metropolitano tanto em relação ao tamanho do PIB quanto ao valor do PIB *per capita*. A causa principal desta situação foi um excepcional crescimento populacional na periferia sem o correspondente desenvolvimento de atividades produtivas, particularmente, da atividade industrial.

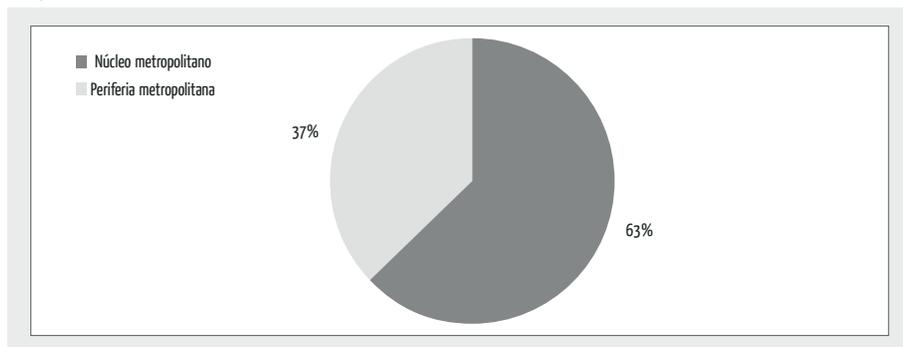
Ocorre que, diferentemente das demais RMs, ele se encontra fortemente concentrado no seu núcleo, o Distrito Federal. Dessa forma, enquanto as demais periferias metropolitanas apresentam uma enorme participação no PIB metropolitano, no mínimo de 30% (Rio de Janeiro), chegando em alguns casos, como Porto Alegre e Belo Horizonte, a se aproximar de 60%, na região metropolitana de Brasília esta participação limita-se a pitícos 4%, conforme revelam os Gráficos 10 a 16.

Quanto ao PIB *per capita*, o Gráfico 17 (p. 59) revela o enorme fosso entre o DF e sua periferia metropolitana. Por sua vez, analisando-se os números nas periferias metropolitanas, a situação se inverte completamente. O PIB *per capita* do Entorno Metropolitano de Brasília é, de forma disparada, o menor, sendo inferior à metade dos verificados nas periferias metropolitanas do Recife e do Rio de Janeiro e de quatro a cinco vezes inferior aos encontrados nas periferias de São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte. A causa principal desta situação é a não ocorrência na RM de Brasília de um processo que se deu em todas as demais RMs: a industrialização das periferias metropolitanas.

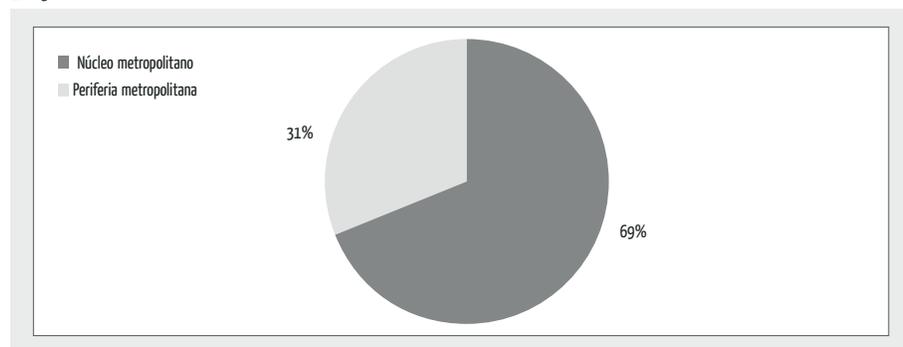
Até algumas décadas, praticamente restrito ao conhecido ABC paulista, este processo se propagou a partir da década de 1970, com a fortíssima industrialização de inúmeros municípios metropolitanos. Pode-se destacar municípios como Guarulhos, Osasco e Mogi das Cruzes (RM de São Paulo); Canoas, Triunfo e Novo Hamburgo (RM de Porto Alegre); Contagem e Betim (RM de Belo Horizonte); Duque de Caxias e Nova Iguaçu (RM do Rio de Janeiro); Cabo e Jaboatão (RM do Recife) e Camaçari e Candeias (RM de Salvador). Deve-se destacar que a implantação de plantas industriais estimulou nesses municípios o desenvolvimento dos serviços de apoio à indústria. Mas a periferia metropolitana de Brasília ficou absolutamente à

Gráfico 10

São Paulo – PIB *per capita*, núcleo metropolitano e periferia metropolitana
2009

**Gráfico 11**

Rio de Janeiro – PIB *per capita*, núcleo metropolitano e periferia metropolitana
2009

**Gráfico 12**

Belo Horizonte – PIB *per capita*, núcleo metropolitano e periferia metropolitana
2009

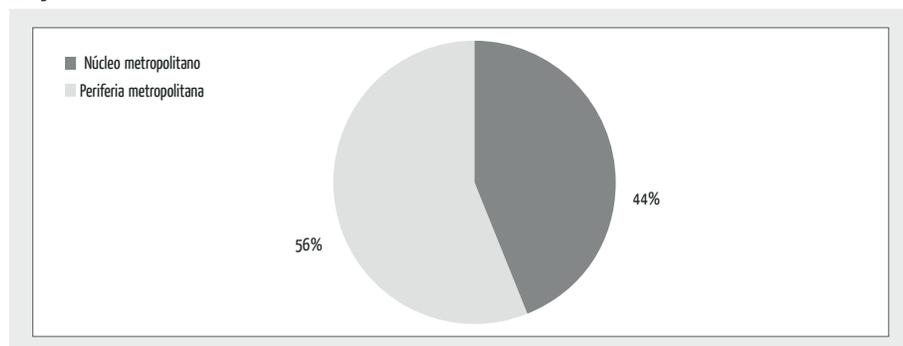


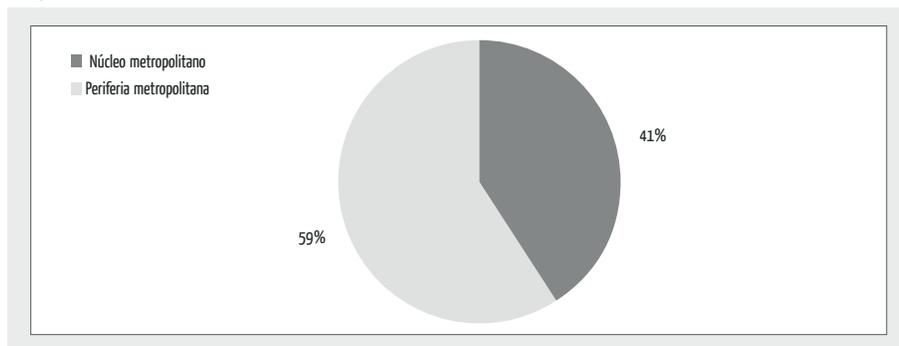
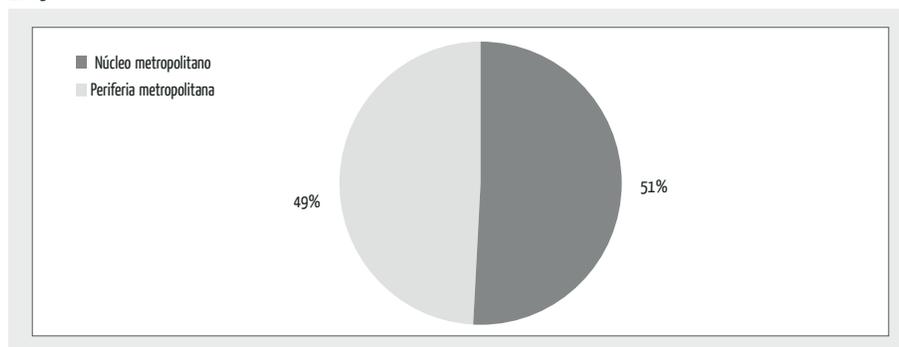
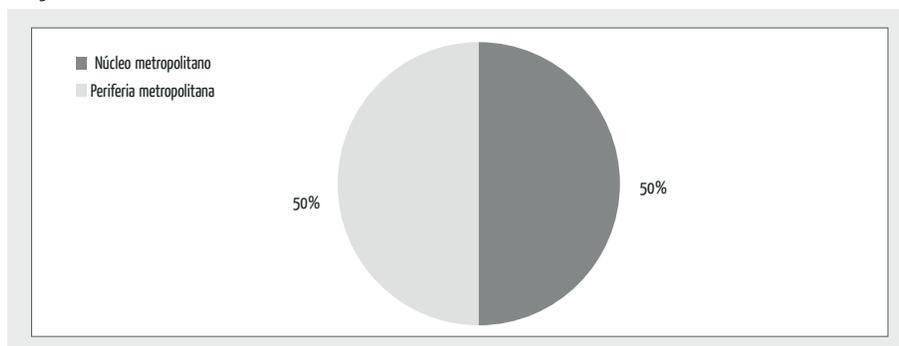
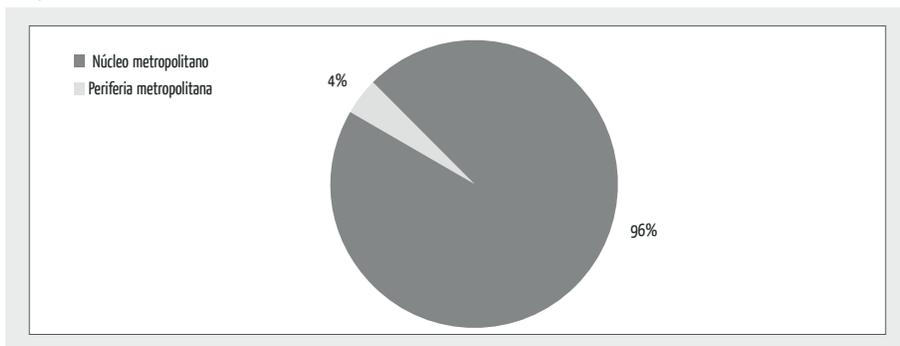
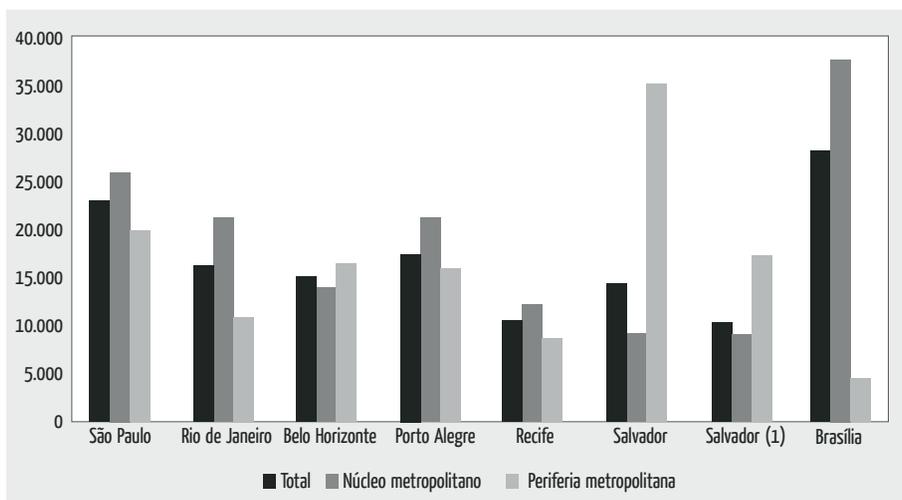
Gráfico 13**Porto Alegre – PIB *per capita*, núcleo metropolitano e periferia metropolitana**
2009**Gráfico 14****Recife – PIB *per capita*, núcleo metropolitano e periferia metropolitana**
2009**Gráfico 15****Salvador – PIB *per capita*, núcleo metropolitano e periferia metropolitana**
2009

Gráfico 16

Brasília – PIB *per capita*, núcleo metropolitano e periferia metropolitana
2009

**Gráfico 17**

Unidades da federação – PIB *per capita*
2006



margem deste processo.

PIB INDUSTRIAL: REDUZIDA PARTICIPAÇÃO

Analisando-se a composição do PIB das Unidades da Federação, observa-se que o setor industrial no Distrito Federal, não obstante o avanço nos últimos anos, ainda se apresenta com uma participação muito pequena na formação do Produto Interno Bruto do DF. Considerando-se apenas a indústria de transformação, esta participação em 2007 foi de tão somente 1,5%, enquanto a média nacional é mais de dez vezes superior (17%). Trata-se da menor participação na composição do PIB entre as 27 unidades da federação, inferior mesmo a de estados como Roraima (1,8%), Amapá (2,6%) e Tocantins (3,3%). Comparando-o com os demais estados da região Centro-Oeste, aparece bem abaixo de Goiás (13,6%), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (ambos com 8,2%).

A indústria extrativa tem participação relativa ainda menor no PIB, próxima a zero (média nacional de 2,3%), ao passo que a construção civil, com 3,6% do PIB, tem peso mais próximo do verificado na média do país (4,9%). Por fim, o setor de eletricidade, gás e água responde por 1,4% do PIB, substancialmente abaixo da média nacional (3,6%). O pequeno peso do setor industrial contrasta com o enorme peso representado pelo setor público, compreendendo a administração, educação e saúde públicas e seguridade social, com nada menos de 53,8% do total do PIB, enquanto a média nacional é de apenas 15,5%.

Quando se observa a participação de cada unidade da federação na composição da atividade econômica em âmbito nacional, fica evidente a fragilidade do setor industrial do Distrito Federal. Se o DF participa com 4% do PIB do país, a participação de sua indústria de transformação no total nacional foi

de apenas 0,4% em 2007. Todos os demais segmentos industriais apresentam participação abaixo da representada pelo PIB total, com a construção civil respondendo por 2,9%; o setor de eletricidade, gás e água, com 1,6% e a extrativa com participação próxima a zero (Gráficos 18 a 23, p. 63 e 64).

De outro lado, o setor público, compreendendo a administração, educação e saúde públicas e seguridade social do Distrito Federal participa com nada menos que 13,6% do total nacional do setor, superado apenas por São Paulo (19%), ficando à frente do Rio de Janeiro (12,8%) e Minas Gerais (8,1%). Em relação aos principais segmentos da indústria de transformação do Distrito Federal, observa-se que os setores mais tradicionais, como os de produtos alimentícios, bebidas, minerais não-metálicos, gráfico, produtos da metalurgia, vestuário e acessórios e móveis perfazem 2.436 empresas (67,7% do total) e 17.677 pessoas ocupadas (74% do total).

OCUPAÇÃO NO SETOR INDUSTRIAL

Se o setor público explica o elevado PIB do Distrito Federal, a elevada taxa de desemprego e a baixa criação de postos de trabalho são explicadas pela reduzida geração de emprego na atividade industrial. A atividade industrial gera um número muito reduzido de empregos no Distrito Federal (46 mil), ou tão somente 4,1% do total do pessoal ocupado. Estimando-se o mesmo percentual para o Entorno Metropolitano, seriam pouco mais de 50 mil postos na atividade industrial em toda a região metropolitana Gráficos 24 a 27, p. 65).

Observa-se que este percentual é substancialmente inferior ao observado nas demais regiões metropolitanas. Se a RM de Brasília tivesse o mesmo grau de ocupação na indústria de Recife e Salvador (cerca de 10% do pessoal ocupado total), o número de postos de trabalho na indústria no DF seria em torno de 120 mil. Se esse grau de ocupação na indústria fosse equivalente aos de Belo Horizonte e Porto Alegre (de 15% a 18%), esse contingente superaria os 200 mil.

Deve-se ressaltar que para cada emprego na atividade industrial, são gerados, em média, 0,8 emprego em serviços de apoio à indústria. Parece evidente que a industrialização da região metropolitana, particularmente de sua periferia, é uma questão vital para o seu futuro.

A conclusão central é de que o diminuto PIB da periferia metropolitana de Brasília, assim como a sua reduzida geração de emprego (e elevada taxa de desemprego), decorre de seu baixo nível de atividade econômica. O caminho percorrido pelas periferias metropolitanas do país para a elevação do nível de atividade econômica (e conseqüentemente do PIB e da geração de emprego) foi o da industrialização.

Gráfico 18

Brasil – Composição do PIB
2007

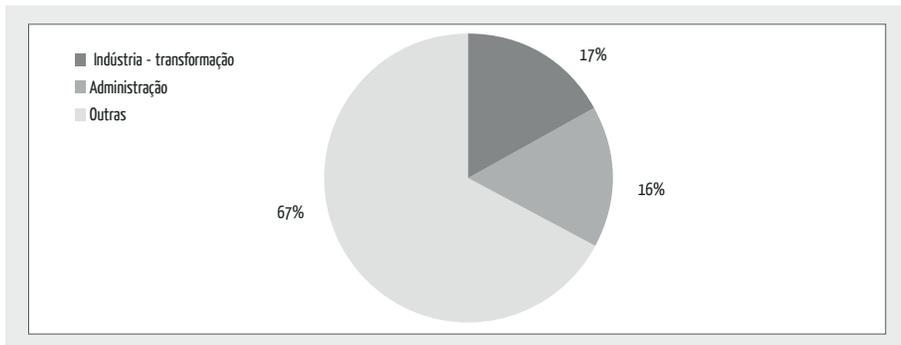


Gráfico 19

Distrito Federal – Composição do PIB
2007

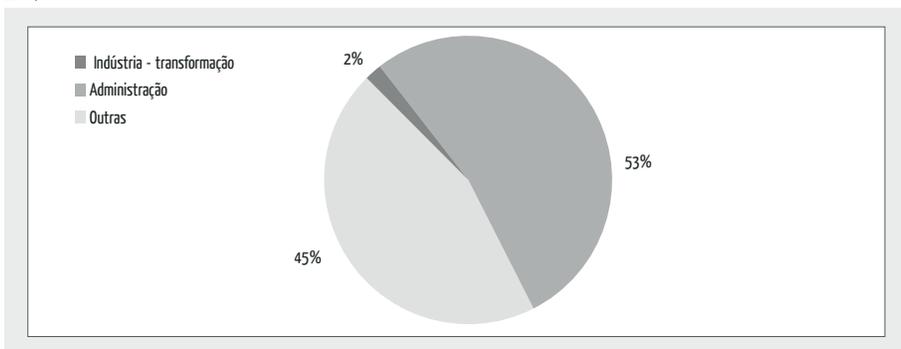


Gráfico 20

São Paulo – Composição do PIB
2007

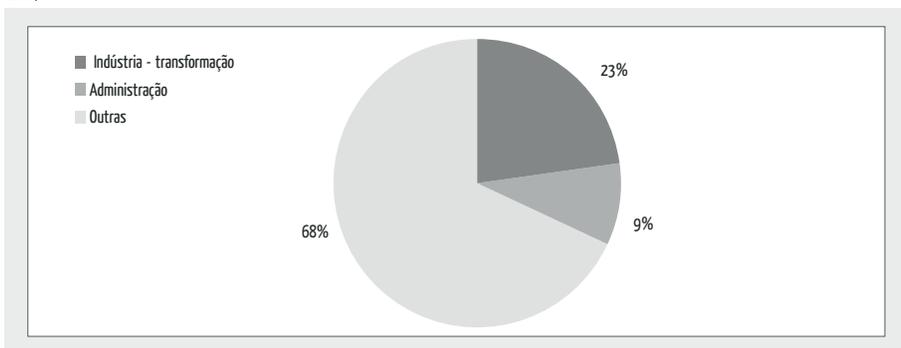


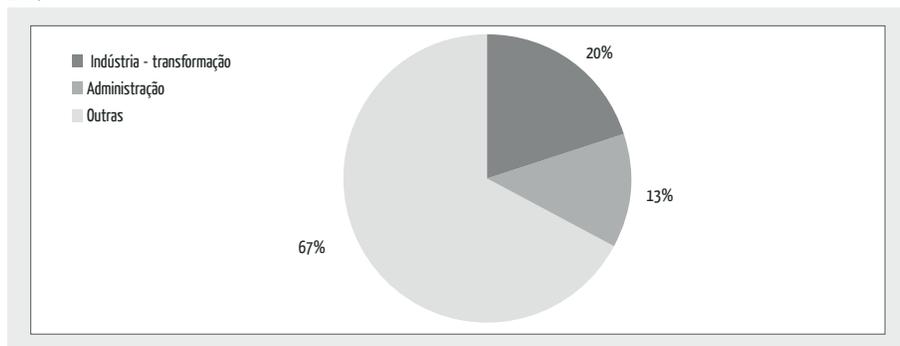
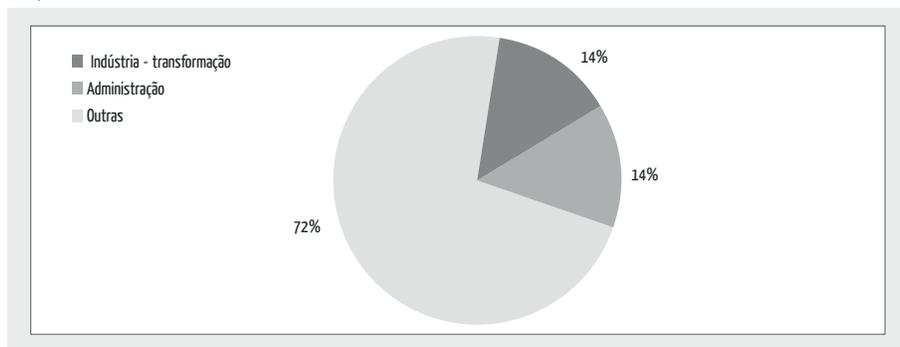
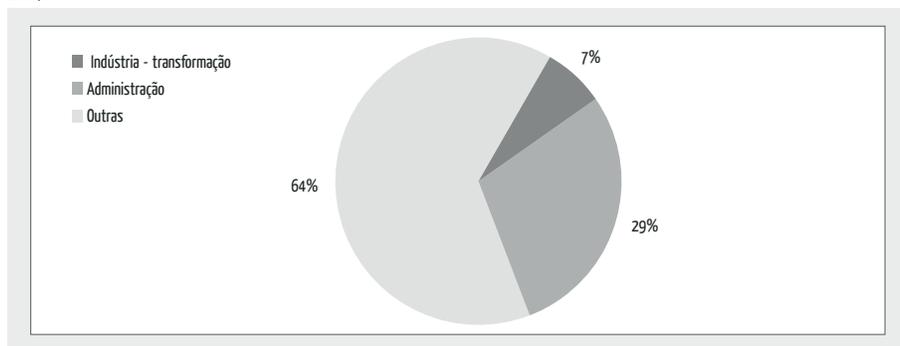
Gráfico 21**Rio Grande do Sul – Composição do PIB
2007****Gráfico 22****Goiás – Composição do PIB
2007****Gráfico 23****Ronônia – Composição do PIB
2007**

Gráfico 24

São Paulo – PESSOAL ocupado, por setor
2007

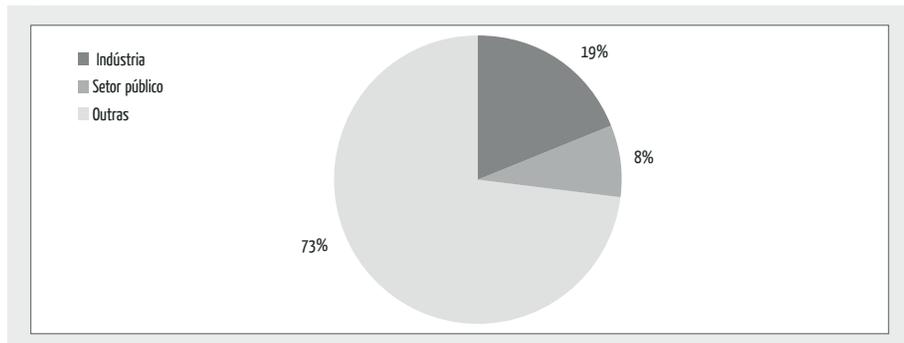


Gráfico 25

Porto Alegre – PESSOAL ocupado, por setor
2007

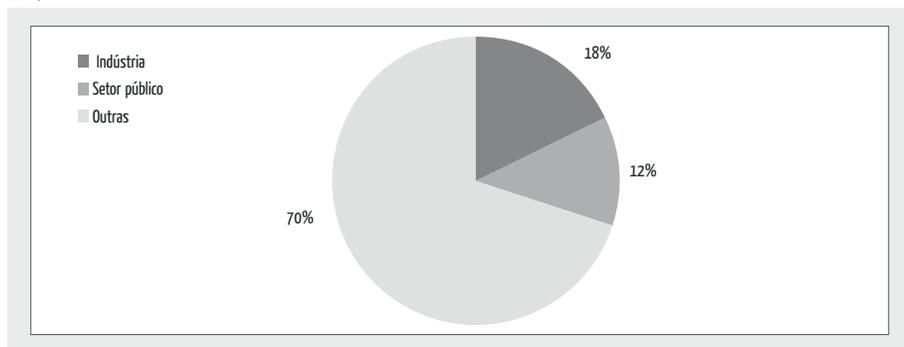


Gráfico 26

Belo Horizonte – PESSOAL ocupado, por setor
2007

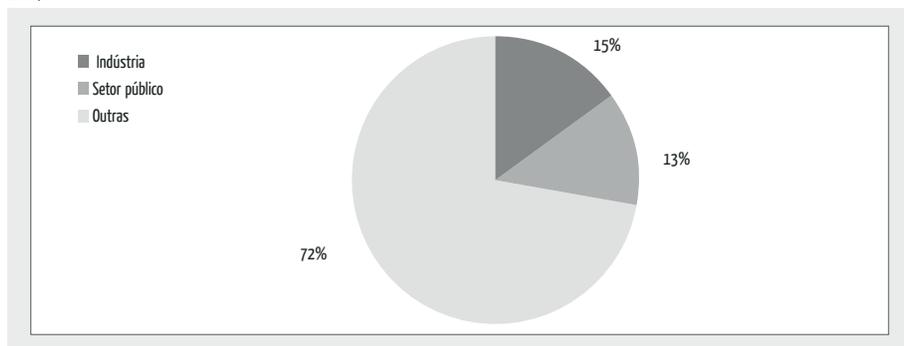
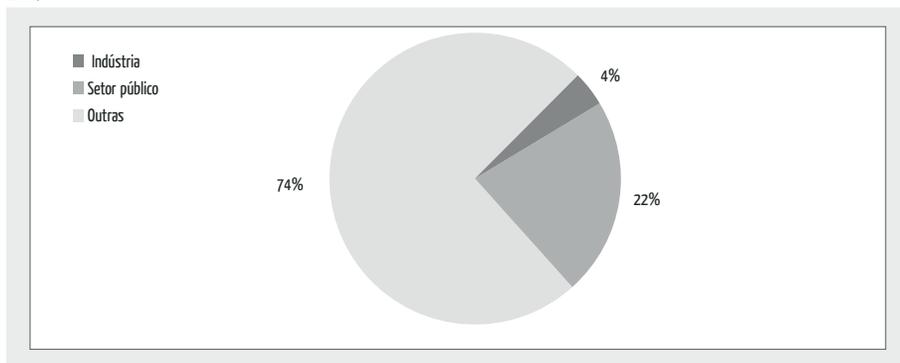


Gráfico 27

Brasília – Pessoal ocupado, por setor
2007

A FORMAÇÃO DO EIXO BRASÍLIA-ANÁPOLIS-GOIÂNIA

Uma das consequências mais marcantes do processo de ocupação e desenvolvimento da região Centro-Oeste foi a extraordinária expansão de suas duas principais cidades, Brasília e Goiânia. Distantes entre si pouco mais de 200 Km, as duas desenvolveram-se quase que alheias uma à outra, mas nos últimos anos a intensificação dos fluxos econômicos com a região de influência comum e objetivos estratégicos convergentes as têm aproximado. Atualmente desenha-se claramente um eixo de desenvolvimento interligando as áreas metropolitanas de Brasília e Goiânia, incluindo a aglomeração urbana de Anápolis, localizada entre ambas.

O processo de desenvolvimento das duas metrópoles obedeceu, contudo, a processos distintos. Nas suas duas primeiras décadas de existência, Brasília teve seu dinamismo garantido pelo processo de consolidação como capital da República. O processo de construção e sua constituição em centro político-administrativo atraiu fluxos migratórios das mais diversas partes do país. Em 1970, sua população já superava os 500 mil habitantes e em 1980 aproximava-se de 1,2 milhão. Se até então o crescimento esteve circunscrito aos limites do quadrilátero, a partir de então os extrapolou iniciando a formação de um aglomerado urbano com vários municípios goianos que se situam em seu entorno, constituindo-se numa efetiva área metropolitana.

Esse processo tem sido alimentado por fortes e crescentes fluxos migratórios. Estima-se, com base em dados do Censo Demográfico de 2000, em cerca de 50 mil/ano o fluxo líquido de migrantes para a Área Metropolitana de Brasília na década de 1990, sendo 20 mil no Distrito Federal e 30 mil nos municípios da periferia, o chamado “Entorno Metropolitano”.

Já o surgimento de Goiânia foi decorrência do deslocamento do eixo dinâmico da economia estadual de sua região oeste, polarizada pela cidade de Goiás, decadente núcleo urbano do ciclo da mineração, para a região sudeste, onde despontavam as cidades de Ipameri, Catalão e principalmente Anápolis. Construída a partir de 1933, e capital estadual a partir de 1937, a transferência das atividades político-administrativas e as demandas por elas geradas foram o primeiro impulso para o crescimento da cidade. Em 1940, já era a principal cidade do estado com 40 mil habitantes, mas apenas 15 mil em sua área urbana.

Na década de 1940, em pleno processo da “Marcha para o Oeste” – movimento lançado no fim da década anterior pelo governo Vargas – Goiânia se consolidou como principal cidade do estado, mas ainda travava disputa com Anápolis pela condição de principal centro econômico. Anápolis se tornou o maior centro do comércio atacadista goiano e beneficiara-se da expressiva expansão da rizicultura no estado. Era para lá que convergia a quase totalidade da produção de arroz goiano (e parte da produção do norte de Mato Grosso) destinada ao beneficiamento e à comercialização.

A disputa econômica com Anápolis só vai se resolver a favor de Goiânia já na década de 1950, quando ela passou a dividir com Uberlândia a condição de principal entreposto de comercialização da produção agrícola do sudoeste goiano, região que rapidamente se constituiu na principal área de atividade agropecuária do estado. Em 1950, alcançava a condição de principal cidade do Centro-Oeste, com 76 mil habitantes e consolidando-se como principal centro comercial e de serviços de uma economia em franca expansão, passando a receber importantes contingentes migratórios, principalmente do interior do estado e de Minas Gerais.

Em 1960, quando Brasília foi fundada, Goiânia já comportava uma população urbana de 132 mil pessoas e a população no conjunto dos municípios que hoje formam sua área metropolitana, alcançava 182 mil habitantes. No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a cidade ampliou suas funções econômicas, tornando-se então o principal centro de suprimento de bens e serviços para as regiões agrícolas do estado, notadamente a próspera região sudoeste. Em 1970, a população da cidade alcançava 380 mil habitantes, e já começava a se desenhar sua futura área metropolitana, somando então com os municípios vizinhos, 424 mil habitantes.

A década de 1970 vai ser a de transição da atividade agrária na Região Centro-Oeste, de seu estágio semicapitalista para o de plena hegemonia capitalista, processo que vai se consolidar nas duas décadas seguintes. Este processo de modernização da atividade agrícola regional teve em Goiânia seu centro difusor. A cidade comandou a acentuada expansão do consumo intermediário

(fertilizantes, sementes, implementos agrícolas etc.), resultando na forte expansão da produtividade e no consequente aumento da produção e colheu as vantagens deste processo, pois ampliou sua influência para além das fronteiras do estado e para ela passaram a convergir grande parte das riquezas geradas em sua ampla área de influência.

Em 1980, a população de sua área metropolitana já ganhava contornos mais definidos, duplicando sua população para 808 mil habitantes. Posteriormente, esta cresceu para 1,2 milhão em 1991 e 1,6 milhão em 2000. Goiânia efetivamente se consolidava como uma das metrópoles nacionais. Neste contexto de rápida ocupação e transformação do Centro-Oeste brasileiro, o notável crescimento de Brasília e o igualmente acelerado crescimento de Goiânia, e a emergência de ambas como metrópoles nacionais consolidaram estas duas cidades como polos de toda a região, consolidando um novo eixo de desenvolvimento formado por Brasília-Anápolis-Goiânia³.

Em resumo, entre 1970 e 2000, a área metropolitana de Brasília cresceu de 625 mil para 2,75 milhões de habitantes; a de Goiânia, de 425 mil para 1,6 milhão e a da Aglomeração Urbana de Anápolis de 120 mil para 315 mil. No total, a população cresceu de 1,17 milhão para 4,67 milhões. Nada menos que 40% do crescimento da população urbana de toda a região concentrou-se neste Eixo.

RESTRIÇÕES E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL E DE SUA ÁREA METROPOLITANA

O processo de desenvolvimento do Oeste brasileiro, se por um lado levou a região a um rápido processo de crescimento, por outro levou a uma configuração econômica que, de algum modo, atua como obstáculo a seu pleno desenvolvimento: a forte predominância do binômio grãos/gado na atividade econômica e a conformação espacial dicotômica onde convivem regiões modernas e atrasadas. Ainda como obstáculo de peso, aparece a precariedade da infraestrutura, particularmente na área de transportes e energia.

A extrema especialização da economia regional na atividade agropecuária, não obstante o excepcional avanço tecnológico nesta área, expressa, por outro lado, um notável atraso na esfera industrial, com a região respondendo por cerca de 4,2% da produção industrial nacional, percentual baixíssimo se considerarmos que a região participa com cerca de 10% do PIB nacional.

3. O Eixo Brasília-Goiânia é apresentado neste estudo como um eixo de desenvolvimento compreendendo a Área Metropolitana de Brasília, a Área Metropolitana de Goiânia (envolvendo os municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Trindade, Goianira e Nerópolis) e a Aglomeração Urbana de Anápolis (Anápolis, Abadiânia, Goianópolis e Teresópolis de Goiás). Sua proposição foi feita no estudo "O Eixo Brasília-Goiânia como foco dinâmico da economia do Brasil Central", elaborado em março de 2000 pelo Presidente do Sindicato dos Economistas/DF, Júlio Miragaya. Esta definição foi adotada pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Governo de Goiás no estudo "Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília", elaborado em 2002.

Quanto à distribuição espacial da atividade econômica, o que se observa é a coexistência de bolsões de prosperidade com regiões agrícolas atrasadas e deprimidas, decorrente do modelo agrário da região.

O fosso verificado no campo se repete na rede urbana, emergindo prósperas cidades no coração das ricas zonas agrícolas especializadas, com uma expressiva expansão da oferta de empregos. Seja no setor terciário, voltado ao atendimento das demandas da atividade agropecuária, seja na emergente atividade agroindustrial (indústria de esmagamento e processamento de soja e outras leguminosas, a indústria de ração animal, a indústria frigorífica, principalmente carne bovina, e a indústria de laticínios). Nas zonas agrícolas atrasadas, os centros urbanos, de pequeno porte e estagnados, tornaram-se exportadores de mão de obra não qualificada para as regiões dinâmicas.

Conforme visto, a economia da região Centro-Oeste está fortemente concentrada no setor agrário. Na safra 2009/2010, respondeu por 37,5% da produção nacional de grãos. Nos últimos anos tem desenvolvido o setor industrial diretamente vinculado à produção agrária, o chamado complexo agroindustrial. Da mesma forma, tiveram grande expansão os setores voltados para o suprimento do setor agrícola, como a indústria de fertilizantes, de sementes e de implementos agrícolas. Em consequência do desenvolvimento dos setores agrário e agroindustrial, ocorreu uma forte expansão do setor terciário, estimulado também por expressivos investimentos em infra-estrutura e pela demanda de uma população em forte expansão e em crescente processo de urbanização.

A discussão sobre a industrialização do Centro-Oeste vem de longa data; a do Distrito Federal, em particular, vem sendo travada desde a fundação da Capital.

Sobretudo nas décadas 1960 e 1970, os investimentos industriais na região foram praticamente privados de incentivo do governo federal. Esta situação decorreu em parte pela reduzida articulação política das lideranças regionais, assim como de uma percepção equivocada de que a vocação da região estava na atividade agropecuária, notadamente no binômio grãos/gado. E deve se observar que este período correspondeu precisamente à fase de mais acelerada industrialização do país.

Em relação ao Distrito Federal, essa situação tem raízes na própria concepção da cidade, visto que foi planejada para desempenhar exclusivamente funções de natureza político-administrativas. Durante muitos anos os investimentos industriais não somente deixaram de ser estimulados no Distrito Federal, mas foram mesmo desestimulados. Deve-se destacar também que fatores ambientais tiveram influência decisiva nesta orientação.

A QUESTÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO CENTRO-OESTE E EM BRASÍLIA: RAZÕES DA NÃO INDUSTRIALIZAÇÃO

Não obstante o avanço ocorrido nas duas últimas décadas, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização de sua economia, situando-se no último posto entre as cinco macrorregiões do país. Ela respondeu em 2007 por cerca de 4% da produção industrial do país, muito inferior à participação da região no PIB nacional (10%). Em 1990, esta participação era de 1,8%; de 1,1% em 1980 e de 0,8% em 1970. Para efeito de comparação, Santa Catarina, com população equivalente a um terço da existente no Centro-Oeste, ostentava em 2007 uma produção industrial de quase 6% do total nacional. Não surpreende, portanto, o pífio desenvolvimento do setor industrial no Distrito Federal.

Certamente que o baixo grau de industrialização da região está relacionado à inegável vocação do Centro-Oeste para a atividade agropecuária e à formação muito recente de sua economia. Mas talvez o fator decisivo tenha sido o fato de o Estado Brasileiro, na fase mais importante do desenvolvimento industrial, quando teve papel ativo na definição da localização dos investimentos industriais (por meio de projetos estatais ou de políticas que favoreciam a desconcentração industrial) não ter dedicado ao Centro-Oeste a mesma atenção dedicada às demais regiões periféricas (Nordeste, Norte e Sul).

A ausência de estímulo à atividade industrial não atingiu apenas Brasília, mas praticamente toda a Região Centro-Oeste, embora em menor intensidade. Expressão disto foi que, entre todas as superintendências de desenvolvimento regionais criadas (e que tinham um forte objetivo de promoção da industrialização), a da Região Centro-Oeste (SUDECO) foi a última a ser criada, a que dispôs de menor estrutura e suporte por parte do governo federal e a primeira a ser extinta. Mais do que isto, enquanto as demais regiões foram contempladas com instituições financeiras federais de fomento, tais como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), na Região Nordeste; o Banco da Amazônia (BASA), na Região Norte e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), na Região Sul, o Centro-Oeste ficou privado de tal instrumento, de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento econômico, particularmente o industrial.

Do mesmo modo, não houve nenhum grande investimento industrial estatal na região, como, por exemplo, a Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás na Região Norte; o Pólo Petroquímico de Camaçari e o Complexo de Suape no Nordeste e o Polo Petroquímico de Triunfo e a Refinaria de Araucária na Região Sul. Não é fortuito, portanto, o reduzido grau de industrialização regional.

○ PROCESSO EM CURSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Por essas razões e decorrente deste “desaparelhamento”, o Centro-Oeste ficou às margens do processo de desconcentração espacial da atividade industrial, em curso no país nos últimos trinta anos, das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, em direção à Região Sul, Minas Gerais e ao interior do estado de São Paulo.

Em 1970, 57% do produto industrial brasileiro concentrava-se nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro (44% e 13%, respectivamente). Já em 1990, havia refluído para 33,4%. O deslocamento se deu sobretudo em direção à Região Sul (de 12% para 17,4%), a Minas Gerais (de 6,3% para 8,8%), e notadamente ao interior de São Paulo (de 14% para 23%), formando um polígono que passa pela Grande Vitória, Região Metropolitana de Belo Horizonte, as aglomerações urbanas de Uberlândia, São José do Rio Preto e Londrina e a Região Metropolitana de Porto Alegre, ficando o Centro-Oeste e Brasília precisamente no limite externo deste polígono.

Este processo, para alguns autores como Diniz e Crocco em “Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas”, constitui-se na verdade numa nova reconcentração, só que envolvendo um território muito mais amplo que as duas grandes áreas metropolitanas do país.

Nos últimos anos, vultosos investimentos tem sido feitos nesta área (Gasodutos Brasil-Bolívia e São Paulo-Porto Alegre; Hidrovia do Paraná-Tietê; Rodovia do Mercosul), inversões que tendem a acentuar as vantagens comparativas locais desta região em relação às demais áreas do país.

A simples observação de um mapa permite constatar que o Eixo Brasília - Anápolis-Goiânia fica exatamente no limite exterior deste contorno, do processo de desconcentração espacial da indústria, assim como tem ficado também às margens desses novos investimentos em infraestrutura.

O desafio para a região é se inserir no “novo mapa” da localização industrial brasileira e capitalizar parte desse processo de desconcentração industrial ainda em curso. Deve-se destacar ainda a relativa proximidade do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia nacional.

Aliás, o acentuado crescimento nos últimos anos de algumas cidades médias (Joinville, Caxias do Sul, Londrina, Uberlândia, Vitória), e mesmo metrópoles (Curitiba, Campinas, Fortaleza) com base na expansão industrial vem desmistificar o argumento daqueles que hoje descartam a indústria como fator de desenvolvimento econômico, e que em Brasília, constitui-se num contingente numeroso e influente.

Conforme apresentamos no início deste estudo, o argumento apresentado é que Brasília deve desenvolver-se apenas como centro prestador de serviços,

notadamente os de alta especialização. Inicialmente, deve se ter claro que as duas opções (indústria e serviços) não são excludentes, pelo contrário. A análise das experiências internacionais bem sucedidas de forte desenvolvimento e especialização em serviços de algumas metrópoles (Boston e Baltimore, nos EUA, Frankfurt e Paris, na Europa) revela que o notável desenvolvimento, nestas metrópoles, de serviços especializados, foi enormemente facilitado pela ampla base industrial existente em suas regiões.

Isto ocorre porque parcela determinante destes serviços é demandada exatamente pelo setor industrial. Para não irmos tão longe, basta verificarmos o caso da região metropolitana de São Paulo, maior e mais complexo centro de prestação de serviços do país, e não por acaso, seu maior centro industrial.

DESAFIOS CENTRAIS

Formular estratégia de desenvolvimento econômico, buscando superar os seguintes obstáculos ao pleno desenvolvimento:

1. Alta dependência do setor público
2. Baixo grau de industrialização
3. Elevada taxa de desemprego
4. Concentração de empregos no Plano Piloto (RA I)
5. Desigualdade espacial entre as RAs
6. Assimetrias com a AMB

ECONOMIA DO ESTADO

ANÁLISE SOBRE AS FINANÇAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL EM 2013

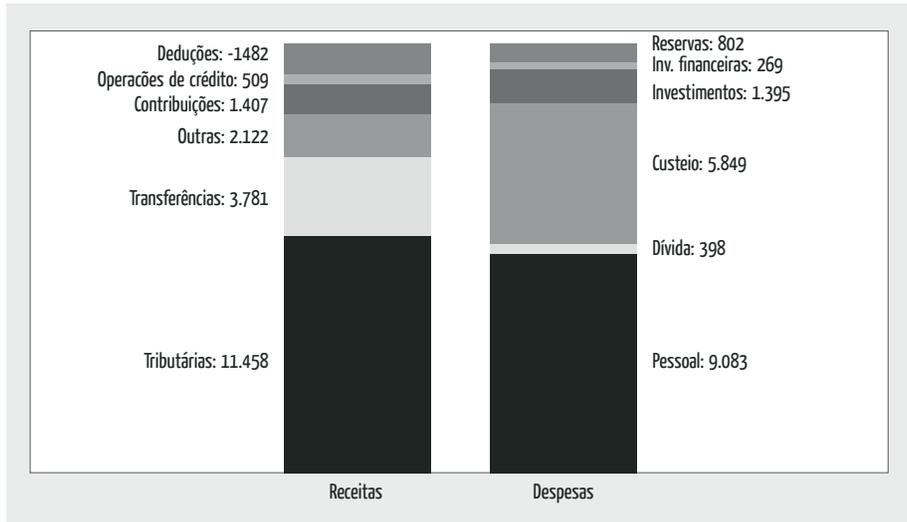
O Orçamento do Distrito Federal em 2013, segundo a Lei Orçamentária Anual, previu recursos de R\$ 28,4 bilhões, dos quais R\$ 17,8 bilhões da arrecadação e R\$ 10,6 bilhões relativos às transferências do Fundo Constitucional.

O total de R\$ 17,8 bilhões da receita corresponde a R\$ 11,5 bilhões de receita tributária; R\$ 3,8 bilhões, como transferências; R\$ 1,4 bilhão, como contribuições; R\$ 2,1 bilhões, como outras receitas, e; R\$ 0,5 bilhão, como operações de crédito.

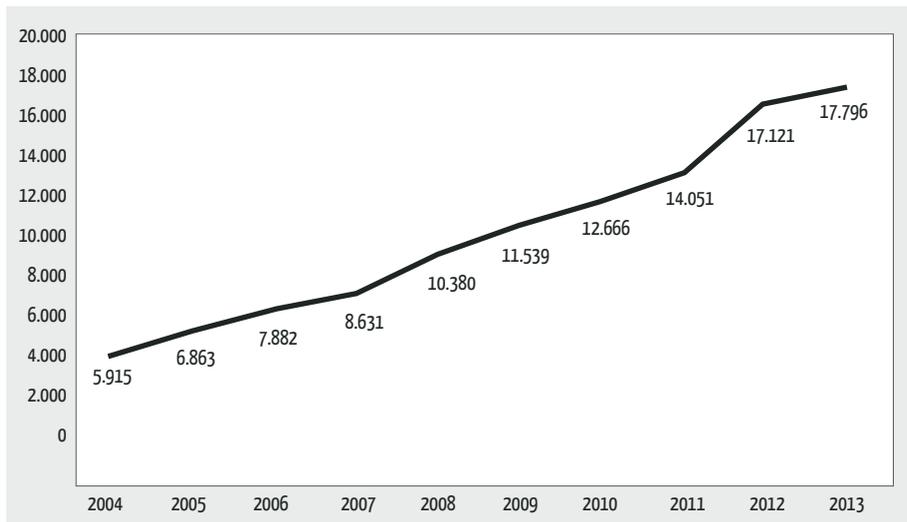
O total das despesas (R\$ 17,8 bilhões) foi distribuído da seguinte maneira: pessoal, R\$ 9,1 bilhões; R\$ 398 milhões para pagamento da dívida; R\$ 5,5 bilhões referentes a custeio; R\$ 1,4 bilhão para investimentos; R\$ 269 milhões para inversões financeiras; e R\$ 802 milhões como reservas (Gráfico 28).

Não obstante, os investimentos previstos para os projetos estruturantes do DF consideraram a seguinte distribuição na LOA 2013: R\$ 43,6 milhões para o Centro de Gestão Integrada; R\$ 145,5 milhões para a manutenção de áreas urbanizadas e ajardinadas; R\$ 277,8 milhões para o eixo sul do Veículo Leve sobre Pneus (VLP), e; R\$ 444,3 milhões para obras do Estádio Nacional Mané Garrincha.

Considerando o período de 2004 a 2013, a receita do DF vem crescendo a uma taxa geométrica média de 13,02% a.a., como resultado do forte crescimento a partir de 2008 (+20,2%) e do crescimento de 21,8% em 2012; de 2004 a 2007, houve crescimento de 45,9% (Gráfico 29).

Gráfico 28**Distrito Federal – Distribuição de receita e despesa (em R\$ milhões)
2013**

Fonte: Apresentação (em PPT) do PLOA 2013 do GDF.

Gráfico 29**Distrito Federal – Evolução da receita total (em R\$ milhões)
2004-2013**

Fonte: Apresentação (em PPT) do PLOA 2013 do GDF.

A dependência do DF com relação às transferências constitucionais e do governo federal tem sido muito representativa. As transferências correntes cresceram de 2004 a 2013 19,8% ao ano. Em 2013 elas representaram 45,4% do total das receitas, enquanto em 2004, representavam apenas 24,5% do total das receitas. Hoje, representam mais do que o total das receitas de contribuições, de capital, e de outras receitas correntes.

Segundo os dados da STN, em 2012, do total de transferências recebidas pelo DF, R\$ 485 milhões, as do FPE representaram mais de 70% (Tabela 8 e Gráfico 30).

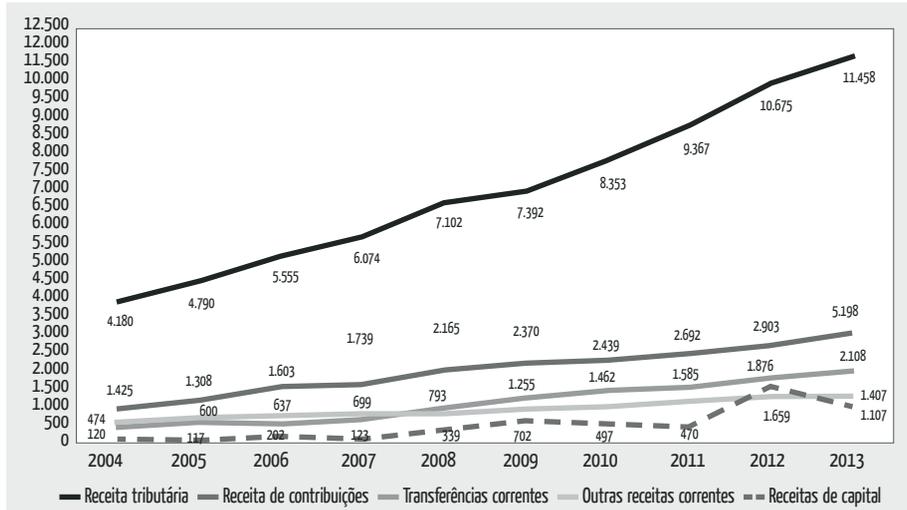
Com relação às despesas, os gastos com pessoal cresceram 16,7% ao ano entre 2004 e 2013. Em 2004 representavam 81,7% do total de custeio, hoje representam 155,3%. Quando comparamos as despesas de pessoal com as receitas, no período de 2004 a 2013, verifica-se que evoluiu de 38,4% para 51,04%, após ter atingido 57,9% em 2011 (Gráficos 31, 32 e 33, p. 76 e 77).

O total da dívida contratual interna do DF aumentou 115,6% entre 2000 e 2012. O maior devedor é a administração direta, representando hoje 68,8% do total. Os maiores credores do DF são as instituições financeiras públicas, que detêm 53% do total; seguidos pelo Tesouro Nacional, com 46,3% do total. Situação bem diferente daquela que acontecia nos anos de 2000, 2005 e 2010, quando o Tesouro Nacional era o maior credor do GDF (Tabela 9, p. 78).

Tabela 8**Transferências para o Distrito Federal
2012**

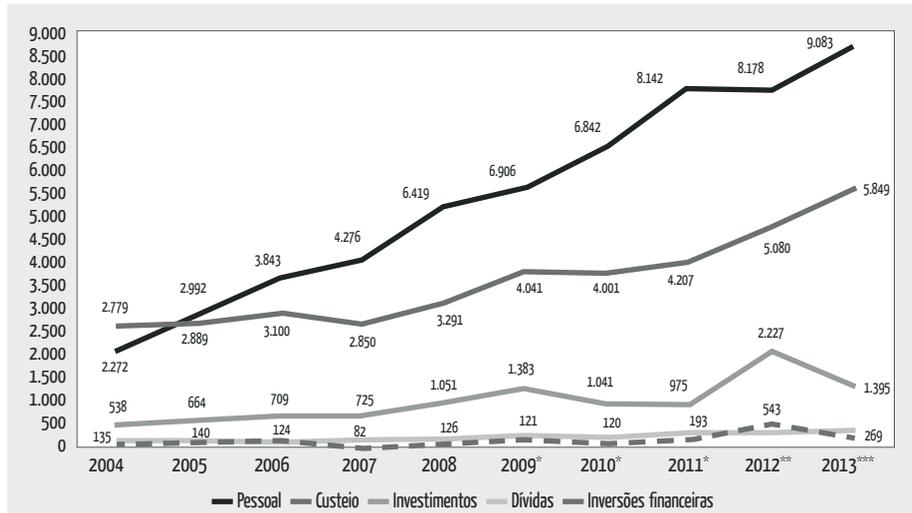
Mês	FPE	IOF	IPI-EXP	Fundef	Fundeb	LC 87/96	LC 87/96 -1579	CIDE	FEX	Total
1	29.976.603,60	0	141.448,66	0	9.720.706,76	1.052.675,00	0	6.315.445,52	0	47.206.880,54
2	36.261.255,92	0	295.497,06	0	11.714.898,00	1.052.675,00	0	0	0	49.324.325,98
3	24.627.183,62	0	263.195,93	0	8.059.038,47	1.052.675,00	0	0	0	34.002.093,02
4	31.038.328,76	0	279.269,78	0	10.072.619,72	1.052.675,00	0	4.134.144,55	0	46.577.037,81
5	34.714.174,54	0	316.093,95	0	11.234.249,06	1.052.675,00	0	0	0	47.317.192,55
6	29.623.303,69	0	282.385,66	0	9.628.692,81	1.052.675,00	0	0	0	40.587.057,16
7	22.121.692,85	0	263.335,51	0	7.270.399,65	1.052.675,00	0	4.538.915,65	0	35.247.018,66
8	24.410.823,81	0	291.068,37	0	7.995.943,92	1.052.675,00	0	0	0	33.750.511,10
9	21.359.112,37	0	294.358,73	0	6.779.534,45	0	0	0	0	28.433.005,55
10	22.673.661,81	0	284.501,18	0	7.772.271,10	2.105.350,00	0	806.179,48033	641.963,57	
11	30.647.178,38	0	288.023,44	0	9.956.688,83	1.052.675,00	0	0	0	41.944.565,65
12	34.640.762,00	0	330.722,35	0	11.219.216,25	1.052.675,00	0	0	0	47.243.375,60
	342.094.081,35	0	3.329.900,62	0	111.424.259,02	12.632.100,00	0	15.754.636,20	0	485.275.027,19

Fonte: STN.

Gráfico 30**Distrito Federal – Evolução dos principais itens da receita total (em R\$ milhões)**
2004-2013

Fonte: Apresentação (em PPT) do PLOA 2013 do GDF. Fonte: Sistema Siggo (Balancetes).

*Somatório de Outras receitas correntes+Receita patrimonial+Receita agropecuária+Receita industrial+Receita de serviços.

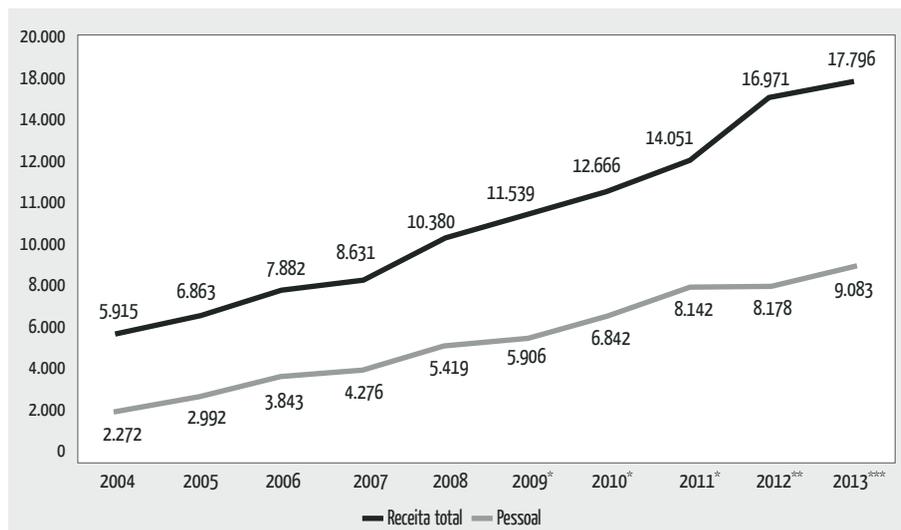
Gráfico 31**Distrito Federal – Principais itens da despesa, por grupo (em R\$ milhões)**
2004-2013

Fonte: Apresentação (em PPT) do PLOA 2013 do GDF.

*Pessoal grupos 1 e 3; ** lei orçamentária inicial; ***projeção.

Gráfico 32

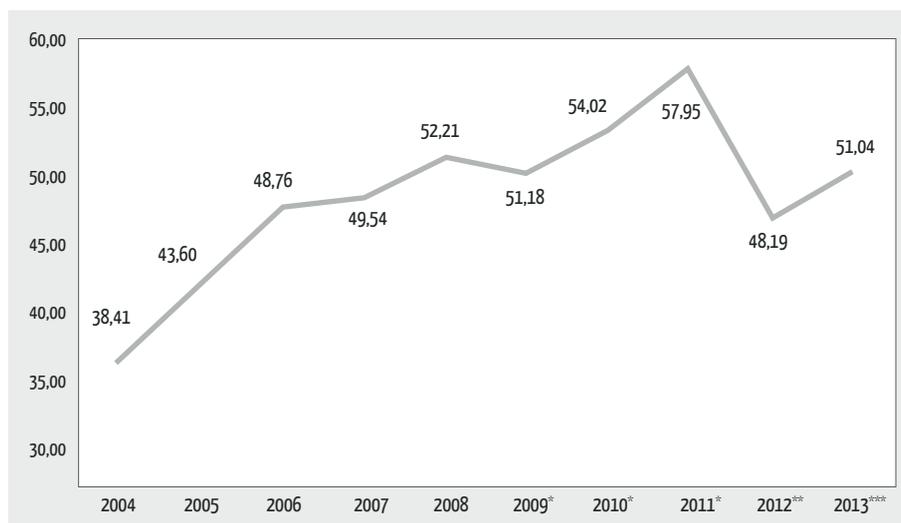
Distrito Federal – Evolução da receita total e despesas de pessoal (em R\$ milhões)
2004-2013



Fonte: Apresentação (em PPT) do PLOA 2013 do GDF.

Gráfico 33

Distrito Federal – Despesa de pessoal em relação à receita total (em %)
2004-2013



Fonte: Apresentação (em PPT) do PLOA 2013 do GDF.

Tabela 9

Distrito Federal – Dívida contratual interna junto ao Tesouro Nacional e ao Sistema Financeiro Nacional (saldo devedor em R\$ 100.000,00)

Dez/2012

Devedor	Credor			Total
	Tesouro nacional	Instituições financeiras públicas	Instituições financeiras privadas	
a) Administração direta	1.207,26	729,58	0,00	1.936,84
b) Administração indireta	94,65	761,33	20,0	875,97
Autarquias	0,00	73,02	0,00	73,02
Fundações	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas públicas	0,00	116,87	0,00	116,87
Sociedades de economia mista	94,65	571,43	30,00	686,08
Total (a) + (b) em 2012	1.301,91	1.490,91	20,00	2.812,81
Dezembro 2010	1.257,49	1.215,11	66,18	2.535,78
Dezembro 2005	1.135,91	459,99	52,18	1.648,08
Dezembro 2000	699,84	588,29	16,79	1.304,93

Fonte Banco Central.

Obs.: Não inclui informações para a dívida externa, mobiliária e ao junto INSS, FGTS ou outras instituições não financeiras que não o Tesouro Nacional.

○ CONTEXTO DISTRITAL: NÍVEL DE ATIVIDADE

Em recente Nota Técnica⁴, a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) ressaltou o fato de que o desempenho da economia do Distrito Federal tem apresentado, ao longo dos anos, uma acentuada correlação com o comportamento da economia nacional, fato derivado do forte peso que o setor público tem na economia local.

Para suas estimativas e projeções, os técnicos da Codeplan adotam como fundamento a constatação de que, ao longo da década de 2000, a economia do Distrito Federal representou entre 3,5% e 4% da economia nacional, com o percentual tendendo mais para o nível superior do intervalo nos últimos anos.

Assim, para obtenção das participações do Distrito Federal nos agregados do Brasil de 2011, foi utilizada média de quatro anos consecutivos (2007, 2008, 2009 e 2010). A mesma regra também foi aplicada para o ano de 2012 (2008, 2009, 2010 e 2011), tendo essa participação oscilado em torno de 4%.

As médias encontradas para 2011 e 2012 foram aplicadas aos valores correntes do PIB-Brasil dos respectivos anos, calculados pelo IBGE. Com isso, a

4. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). Estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) do Distrito Federal para o Período 2011/2012 e Projeção para 2013/2016. Nota Técnica, março de 2013.

Codeplan não só reviu sua estimativa do PIB-DF para 2011, como também aplicou o modelo teórico aos resultados das Contas Trimestrais do Brasil de 2012.

De acordo com a nova metodologia adotada pela Codeplan, os valores estimados para o PIB do Distrito Federal eram: R\$ 164,478 bilhões para 2011; e R\$ 176,101 bilhões para 2012.

Ao mesmo tempo, para suprir a carência de informações atualizadas do PIB-DF, em razão da defasagem na divulgação oficial coordenada pelo IBGE, a Codeplan passou a divulgar o Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon-DF), com periodicidade trimestral.

Com base nos dados consolidados no Idecon-DF, a Codeplan calcula que em 2012 a economia do Distrito Federal cresceu 3,0% ante um crescimento de 0,9% do PIB-Brasil.

Dentre os componentes do PIB-DF, o setor de serviços representa 92,96% de toda a atividade econômica distrital. E mais: saúde, educação e administração públicas respondem por 59,55% do setor. Comparando-se o desempenho da economia em 2012 com os resultados alcançados em 2011, o setor de serviços cresceu 3,0% no DF e 1,7% no Brasil.

O resultado do setor de serviços pode ser explicado pelos resultados alcançados em administração, saúde e educação públicas (DF: 2,9%; Brasil: 2,8%); comércio e serviços de manutenção e reparos (DF: 4,6%; Brasil: 1,0%); serviços de informação (DF: 15,2%; Brasil: 2,9%). Por sua vez, a atividade de intermediação financeira, seguros e previdência complementar teve fraco desempenho (DF: -1,1%; Brasil: 0,5%).

Por sua vez, a atividade industrial cujo peso é de 6,58% no PIB local destacou-se pelo fato de que o bom desempenho no Distrito Federal foi absolutamente distinto do observado no cenário nacional: alta de 5,1% no DF e redução de 0,8% no plano nacional. Registrem-se, aqui, os desempenhos da Indústria de Transformação (DF: 5,7%; Brasil: -2,5%) e da Construção Civil (DF: 4,5%; Brasil: 1,4%).

Já o setor agropecuário teve uma retração de 10,7% em relação a 2011, enquanto nacionalmente se observou uma redução de 2,3%.

De acordo com o Idecon-DF, constatou-se que a produção prevista para 2012 a partir do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LS-PA-IBGE) caiu para importantes culturas locais: tomate (-37,7%); primeiras safras de feijão (-26,8%) e soja (-4,3%).

Esses resultados foram influenciados tanto pela redução da área plantada, quanto pela perda de produtividade.

Há que se observar, porém, que o setor agropecuário, assim como a indústria, exerce pequeno impacto no desempenho global da economia distrital, pois responde apenas por 0,47% do PIB-DF.

A Tabela 10 apresenta a variação percentual do Idecon-DF e PIB-Brasil ao longo de 2012, comparando-os com igual período de 2011.

Tabela 10

Idecon Distrito Federal e PIB Brasil – Variação percentual nos quatro trimestre e acumulado no ano 2011-2012

Setor/atividade econômica	1º trim.		2º trim.		3º trim.		4º trim.		Cresc. 2012*	
	Idecon DF	Brasil	Idecon DF	PIB Brasil	Idecon DF	PIB Brasil	Idecon DF	PIB Brasil	Idecon DF	PIB Brasil
Agropecuária	5,0	-8,5	2,4	1,7	-22,8	3,6	-23,5	-7,6	-10,7	-2,3
Indústria	7,2	0,1	4,4	-2,4	2,4	-0,9	6,6	0,1	5,1	-0,8
Indústria de transformação	6,9	-2,6	4,3	-5,3	7,6	-1,8	4,1	-0,5	5,7	-2,5
Construção civil	8,2	3,3	4,2	1,5	-1,1	1,2	7,0	-0,2	4,5	1,4
Serviços	3,6	1,6	1,9	1,5	3,2	1,4	3,3	2,2	3,0	1,7
Comércio e serviços de manutenção e reparação	4,5	1,6	3,1	0,2	8,5	1,2	2,1	1,1	4,6	1,0
Serviços de informação	14,0	4,1	15,4	2,6	15,6	2,3	15,7	2,8	15,2	2,9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	-2,0	0,3	1,6	1,8	-0,6	-1,0	-3,3	1,0	-1,1	0,5
Administração, saúde, educação públicas	4,2	2,9	0,7	3,3	2,5	2,7	4,1	2,5	2,9	2,8
Indicador de Atividade Econômica Geral	3,8	0,8	2,1	0,5	3,0	0,9	3,3	1,4	3,0	0,9

Fonte: Codeplan, IBGE – Elaboração Dieps - Codeplan.

*Crescimento acumulado 2012.

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Os dados apresentados a seguir são originários dos relatórios elaborados pela Secretaria de Estado da Fazenda e publicados no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), em cumprimento ao que determina o § 4º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2012, a Receita Primária do Distrito Federal (receitas realizadas, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito e as decorrentes de aplicações financeiras) atingiu o montante de R\$ 15,083 bilhões, enquanto a Despesa Primária (total das despesas, excluídos o pagamento de juros e as amortizações da dívida pública) chegou a R\$ 15,398 bilhões. Com isso, o Resultado Primário (diferença entre receita e despesa primária) foi deficitário em R\$ 314,119 milhões, ficando acima da meta anual estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012, que previa *superávit* de R\$ 10 milhões.

O *déficit*, porém, é amplamente compensado quando são incluídas no cálculo todas as despesas e receitas do governo (financeiras e não financeiras). Dessa forma, quando aplicado o saldo de exercícios anteriores no valor de R\$ 775,657 milhões, tem-se um “*superávit real*” de R\$ 461.538 milhões.

Tabela 11

Distrito Federal – Demonstrativo do resultado do Orçamento (em R\$ 1.000)
2011-2012

Especificação	Janeiro a dezembro		Variação nominal 2012/2011 (%)
	2012	2011	
Resultado do orçamento corrente	730.839	893	(18,18)
Resultado do orçamento de capital	(1.044.958)	(841.906)	24,12
Resultado orçamentário (<i>déficit</i>)	(314.119)	51.285	(712,50)
Saldo de exercícios anteriores (<i>superávit</i>)	775.567	665.462	16,56
<i>Superávit real</i>	461.538	716.746	(35,61)

Fonte: SIAC/ SIGGO.

RECEITAS

As receitas realizadas em 2012 totalizaram R\$ 15,699 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 13,28% em relação a 2011. Representa, também, 86,52% das receitas previstas para o exercício de 2012.

Na composição das receitas realizadas destacaram-se as tributárias e as transferências correntes, com participação de 65,6% e 9,5%, respectivamente. A Tabela 12, na página seguinte, apresenta o balanço orçamentário da receita.

As Receitas Correntes são aquelas que decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias, legais e outras. Nessa categoria, o total realizado foi de R\$ 14,744 bilhões, o que corresponde a 92,34% do montante previsto e a um crescimento de 10,12% em relação ao mesmo período de 2011.

O Gráfico 33 demonstra a participação percentual das principais receitas correntes realizadas no ano de 2012.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 10,3 bilhões. O resultado traduz um crescimento da arrecadação de 9,83% em relação ao realizado no mesmo período do ano anterior e decorre do desempenho da economia e da ação fiscalizadora (Tabela 13).

Compostas pelas transferências constitucionais e legais efetuadas pela União, as transferências correntes totalizaram R\$ 1,6 bilhão em 2012, o que equivale a 11,2% das Receitas Correntes realizadas e a um aumento de 18,39

% nos ingressos dessas receitas em relação a 2011. A tabela abaixo detalha o balanço das Transferências Correntes. Merecem destaque, no que diz respeito às Transferências Correntes, os itens Recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) e Fundo de Participação de Estados e Municípios (FPE).

Os repasses realizados pelo SUS atingiram o montante de R\$ 574,545 milhões (acréscimo de 8,99% em relação a 2011), enquanto os repasses do FPE totalizaram R\$ 427,618 milhões (aumento de 3,11% quando comparado ao exercício anterior).

Já as Receitas de capital atingiram o valor de R\$ 954,652 milhões, o que corresponde a um acréscimo de 103,10% em relação ao exercício anterior. Foram realizados nessa rubrica 43,97% da previsão anual, conforme demonstra as Tabelas 14 e 15, na página 84.

Tabela 12

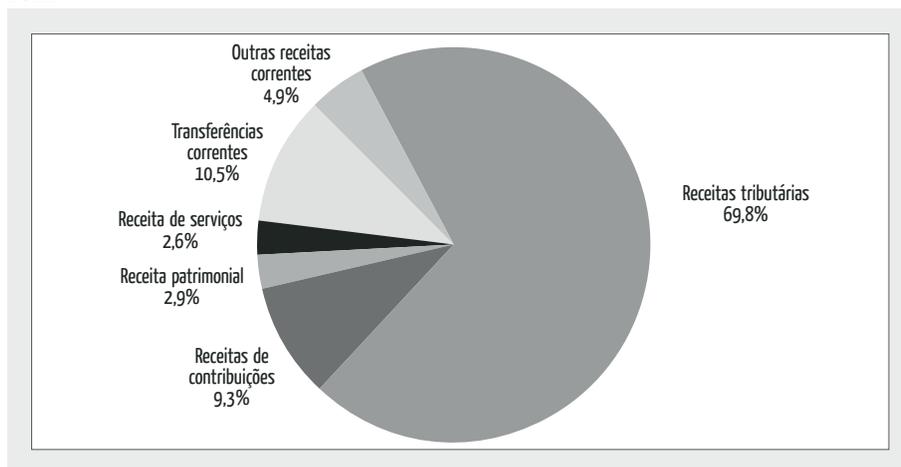
Distrito Federal – Balanço orçamentário da receita (em R\$ 1.000)
2011-2012

Receitas	Previsão para o exercício/2012	Receitas realizadas – janeiro/dezembro			Variação nominal
		2012	Realizada/prevista	2011	
Receitas correntes	15.968.715	14.744.818	92,34%	13.389.304	10,12%
Receitas tributárias	10.894.588	10.287.232	94,43%	9.366.541	9,83%
Receitas de contribuições	1.427.149	1.365.670	95,69%	1.236.037	10,49%
Receita patrimonial	456.988	432.945	94,74%	383.423	12,92%
Receita agropecuária	18	13	69,42%	10	22,50%
Receita industrial	3.408	4.298	126,10%	3.547	21,18%
Receita de serviços	368.456	380.039	103,14%	328.814	15,58%
Transferências correntes	1.733.066	1.551.493	89,52%	1.397.037	11,06%
Outras receitas correntes	835.260	720.699	86,28%	671.106	7,39%
Receitas intraorçamentárias correntes	249.782	6.719	2,69%	7.033	(4,46%)
Deduções da receita	-	(4.290)	-	(4.243)	-
Receitas de capital	2.176.614	954.652	43,86%	470.047	103,10%
Operações de crédito	1.024.354	213.335	20,83%	153.229	39,23%
Alienação de bens	17.976	13.481	74,99%	28.402	(52,53%)
Amortizações	17.860	18.851	105,55%	5.415	248,16%
Transferências de capital	1.111.171	708.985	63,81%	283.001	150,52%
Receitas intraorçamentária de capital	5.253	-	-	-	-
Total	18.145.329	15.699.469	86,52%	13.859.351	13,28%

Fonte: SIAC/SIGGO.

Gráfico 33

Distrito Federal – Participação percentual das principais receitas correntes realizadas 2012



Fonte: SIAC/SIGGo.

Tabela 13

Distrito Federal – Receitas tributárias (em R\$ 1.000)
2011-2012

Receitas	Previsão para o exercício/2012	Receitas realizadas – janeiro/dezembro		Variação nominal
		2012	Realizada/prevista 2011	
Receitas tributárias	10.894.588	10.287.232	94,43%	9,83%
IPTU	479.488	474.722	99,01%	6,38%
IRRF	2.005.937	1.957.896	97,61%	12,34%
IPVA	651.283	554.372	85,12%	(10,99)%
ITCD	39.328	53.009	134,79%	37,16%
ITBI	253.145	276.616	109,27%	32,56%
ICMS	5.944.389	5.494.095	92,42%	9,69%
ISS	1.079.098	1.083.337	100,39%	15,09%
Imposto simples	296.415	243.915	82,29%	10,17%
Taxas	145.505	149.268	102,59%	9,87%

Fonte: SIAC/ SIGGo.

DESPESAS

O total da Despesa Empenhada em 2012 atingiu o montante de R\$ 15,817 bilhões. Esse valor correspondente a 81,70% da dotação autorizada e representa um crescimento de 14,30% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, conforme demonstrado na Tabela 17.

O Gráfico 34 apresenta a participação dos grupos componentes da Despesa.

A categoria econômica Despesas Correntes contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental: Pessoal e Encargos Sociais; Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas; e Outras Despesas Correntes, que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado. No total, as despesas classificadas nessa categoria eco-

Tabela 14

Distrito Federal – Transferências correntes (em R\$ 1.000)
2011-2012

Receitas	Previsão para o exercício/2012	Receitas realizadas – janeiro/dezembro			Variação nominal
		2012	Realizada/prevista	2011	
Transferências correntes	1.733.066	1.653.918	95,43%	1.397.037	18,39%
FPE	408.352	427.618	104,72%	414.726	3,11%
FPM	107.627	113.805	105,74%	110.092	3,37%
Salário educação	219.537	225.831	102,87%	189.261	19,32%
ITR	1.312	581	44,30%	557	4,27%
IPI	3.380	4.162	123,15%	5.575	(25,34)%
Lei 87/96 – Lei Kandir	25.226	15.790	62,60%	15.790	-
Recursos do Sus	630.059	574.545	91,19%	527.153	8,99%
Alimentação escolar	32.334	34.373	106,31%	33.830	1,60%
CIDE	36.736	15.795	42,99%	29.861	(47,11)%
Convênios	236.785	103.283	43,62%	38.294	169,71%
Outras transferências	31.719	138.135	435,49%	31.897	333,06%

Fonte: SIAC/ SIG6o.

Tabela 15

Distrito Federal – Receitas de capital (em R\$ 1.000)
2011-2012

Receitas	Previsão para o exercício/2012	Receitas realizadas – janeiro/dezembro			Variação nominal
		2012	Realizada/prevista	2011	
Receitas de capital	2.171.361	954.652	43,97%	470.047	103,10%
Operações de crédito	1.024.354	213.335	20,83%	153.229	39,23%
Operações de créditos internas	328.573	191.541	58,29%	109.914	74,26%
Operações de crédito externas	695.781	21.794	3,13%	43.315	(49,68)%
Alienação de bens	17.976	13.481	74,99%	28.402	(52,53)%
Amortização de empréstimos	17.860	18.851	105,55%	5.415	248,16%
Transferências de capital	1.111.171	708.985	63,81%	283.001	150,52%

Fonte: SIAC/ SIG6o.

nômica atingiram o montante de R\$ 13,791 bilhões, o que corresponde a 91,39% da dotação autorizada e representa um crescimento de 10,36% em relação a 2011.

Já a categoria econômica Despesas de Capital, que registra Investimentos, Inversões Financeiras e a Amortização da Dívida, totalizou R\$ 2,026 bilhões, o que equivale a 47,47% da dotação autorizada e a um crescimento de 54,49% em relação ao exercício anterior.

Tabela 16

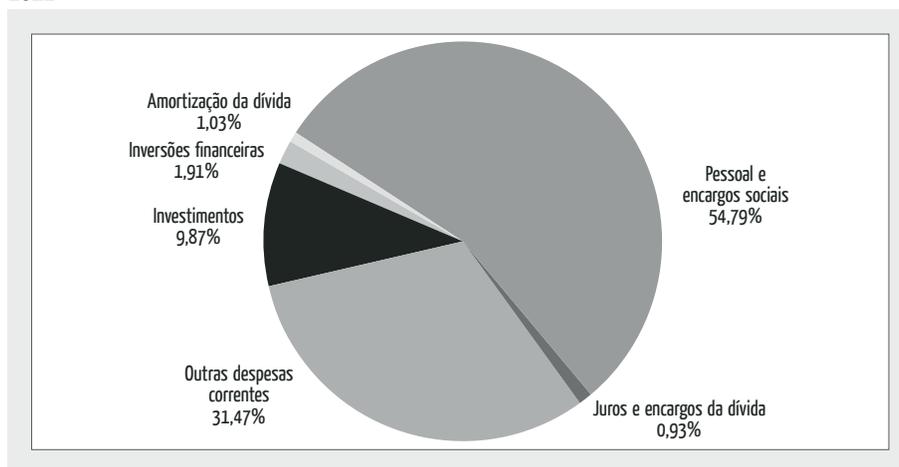
Distrito Federal – Balanço orçamentário da despesa (em R\$ 1.000)
2011-2012

Receitas	Previsão para o exercício/2012	Receitas realizadas – janeiro/dezembro			Variação nominal
		2012	Realizada/prevista	2011	
Despesas correntes	15.090.883	13.791.010	91,39%	12.496.114	10,36%
Pessoal e encargos sociais	8.958.952	8.666.112	96,73%	8.142.076	6,44%
Juros e encargos da dívida	163.718	146.471	89,47%	146.863	(0,27)%
Outras despesas correntes	5.968.212	4.978.426	83,42%	4.207.175	18,33%
Despesas de capital	4.270.278	2.026.901	47,47%	1.311.953	54,49%
Investimentos	3.521.902	1.561.942	44,35%	974.861	60,22%
Inversões financeiras	584.397	302.690	51,80%	193.204	56,67%
Amortização da dívida	163.979	162.269	98,96%	143.888	12,77%
Total	19.361.160	15.817.911	81,70%	13.808.066	14,30%

Fonte: SIAC/ SIGGo.

Gráfico 33

Distrito Federal – Participação percentual dos grupos componentes da despesa
2012



Fonte: SIAC/SIGGo.

DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

No âmbito do Poder Executivo, as despesas com pessoal e encargos sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas, se mantiveram dentro dos limites legais permitidos pela LRF, conforme apresentado na Tabela 17, a seguir.

Tabela 17

Distrito Federal – Despesa com pessoal - Poder Executivo, de janeiro a dezembro (em R\$ 1.000)
2011-2012

Especificação	2011		2012	
	Em R\$1.000	% sobre a RCL	Em R\$1.000	% sobre a RCL
Total da despesa com pessoal para fins de apuração do limite - TDP	5.928.305	46,10	6.437.046	44,98
Receita corrente líquida	12.859.747		14.312.436	
Limite prudencial (§ único, art. 22 Da LRF)	5.986.210	46,55	6.662.439	46,55
Limite máximo (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	6.301.273	49,00	7.013.094	49,00

Fonte: SIAC/ SIGGo.

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)

Em 2012, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino totalizaram R\$ 2,9 bilhões, o que representa 26,33% da Receita Líquida de impostos e transferências, ultrapassando o limite constitucional de 25%.

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas relativas à remuneração dos profissionais da educação, à manutenção dos ensinos, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino (Tabela 18).

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2012

Tabela 18

Distrito Federal – Apuração do limite mínimo em manutenção do desenvolvimento do ensino (em R\$ 1.000)
2011-2012

Especificação	Receitas realizadas – janeiro/dezembro		Limite mínimo
	2012	2011	
Total da receita compatível em MDE	10.977.102	10.014.040	
Limite mínimo de aplicação em MDE	2.744.276	2.503.510	25%
Despesas realizadas em MDE	2.890.658	3.031.391	
% Aplicado no MDE	26,33%	30,27%	

Fonte: SIAC/ SIGGo.

foram realizadas despesas no valor de R\$ 1,49 bilhão, R\$ 122 milhões acima da receita mínima de aplicação de R\$ 1,37 bilhão. Foi atendido com bastante folga o limite mínimo de 60% a ser aplicado com o pagamento de profissionais do magistério da educação básica, com um percentual expressivo de 104% (Tabela 19).

Tabela 19

Distrito Federal – Apuração do limite mínimo de aplicação do Fundeb (em R\$ 1.000)
2011-2012

Especificação	Realizado – janeiro/dezembro		Limite
	2012	2011	
Receita mínima de aplicação no Fundeb	1.369.434	1.270.144	
Limite mínimo de aplicação no pagamento de (60%) profissionais do magistério da educação básica	821.661	762.086	60%
Despesas realizadas com recursos do Fundeb	1.491.195	.292.810	
Pagamento de profissionais do magistério da educação básica	1.424.828	1.182.892	
Resultado apurado no Fundeb	121.761	22.666	
% Aplicado no pagamento de profissionais	104,04%	93,13%	60%

Fonte: SIAC/ SIGGo.

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Em 2012, foi destinado para as despesas com saúde o montante de R\$ 1,7 bilhão, correspondendo a um *superávit* de R\$ 336 milhões. Tal valor ultrapassa com folga os recursos mínimos a aplicar de 12% da base estadual e 15% da base municipal estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000, no valor de R\$ 1,4 bilhão.

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que estejam alocadas na função 10 – Saúde, e na função 28 – Encargos Especiais, desde que relacionadas ao custeio de pessoal em atividade de saúde e que estejam alocadas no Fundo de Saúde (Tabela 20).

RESTOS A PAGAR

Ao final do ano de 2011, os Restos a Pagar inscritos totalizaram R\$ 826 milhões, dos quais R\$ 155 milhões processados e R\$ 671 milhões não processados. Ao final do exercício de 2012, o valor dos Restos a Pagar liquidados totalizou R\$ 575 milhões e cancelados R\$ 251 milhões (Tabela 21).

Tabela 20

Distrito Federal – Aplicações em ações e serviços públicos de saúde (em R\$ 1.000). Verificação do cumprimento da Emenda Constitucional 29/2000

2011-2012

Especificação	Realizado – janeiro/dezembro		Variação nominal 2012-2011 (%)
	2012	2011	
I – Receita-base de cálculo estadual – B.E.	7.192.9286.569.6559,49		
II – Receita-base de cálculo municipal – B.M.	3.776.992	3.439.715	9,81
III – Recursos mínimos a aplicar (12% da B.E. + 15% da B.M.)	1.429.700	1.304.316	9,61
IV – Aplicações em ações e serviços públicos de saúde	1.766.194	1.629.306	8,40
V – <i>Superávit</i> (IV – III)	336.494	324.990	3,54

Fonte: SIAC/ SIGGo.

Tabela 21

Distrito Federal – Restos a pagar (em R\$ 1.000)

2011-2012

Especificação/Poder	Inscritos	Cancelados	Pagos
Processados	155.243	6.405	148.838
Executivo	154.891	6.352	148.540
Legislativo	351	53	298
Não processados	671.317	244.884	426.370
Executivo	655.426	241.404	413.959
Legislativo	15.891	3.480	12.411
Total	826.560	251.289	575.208

Fonte: SIAC/ SIGGo.

RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos, ou seja, indica em quanto a dívida de um Ente público aumentou ou reduziu num determinado exercício ou período de tempo.

Em 2012, o resultado nominal foi de R\$ 614 milhões negativos, indicando que houve uma redução da dívida neste montante, em relação ao exercício anterior. Tal resultado é fruto do aumento da disponibilidade financeira do DF, que sofreu um acréscimo em torno de 37% em relação ao ano anterior, em função de questões operacionais da execução da despesa pública (Tabela 22).

DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do ano de 2012, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$

4,4 bilhões sendo R\$ 2,0 bilhões originários da dívida interna, R\$ 646 milhões da dívida externa; outras dívidas no total de R\$ 64 milhões e os precatórios posteriores a maio de 2000 no valor de 1,7 bilhão. Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2011, verifica-se que houve um acréscimo da ordem de 4,64% (Tabela 23).

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

a tabela a seguir demonstra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida. Ao final

Tabela 22

Distrito Federal – Resultado nominal (em R\$ 1.000)
2011-2012

Especificação 21/12/2012	Saldo		Evolução da dívida
	31/12/2011	2011-2012	
I – Dívida consolidada	4.430.824	4.234.211	
Dívida contratual	2.666.540	2.461.435	
Em contratos interna	2.085.005	1.852.550	
Em contratos externa	646.034	608.885	
Precatórios posteriores a 05.05.2000	1.699.785	1.692.157	
Parcelamentos de dívida	64.499	80.620	
II – Deduções	2.997.893	2.187.352	
Ativo disponível	2.357.824	2.242.498	
Haveres financeiros	765.193	99.888	
(-) Restos a pagar processados	125.124	155.034	
III – Dívida consolidada líquida	1.432.931	2.046.859	
IV – Dívida fiscal líquida	1.432.931	2.046.859	(613.928)

Fonte: SIAC/ SIGGo.

Tabela 23

Distrito Federal – Estoque da dívida (em R\$ 1.000)
2011-2012

Especificação 2012	Saldo do exercício		Variação nominal (%)
	2012	2011	
Interna	2.085.005	1.852.550	12,55
Externa	646.034	608.885	6,10
Outras	64.499	80.630	(20,01)
Precatórios posteriores a 05.05.2000	1.699.785	1.692.157	0,45
Total	4.430.824	4.234.222	4,64

Fonte: SIAC/ SIGGo.

de 2012 esta relação correspondeu a 10%, bem inferior ao limite definido pelo Senado Federal de 200%, que é duas vezes a RCL, indicando que o DF possui uma excelente capacidade de endividamento (Tabela 24).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a tabela a seguir, que registra o ingresso das receitas com operações de crédito, mostra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre o valor das Operações de Crédito Internas e Externas e a Receita Corrente Líquida. Ao final de 2012 esta relação correspondeu a 1,49%, bem inferior ao limite definido pelo Senado Federal, que é de 16% (Tabela 25).

FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL (FCDF)

Embora o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) não esteja contabilizado no resultado fiscal, é de fundamental importância registrar sua relevância para a manutenção do Distrito Federal.

Previsto pela Constituição Federal (Art. 21, XVI), o FCDF tem por finalidade prover os recursos necessários à organização e manutenção da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira para a execução de serviços públicos de saúde e educação.

Tabela 24

Distrito Federal – Dívida consolidada (em R\$ 1.000)
2011-2012

Especificação 2012	31/12/2011		31/12/2012	
	R\$ 1.000	% sobre a RCL	R\$ 1.000	% sobre a RCL
Dívida consolidada líquida	2.046.859	15,92	1.432.931	10,01
Receita corrente líquida	12.859.742		14.312.436	
Limite definido por resolução do Senado Federal	25.719.484	200,00	28.624.872	200,00

Fonte: SIAC/ SIGGo.

Tabela 25

Distrito Federal – Operações de crédito (em R\$ 1.000)
2011-2012

Especificação	Valor	% sobre a RCL
Operações de crédito internas e externas	213.335	1,49%
Receita corrente líquida	14.312.436	
Limite definido pelo senado para operações de crédito internas e externas	2.289.990	16,00%

Fonte: SIAC/ SIGGo.

Tabela 26

Distrito Federal – Evolução do Fundo Constitucional Do Distrito Federal (FCDF)
2011-2012

Ano	Pessoal	Custeio	Investimento	Total	Varição (%)
2006	4.834.896.409	383.125.607	39.633.436	5.257.655.452	18,18
2007	5.606.438.469	421.892.428	26.649.205	6.054.980.102	15,17
2008	6.082.314.271	481.915.007	30.920.908	6.595.150.186	8,92
2009	7.005.629.872	466.963.326	131.926.411	7.604.519.609	15,30
2010	7.035.042.086	497.844.675	152.684.563	7.685.571.324	1,07
2011	7.941.914.000	590.533.002	215.824.755	8.748.271.757	13,83
2012	8.815.524.540	781.314.801	371.047.847	9.967.887.188	13,94

Fonte: SIAC/ SIGGo.

A Tabela 26 apresenta a evolução do FCDF.

De natureza contábil, sua execução orçamentária e financeira é realizada diretamente pelo governo federal, por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

CONCLUSÕES

Com base nos dados consolidados no Idecon-DF, a Codeplan calcula que a economia do Distrito Federal cresceu 3,0% ante um crescimento de 0,9% do PIB-Brasil.

O resultado, embora ainda sujeito a ajustes, confirma peculiaridade da economia distrital que, ancorada no setor serviços – e em especial no desempenho da Administração, Saúde e Educação públicas –, tende a apresentar um comportamento mais estável do que o verificado no âmbito nacional.

O Idecon-DF confirma essa tendência ao apontar crescimento de 3% no setor de serviços e de 5,1% na Indústria. Destaque-se que, nacionalmente, esses setores registraram crescimento de 1,7% e retração de 0,8%, respectivamente.

O resultado das contas públicas do Distrito Federal revela que a Receita Primária do Distrito Federal (receitas realizadas, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito e as decorrentes de aplicações financeiras) atingiu o montante de R\$ 15,083 bilhões, enquanto a Despesa Primária (total das despesas, excluídos o pagamento de juros e as amortizações da dívida pública) chegou a R\$ 15,398 bilhões. Com isso, o Resultado Primário (diferença entre receita e despesa primária) foi deficitário em R\$ 314,119 milhões, ficando abaixo da meta anual estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2012, que previa *superávit* de R\$ 10 milhões.

O *déficit*, porém, é amplamente compensado quando são incluídas no cálculo todas as despesas e todas as receitas do governo (financeiras e não financeiras). Dessa forma, quando aplicado o saldo de exercícios anteriores, no valor de R\$ 775,657 milhões, tem-se um “*superávit real*” de R\$ 461.538 milhões.

Dentre as Receitas realizadas, compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, destacam-se a Receita Tributária com uma participação de 69,8%, seguida das Transferências Correntes com 10,5% do total.

O ICMS com 53,4% da Receita Tributária realizada foi o imposto que mais arrecadou.

Dentre as Transferências Correntes destacam-se os Recursos para o SUS com uma arrecadação de R\$ 574,5 milhões.

Em relação às Despesas Empenhadas, o grupo Pessoal e Encargos Sociais representou 54,5% do no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 31,5%.

As despesas com Pessoal, com o índice de 44,98% da Receita Corrente Líquida apurada de R\$ 14,3 bilhões, se mantiveram dentro dos limites legais permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Os Restos a Pagar inscritos totalizaram R\$ 826 milhões (R\$ 155 milhões Processados e R\$ 671 milhões Não Processados), sendo liquidados R\$ 575 milhões e cancelados 251 milhões.

Os limites referentes à Dívida Consolidada Líquida e as Operações de Crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Os números apurados e divulgados evidenciam, portanto, o cumprimento das metas fiscais no exercício de 2012.

INFRAESTRUTURA

OS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO NA INFRAESTRUTURA

É preciso ter claro que a consolidação do processo de desenvolvimento, e num sentido mais específico, de industrialização da região não se dará por acaso. Se é verdade que algumas condições fundamentais estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor e grande disponibilidade de vários insumos industriais, há grandes entraves na área de infraestrutura, e uma boa oferta neste setor é fator decisivo na alocação dos investimentos industriais.

Ocorre que, nos últimos anos, os principais investimentos em infraestrutura têm se concentrado no polígono anteriormente descrito, tais como a Rodovia do Mercosul (duplicação das rodovias que interligam Belo Horizonte-São Paulo-Curitiba-Florianópolis-Porto Alegre); o gasoduto Brasil-Bolívia; a Hidrovia do Paraná-Tietê etc. inversões que tendem a acentuar as vantagens comparativas locais desta região em relação às demais áreas do país.

Não obstante o expressivo desempenho da economia regional nos últimos anos, o Centro-Oeste ainda apresenta gargalos em sua infraestrutura que impedem uma melhor performance de sua economia. Tais gargalos encontram-se notadamente nas áreas de transportes e de energia. A insignificante malha ferroviária regional, a insuficiente e precária rede rodoviária e a subutilizada rede hidroviária acarretam graves dificuldades para o escoamento da enorme e crescente safra de grãos, tanto para os principais centros urbanos do país quanto para o mercado externo.

AS OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO E A EXPANSÃO INDUSTRIAL

Alguns dos gargalos que persistem e entavam as perspectivas de um efetivo desenvolvimento industrial se localizam principalmente na área de infraestrutura econômica. Dessa forma, a realização de investimentos em infraestrutura é uma condição básica para a região avançar em seu processo de desenvolvimento.

O Centro-Oeste deve almejar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva. É notório que o país vivencia, há cerca de 30 anos, um processo de desconcentração da atividade industrial. O desafio para a região é transpor a linha divisória do novo mapa da localização da indústria brasileira, inserir-se dentro desta nova fronteira e capitalizar parte deste processo de realocação da atividade industrial, ainda em curso. Deve-se destacar a relativa proximidade do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia nacional.

Algumas condições para almejar o objetivo estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor (e, no caso do Distrito Federal, com renda média acima do dobro da média nacional), o alto grau de instrução da população, razoável infraestrutura econômica, variada disponibilidade de insumos industriais e ampla base produtiva no setor agropecuário.

Somente a região metropolitana de Brasília representa hoje mercado de 3,9 milhões de pessoas, com renda disponível para consumo de cerca de R\$ 90 bilhões (o equivalente a quase 3% do total nacional), configurando-se como o terceiro maior mercado consumidor do país. Se considerarmos o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, este mercado ascende a 6,6 milhões, com renda disponível para consumo em torno de R\$ 140 bilhões.

Enfim, as condições para o desenvolvimento industrial no Distrito Federal são amplamente favoráveis, devendo a sociedade local se armar de uma estratégia para a sua efetiva promoção. E a industrialização da região metropolitana de Brasília, particularmente de sua periferia metropolitana, pode ser um dos caminhos, talvez o principal, para a resolução dos graves problemas que a atingem.

Se no caso do Distrito Federal a estratégia de industrialização deve focar os segmentos intensivos em capital e tecnologia (informática, por exemplo), no caso do Entorno Metropolitano a estratégia deve visar atrair os segmentos intensivos em mão de obra (alimentação e bebidas, calçados e confecções, metalurgia, mobiliário etc.), mais adequados ao perfil local. Isto geraria pelo menos quatro consequências diretas e positivas para o DF: a) reduziria a pressão sobre o mercado de trabalho do DF; b) atrairia investimentos em atividades de apoio ao setor industrial (serviços de manutenção, financeiros, de transpor-

te, comercialização etc.) que em boa parte se instalariam no DF; c) aumentaria o poder aquisitivo da população local, que em larga medida seria dispendido no DF; e d) aumentaria a capacidade de arrecadação das prefeituras locais e, conseqüentemente, a capacidade de investimento na ampliação e melhoria dos serviços e equipamentos urbanos, reduzindo a pressão sobre os mesmos do DF.

Desse modo, torna-se premente para o Distrito Federal, e não somente o Governo, se conscientizar que o Entorno Metropolitano é uma questão afeita ao DF, tão ou mais que Goiás. A elaboração de uma estratégia de desenvolvimento para a região metropolitana, envolvendo o GDF, o governo de Goiás e o governo Federal é o primeiro passo para a superação dos graves problemas que atingem a região.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO

NO SETOR DE TRANSPORTES

Dada suas características específicas – grande produtora de *commodities* que precisam percorrer grandes distâncias, tanto em relação aos grandes centros consumidores quanto aos principais portos exportadores – a infraestrutura de transportes assume uma importância vital para a região. Atualmente, a insuficiente e precária rede rodoviária, a insignificante malha ferroviária regional e a subutilizada rede hidroviária trazem graves dificuldades para o escoamento da enorme e crescente safra de grãos.

Ao nos defrontarmos com os problemas na logística de transportes, emerge o debate sobre as várias alternativas existentes que, de fato, não têm sido devidamente consideradas. Tal situação deriva do desmonte da área de planejamento de transportes ocorrida no país nos últimos anos. Análise elementar, entretanto, revela que há várias alternativas de escoamento da produção agrária regional que são muito mais vantajosas se comparadas à realizada pelos portos de Santos e Paranaguá. Essas várias alternativas de escoamento envolvem as três modalidades de transporte.

A Região Centro-Oeste tem dois principais eixos de conexão: a) ao sul, com os principais mercados consumidores do país e grandes portos exportadores (Santos, Paranaguá, Sepetiba e Tubarão); b) ao norte, com os portos de Itaqui, Belém e Vila do Conde e os localizados ao longo do rio Amazonas (Santarém e Miritituba), possibilitando acesso privilegiado aos mercados europeu, caribenho e norte americano.

Há, ademais, duas outras conexões secundárias: c) com os portos do Pacífico (Ilo, Mollendo e Matarani, no Peru e Antofagasta, Arica e Iquique, no Chile), pela nova rodovia Transoceânica, possibilitando acesso aos mercados

da Bacia do Pacífico com redução significativa nos custos de transporte das exportações de grãos direcionadas ao mercado asiático; d) com a Bacia do Prata (rios Paraguai e Paraná), conectada aos mercados do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai).

São muitos os investimentos em infraestrutura necessários para alavancar a competitividade da atividade agropecuária regional e impulsionar um processo de industrialização. Em relação à ampliação e melhoria da malha rodoviária outros projetos, além dos já citados, são fundamentais para a região: pavimentação da BR-163 entre Guarantã do Norte (MT) e Santarém (PA), que permite o escoamento da safra do centro-norte matogrossense nos portos da calha do rio Amazonas; e a pavimentação da BR-158 entre Ribeirão Cascaheira (MT) e fronteira MT/PA, possibilitando o escoamento da safra do leste matogrossense pelo porto de Itaquí (MA).

No plano rodoviário, devem ser citados ainda a pavimentação dos trechos da BR-230 (Transamazônica) entre Altamira e Marabá (500 km) e entre Altamira e Rurópolis (300 km), conectando as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Também a pavimentação da BR 319, ligando Manaus a Porto Velho e a construção de uma rodovia entre Itaituba e Itacoatiara (400 km), que permita a ligação exclusivamente por via rodoviária entre Manaus e o Centro-Sul do país, através da BR-163.

Em relação à ampliação da malha ferroviária na região, dois projetos estão em curso: a) a extensão da Ferronorte, desde Alto Araguaia, em direção a Rondonópolis e Cuiabá (facilitando a ligação do território mato-grossense com os portos de Santos e Paranaguá) e b) a extensão da Ferrovia Norte-Sul na direção do centro do Estado de Tocantins (conectando esta região com o porto de Itaquí). Nesse cenário, o porto de Itaquí surge como uma excepcional alternativa para o escoamento da produção da Região Centro-Oeste, pela proximidade com as regiões produtoras, por ser um porto não-saturado, apropriado ao atracamento de supergraneleiros e por estar mais próximo dos mercados consumidores do Hemisfério Norte.

Destaque ainda para os projetos de implantação, pela Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A, da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) ligando Figueirópolis (TO), no traçado da Ferrovia Norte-Sul, ao porto de Ilhéus (BA); e da Ferrovia Centro-Oeste (FICO) ligando Uruaçu (GO), também na Ferrovia Norte-Sul, às cidades de Lucas do Rio Verde (MT) e Vilhena (RO), interligando o porto de Ilhéus (BA) às regiões graníferas do Oeste da Bahia, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. Deve ainda ser mencionado o projeto de construção do ramal ferroviário Luziânia-Unai-Pirapora que conecta a região com a Ferrovia Vitória-Minas e com o porto de Tubarão (ES).

Na área hidroviária merecem destaque: a) melhorias na hidrovia do Madeira, entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM); b) prolongamento da hidrovia Paraná-Tietê até Anhanguera (GO); c) investimentos na hidrovia do Paraguai; d) aprofundamento dos estudos de viabilidade das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Teles Pires-Tapajós.

Em suma, a realização desses vultosos investimentos em infraestrutura é uma condição básica para a região dar um salto em seu processo de desenvolvimento.

INVESTIMENTOS EM ENERGIA

A matriz energética nacional deverá passar por sensível transformação nos próximos anos, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE 2006-2015) do Ministério das Minas e Energia. Algumas fontes – como o gás natural, a biomassa, o carvão e a nuclear – devem aumentar suas participações na matriz com o deslocamento principalmente da energia hidráulica.

Toda a região Brasil Central está atualmente interligada ao sistema nacional, com a recente interligação de Rondônia e do noroeste de Mato Grosso, com a conclusão da Linha de Transmissão Samuel (RO)-Jauru (MT), com 947 km de extensão.

O PDEE, em seu cenário de expansão da oferta de energia, prevê grandes investimentos na região. Em relação às usinas hidrelétricas, destacam-se as seguintes:

Estreito, no rio Tocantins, com potência de 1.087 MW (operação em dezembro/2010); Dardanelos, no rio Aripuanã, com 261 MW (operação em dezembro/2010); Jirau, no rio Madeira, com 3.300 MW (operação em janeiro/2011); São Salvador, no rio Tocantins, com 243 MW (operação em março/2011); Santo Antônio, no rio Madeira, com 3.150 MW (operação em janeiro/2012); Água Limpa, no rio das Mortes, com 320 MW (operação em maio/2012); Serra Quebrada, no rio Tocantins, com 1.328 MW (operação em dezembro/2012); Tocantins, no rio Tocantins, com 480 MW (operação em dezembro/2012); Torixoréu, no rio Araguaia, com 408 MW (operação em maio/2013) e Tupirantins, no rio Tocantins, com 620 MW (operação em novembro/2013).

Em relação às usinas termelétricas, o principal projeto é da UTE de Três Lagoas (MS), movida a gás natural, com potência de 350 MW e operação em janeiro/2008.

Em relação às usinas termelétricas, o principal projeto é da UTE de Três Lagoas (MS), movida a gás natural, com potência de 350 MW e operação em janeiro/2008.

A ampliação da oferta de energia na região a partir do gás natural deverá se dar com base na disponibilidade do insumo oriundo dos campos de produção bolivianos (o gasoduto Brasil-Bolívia corta o Mato Grosso do Sul; um ramal desse gasoduto chega à Cuiabá e outro ramal está em estudos, devendo alcançar Goiânia e Brasília, a partir de Araraquara (SP), passando pelo Triângulo Mineiro) e do campo de Urucu (AM), com a construção de um ramal do gasoduto que levará o gás até Porto Velho.

Outra fonte de energia que deve experimentar forte expansão de sua oferta na região é a oriunda de biomassa; ela será tratada de forma detalhada mais adiante quanto ao seu impacto na produção agrícola.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO GOVERNAMENTAL APLICADOS À GESTÃO DO PAC, DOS PROJETOS ESTRUTURANTES, CADERNO DAS CIDADES E SISTEMA DE MONITORAMENTO E GESTÃO

Quando a Casa Civil da governadoria do Distrito Federal foi recriada, em 19 de março de 2012, assumiu o papel de articular e coordenar os órgãos do governo para promover a eficiência da gestão interna do governo e potencializar sua capacidade de entregar bens e serviços à população. Para exercer esse papel, sobretudo quando considerada a amplitude da coalizão governista representada nos órgãos e entidades do DF, foram aplicados instrumentos de gestão a partir do manejo dos meios disponíveis à Administração.

Dois conceitos-chave nortearam as ações da Casa Civil no cumprimento de sua missão institucional: planejamento e monitoramento ativos para fazer com que o governo entregue os bens e serviços demandados pela população, de forma a tornar concreta a relação Estado-Sociedade.

Para isso adotou-se a compreensão de que o planejamento é um instrumento da ação governamental que se faz reunindo as condições materiais, normativas e políticas para a execução dos projetos e implantação das políticas. A sua concretização ocorre na materialização das entregas de bens e serviços.

A proposta implantada entende que é papel da gestão acompanhar ativamente a execução das ações planejadas antevendo e eliminando gargalos para fazer acontecer aquilo que foi planejado. Portanto, o monitoramento é feito não para se ter a informação mais atualizada, mas para fazer com que o planejado seja realizado.

Entende-se, assim, que se o planejamento e a gestão não se prestarem a materializar os planos do governo, convertendo-os em bens e serviços entre-

gues à população, eles não servem à Administração. Essa aproximação entre política e técnica é um importante contraponto aos modelos vigentes calcados nas prescrições da nova gestão pública de origem liberal.

Para instrumentalizar a ação de governo foi vislumbrada a necessidade de coordenar os recursos disponíveis à administração pública através da Junta de Execução Orçamentária, caso sejam orçamentários e financeiros; através da gestão do trâmite das minutas de Decreto do Governador, caso sejam normativos, ou ainda através das informações que dão suporte às decisões do núcleo do governo para garantir a execução das prioridades do governador, o que foi garantido com a implantação do sistema de monitoramento e gestão.

Desde o início de sua atuação, a Casa Civil aplicou também à gestão Agnelo os conceitos de eficiência da execução orçamentária, aplicados em duas perspectivas: eficiência de alocação e de execução. Isso foi feito com o objetivo de usar o orçamento como um instrumento da coordenação de governo – em contraposição às visões que o coloca como um mero fluxo financeiro – e aumentar a aplicação dos recursos públicos.

Para possibilitar a coordenação da execução orçamentária, foi criada a Junta de Execução Orçamentária (JEO), integrada pelas secretarias de Fazenda, Planejamento e Casa Civil e presidida pelo governador. O objetivo do colegiado é garantir que os recursos sejam aplicados nas prioridades de governo e na manutenção das funções básicas do Estado, a exemplo da prestação de serviços públicos educacionais e de saúde.

A JEO guia-se pelo conceito da eficiência orçamentária, buscando a máxima conversão dos recursos disponíveis no orçamento em bens e serviços públicos. Para isso, é necessário deslocar dotações de empreendimentos e políticas que estão parados ou num ritmo lento para aqueles que estão a todo vapor e serão convertidos em benefícios à população. Ou, em linguagem orçamentária: é preciso aproximar a dotação autorizada em lei ao montante liquidado e pago ao longo do ano, preferencialmente executando o orçamento no limite da capacidade financeira do Estado, de modo a prover a máxima entrega de bens e serviços à população.

Entretanto, apesar de o orçamento ser um instrumento central para a administração, as realizações do estado não se esgotam no fluxo financeiro. Foi preciso construir a capacidade de planejar a ação pública para a definição do escopo das intervenções e buscar as parcerias disponíveis com o governo federal.

Assim, foi estruturada na Casa Civil a Gestão do PAC para captar recursos e otimizar a implementação dos projetos. Com isso, o GDF já captou R\$ 18 bilhões de recursos do governo federal e financiamentos subsidiados

para empreendimentos a serem executados até 2015. Muitos deles, nas áreas de mobilidade urbana, saneamento básico e habitação, já estão em execução. Com destaque para o Expresso Sul, corredor de exclusivo de ônibus (BRT), que reduzirá o tempo médio de viagem em 40 minutos por percurso de 270 mil pessoas.

Também foi fruto da articulação da Casa Civil a elaboração de uma carteira de projetos prioritários do governo, chamada de Projetos Estruturantes do Distrito Federal (PEDF), responsável pelo recorde de investimentos do DF no valor de R\$ 2,2 bilhões em 2013, conforme tabela abaixo.

Tabela 27

**Distrito Federal – Execução de investimentos
2011-2012**

Exercício	Empenho	Liquidação (pago)
2007	725.034.559	472.593.950
2008	1.050.977.341	787.504.539
2009	1.382.848.416	1.175.568.409
2010	1.041.462.545	900.273.016
2011	974.860.654	705.676.509
2012	1.561.942.237	1.224.727.043
2013*	2.196.660.316	1.352.521.243

Fonte: SIAC/ SIGGo. * Dados de 2013 - até 17/12/2013.

A seguir serão detalhados os principais instrumentos de Administração Pública aplicados a cada uma dessas carteiras, suas implicações e resultados.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC)

A gestão do PAC no Distrito Federal, assumida pela Casa Civil da governadoria, aplicou métodos e ferramentas já utilizados na gestão do PAC do governo federal; ressalte-se que a composição de uma equipe técnica qualificada, com quadros cedidos pelo Ministério do Planejamento, foi fundamental para o sucesso da empreitada. Assim, os empreendimentos foram classificados por temas (habitação e urbanização de assentamentos precários, mobilidade urbana e transporte e saneamento), estabelecendo-se uma rede de atores relevantes para cada um dos temas, composta de representantes dos órgãos e entidades do DF com capacidade de diagnóstico e decisão.

Também foi pré-estabelecida uma metodologia de acompanhamento de cada um dos empreendimentos com agenda de reuniões pré-fixada (Reuniões do Grupo de Gestão Integrada), nas quais os participantes devem preencher

previamente formulários com as informações relevantes acerca do cronograma de execução, riscos, restrições e outras informações relevantes à sua conclusão. Todo esse arranjo permite à Casa Civil antecipar providências e articular no governo medidas para que os empreendimentos sejam entregues nos prazos determinados.

Ademais, a equipe gestora do PAC incumbe-se de inscrever o DF em novas seleções para obtenção de financiamentos, além de estabelecer o diálogo com o governo federal, sobretudo com os Ministérios das Cidades e do Planejamento, com a Casa Civil da Presidência da República, com a Secretaria do Tesouro Nacional, com a Caixa Econômica Federal e Instâncias licenciadoras, de modo a eliminar obstáculos e viabilizar a ampliação e continuidade no fluxo de recursos federais para o DF.

Com isso, o PAC do Distrito Federal apresentou excelente desempenho. Constan entre os principais empreendimentos:

1. Expresso DF-Eixo Sul: sistema público de transporte de passageiros, do tipo Veículo Leve sobre Pneus (VLP ou BRT– *Bus Rapid Transit*), com corredor exclusivo de ônibus ligando as cidades do Gama e de Santa Maria ao Plano Piloto. Valor: R\$ 785 milhões.

2. Expresso DF-Eixo Oeste: implantação do sistema público de transporte de passageiros, com faixas exclusivas para ônibus, ligando Ceilândia e Taguatinga ao Plano Piloto. Valor: R\$ 725 milhões.

3. Expansão e Modernização da Linha 1 do metrô: construção de 7,8 km de linhas de metrô e 5 estações. Modernização dos sistemas de energia, sinalização e telecomunicações, conferindo maior confiabilidade à operação metroviária. Valor: R\$ 700 milhões.

4. Duplicação da DF-047: via entre o Aeroporto e o Viaduto Bernardo Sayão. Valor: R\$ 43 milhões.

5. Trevo de Triagem Norte: reforço estrutural da ponte do Braghetto e reabilitação de pavimentos com melhoramentos e adequação da capacidade das rodovias. Valor: R\$ 98 milhões.

6. Marginal Torto-Colorado: reabilitação de pavimento com melhoramentos e adequação de capacidade da rodovia. O trecho tem extensão de 5,2 km e está compreendido entre o Torto e o Colorado. Valor: R\$ 80 milhões.

7. Expresso DF-Eixo Norte: sistema de público de transporte coletivo, corredor exclusivo de ônibus ligando as cidades de Sobradinho I e II, Planaltina, Varjão e condomínios ao Plano Piloto. Valor: R\$ 1 bilhão.

8. PAC pavimentação e qualificação de vias urbanas: setores habitacionais Vicente Pires, Arniqueira, Porto Rico, Ponte de Terra, Pôr-do-Sol e Buritizinho. Valor: R\$ 500 milhões.

9. Urbanização de assentamentos precários: Sol Nascente, Estrutural, QNR, Varjão, Mestre D'Armas e Arapoanga. Valor: R\$ 321 milhões.

10. Sistemas produtores de água do Paranoá e Corumbá. Valor: R\$ 683 milhões.

11. Melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água, redes de esgotamento sanitário, estações de tratamento de esgoto, estações elevatória e reservatórios apoiados. Valor: R\$ 353 milhões.

12. Sistema penitenciário: R\$ 80 milhões.

PROJETOS ESTRUTURANTES DO DISTRITO FEDERAL (PEDF)

A criação de uma carteira de projetos estruturantes surge a partir da necessidade de conferir tratamento diferenciado aos projetos definidos como prioritários pelo governador Agnelo. Além dos empreendimentos do PAC, foram selecionadas obras e serviços de ampliação e melhoria de infraestruturas do DF que se apresentam como indispensáveis para que a qualidade de vida do cidadão nos próximos anos melhore. A carteira apresenta características diversificadas, composta por um pacote de soluções para entraves históricos ao desenvolvimento socioeconômico das regiões administrativas, bem como às suas condições urbanísticas. A limpeza, a conservação, e o investimento em áreas e equipamentos públicos, como parques, jardins, passeios, praças, Pontos de Encontro Comunitários (PEC), museus e escolas, dentre outros importantes para a promoção da qualidade de vida nas cidades compõem este pacote de projetos.

Cabe destacar que os recursos do PEDF, que inclui boa parte dos empreendimentos do PAC, possuem tratamento diferenciado também na Lei Orçamentária Anual. Tal fato permite o livre remanejamento entre as dotações e viabiliza a gestão voltada à eficiência orçamentária. Desta forma, foi possível aplicar instrumentos de planejamento e gestão governamental específicos a esta carteira, dotando o núcleo do governo, sobretudo através da Junta de Execução Orçamentária, da capacidade de realocar os recursos de modo a favorecer a máxima entrega de bens e serviços população.

Ressalte-se que, assim como no PAC do governo federal, o PEDF conta com tratamento distinto conferido pelo poder Legislativo, tanto nas leis orçamentárias quanto na aplicação do Regime Diferenciado de Contratações aprovado ao final de 2013 especificamente para essa carteira de projetos. Tais inovações tendem, caso se confirmem as experiências positivas, a ser disseminadas às demais áreas do governo, contribuindo para o aperfeiçoamento da administração pública.

Assim, a Casa Civil planejou a distribuição das intervenções no território, estabeleceu critérios e procedimentos para a liberação de recursos e atuou

na gestão governamental com vistas à máxima execução do orçamento disponível. Para tal, técnicos foram recrutados (sobretudo engenheiros e arquitetos) e alocados nas áreas mais carentes de projetos; também se viabilizou novas contratações necessárias à qualificação do quadro das unidades executoras do governo. Além disso, a própria Casa Civil estruturou um escritório de projetos com vistas ao atendimento dos empreendimentos prioritários.

Uma vez definidas as prioridades e elaborados os projetos, é necessário ainda o acompanhamento ativo de todo o caminho crítico de implantação, que inclui consultas públicas, licitações, licenciamentos, controle no fluxo financeiro, e fiscalização das obras, entre outros. Nesse aspecto, foram incorporados os aspectos de gestão do PAC e criados novos mecanismos para a concretização dos empreendimentos.

Entre os principais empreendimentos integrantes da Carteira PEDF (excluso PAC) destacam-se:

1. Asfalto novo: recuperação do asfaltamento da malha viária do DF, abrangendo todas as regiões administrativas, com foco inicial nas vias de maior fluxo. Valor: R\$ 700 milhões.

2. Construção do aterro sanitário Oeste: construção de um novo aterro sanitário para garantir a correta destinação dos resíduos sólidos no Distrito Federal. Constitui passo fundamental para a desativação do aterro do jôquei (“lixão da estrutural”). Valor: R\$ 56 milhões.

3. Construção de unidades de internação: construção de três unidades de internação para jovens em conflito com a lei. Valor: R\$ 45 milhões.

4. Construção de creches: construção de 111 creches. Valor: R\$ 200 milhões (contrapartida local).

5. Construção de Unidades de Pronto-Atendimento (UPA): construção de quatro UPAs. Valor: R\$ 36 milhões.

6. Implantação de cicloviárias: construção de 160 km de cicloviárias. Valor: R\$ 42 milhões (2012/2013)

SISTEMA DE MONITORAMENTO E GESTÃO

Para viabilizar o acompanhamento das obras e a prestação de serviços no DF – e com isso qualificar a tomada de decisão do núcleo de gestão governamental – foi estruturado um Sistema de Monitoramento e Gestão. Ele conta com uma central de monitoramento que já reúne as imagens de 110 câmeras, instaladas em hospitais, em rodovias, no metrô e na zona central das principais cidades, na qual atua uma equipe facilitadora, interagindo com os demais órgãos e entidades para fazer com que os objetivos e prazos dos projetos prioritários sejam cumpridos conforme planejado. Todas as informações

coletadas são inseridas num sistema de informação que está permanentemente à disposição do governador e do secretário-chefe da Casa Civil.

O sistema possui flexibilidade, sendo sua interface adaptável às necessidades de cada órgão, e foi desenvolvido por equipe própria de servidores. A evolução deste cenário se dará com a construção do Centro de Gestão Integrada, onde se concentram os diversos órgãos e entidades que permitirão à Administração obter informações em tempo real e oferecer resposta integrada e imediata dos serviços públicos.

CADERNOS DA CIDADE

Outro instrumento de gestão que merece destaque é o Cadernos da Cidade. Ele aponta todas as principais ações do governo em cada parte do território, em cada uma das 31 administrações regionais, indicando o volume de recursos previsto, prazos, o estágio atual e os responsáveis pela execução. Com isso, o GDF disponibilizou aos gestores e ao cidadão um instrumento importante de fiscalização e cobrança, com grande demonstração de transparência. Cabe destacar que também estão apontados no Cadernos da Cidade, as obras que compõem o PAC e o PEDF, bem como aquelas que foram priorizadas pela população através do Orçamento Participativo. Do ponto de vista interno da gestão de governo, as obras apontadas no caderno são acompanhadas de perto, seja através das equipes de planejamento e gestão da Casa Civil, seja por meio do Sistema de Monitoramento e Gestão. Além disso, periodicamente são disponibilizados relatórios ao secretário de estado chefe da casa Civil e ao governador.

Por fim, cabe marcar que a ressignificação e estruturação do planejamento e gestão governamental, desde a formulação das políticas públicas até a entrega final de bens e serviços à população, desbanca modelos gerencialistas e propagados por governos neoliberais, além de impor uma agenda de incremento na eficiência da ação estatal que se diferencia por chegar ao cidadão. Aqui, com a coordenação da alocação e aplicação dos recursos públicos, o Estado sai fortalecido para exercer seu papel, atendendo sobretudo àqueles que mais dependem dos serviços públicos. Com isso, promove-se a redução das desigualdades e garante-se a todos o exercício de direitos fundamentais.

Destaca-se ainda que as contribuições acima relatadas, muitas delas resultado do acúmulo da gestão do presidente Lula e da presidenta Dilma, bem como da parceria e alinhamento do GDF com o governo federal, contribuem para impulsionar o volume de investimentos, que bate seu recorde histórico no DF, contribuindo significativamente para o crescimento econômico e para o desenvolvimento do país.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Em um contexto histórico de expansão metropolitana, segregação socioespacial e disputas políticas do uso e ocupação da terra, existe inegavelmente uma percepção social que o sistema ecológico do Distrito Federal, em sua totalidade, é bastante frágil. É um indicador a quantidade de Unidades de Conservação federais e distritais que cobrem o território, ser muito maior, em termos relativos, que em qualquer outra metrópole ou Estado brasileiros. Isso se deve às características e limitações físico-ambientais aliadas ao padrão de ocupação humana.

Além de recepcionar a capital federal – com uma proposta de ocupação de baixa densidade urbana em sua proposta original – a localização do Distrito Federal no Planalto Central brasileiro torna imperiosa uma gestão qualificada e responsável do seu capital natural, particularmente dos seus recursos hídricos; aqui nascem bacias hidrográficas nacionais, tais como São Francisco (que se expande para o Nordeste brasileiro), Paraná/Prata (que se dirige à região Sul do país) e Araguaia-Tocantins (que alimenta a região Centro-Oeste e parte do Norte). Ademais, face às características do Bioma Cerrado – segundo maior brasileiro (22% do território nacional), com um acelerado ritmo de desmatamento e o segundo bioma que mais sofreu alteração com a ocupação humana – os seus rios são de baixa vazão, com relativamente baixa capacidade de diluição de esgotos e efluentes, e tem seu volume severamente comprometido durante a estação das Secas, que ocupa cerca de metade do ano. Posto que a questão dos recursos hídricos é da maior importância no Bioma Cerrado e no Distrito Federal, um

conjunto de esforços foi empreendido pela área ambiental no governo Agnelo tanto para construir e consolidar o sistema de gerenciamento dos recursos hídricos, para fortalecer a cabeça do sistema (Conselho de Recursos Hídricos) e as instituições participantes, quanto para construir e implementar o planejamento distrital das águas no DF e paulatinamente fazer este tema ser incorporado aos demais planejamentos setoriais, particularmente na agenda de desenvolvimento urbano (à exemplo das discussões de níveis de impermeabilização do solo e seus impactos na drenagem pluvial urbana – no Plano de Preservação do Conjunto Urbano Tombado (PPCUB), e na Lei de Uso do Solo (LUOS).

A construção e implantação de um sistema de gestão de resíduos sólidos é outra questão essencial para a promoção da sustentabilidade do DF. Coerente com o previsto no plano de governo, o poder público distrital dá resposta à dívida de mais de 30 anos do Estado para com a população com relação a este tema. Mais do que o fechamento do lixão, a instituição de um sistema de gestão dos resíduos no DF e sua implantação foram objeto de um importante esforço, inclusive com a criação de uma subsecretaria específica na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e articulação dos entes do sistema em implantação.

No DF, a despeito das tentativas de organização e controle do incremento populacional, o crescimento urbano acontece historicamente a passos largos, fortemente motivado por movimento migratório e integração com os municípios de Entorno, com fortíssimos impactos ambientais. Cerca de 80% dos empregos formais do DF estão localizados no Plano Piloto sem nenhuma alternativa econômica de fôlego nos municípios circunvizinhos, alimentando a perversidade de um movimento pendular, reforçado pela concentração da oferta de serviços essenciais como saúde. Face à ausência de política de mobilidade urbana clara e à grave situação enfrentada pela população dos municípios da Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE). A tendência de espraiamento do tecido urbano já detectada pela literatura em outras metrópoles brasileiras acontece no DF com alguns diferenciais: (i) essa periferia não é homogeneamente precária, apresentando uma dupla tendência de dispersão urbana, tanto das classes média e alta como das classes populares; e (ii) esta acontece na consolidação de tecidos urbanos únicos (conurbação em curso) embora localizados em duas unidades da federação (DF e GO), na contramão do que as melhores práticas urbanas recomendam, trazendo complexidade impar e impondo importantes desafios de articulação política, planejamento, gestão e sincronia de execução entre diferentes governos estaduais e destes com os poderes públicos municipais. Parte de solução está, sem dúvidas, em um maior compromisso do governo federal no enfrentamento

desta questão, à exemplo do Ministério da Integração (responsável pela gestão da RIDE), Ministério do Meio Ambiente (gestor formal do Zoneamento Ecológico e Econômico – ZEE/RIDE), entre outros. Os esforços federais, advindos da Presidência da República sinalizaram, a importância do trato desta região diferenciada, postos por exemplo, os altos índices de violência em alguns municípios circunvizinhos, a sobrecarga da infraestrutura do DF e a conurbação em curso. No entanto há dificuldades de articulação entre diferentes Estados, nem sempre integrantes da mesma base partidária. Ademais, foi sentida a ausência destes ministérios em 2012, para alinhamento das ações.

DA RECRIAÇÃO DA SEMARH E DOS DESAFIOS PARA INTEGRAR OS SISTEMAS DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS NO DF

O governo Agnelo iniciou-se em 2011 com importante decisão para a área ambiental – a recriação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal (Decreto Distrital 32.176/2011), tendo cinco instituições vinculadas: o Instituto Brasília Ambiental (Ibram), órgão executor da política distrital de meio ambiente e recursos hídricos, que responde pelas áreas protegidas, monitoramento e qualidade ambiental, licenciamento ambiental e fiscalização; a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa), órgão de Estado para regulação e fiscalização da atividade das concessionárias de serviços públicos no DF, incluindo-se água, esgoto, energia e resíduos sólidos; o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), órgão responsável pela gestão dos resíduos sólidos, varrições e demais atividades de limpeza urbana; o Jardim Botânico, uma estação ecológica com área total de cinco mil hectares, sendo 500 ha para visitação e 4.500 ha destinados à pesquisa e preservação, que abriga uma estação de tratamento de águas e abastece cerca de 25% das demandas de água da região do Lago Sul; e o Jardim Zoológico, atualmente o parque de maior visitação no DF, que sofreu grande reestruturação em 2013.

A recriação da SEMARH e sua estruturação constam do programa de governo Agnelo. No arranjo político partidário da base de apoio do governo, à frente da SEMARH esteve o Partido Verde, em composição com o PT para montagem do primeiro escalão da secretaria. E esta foi, inequivocamente, uma decisão fundamental posto o longo período em que o meio ambiente esteve circunscrito e subordinado à lógica do planejamento e expansão urbanos. O governo deu sinal verde para romper com esta lógica restritiva e, em grande medida, utilitarista e desenvolver os aspectos inerentes ao planejamento e gestão do capital natural nas suas mais diversas dimensões, muito além da dimensão lúdica a que esteve circunscrito.

À SEMARH coube o grande desafio de estruturar-se, ainda que minimamente, para realizar sua missão de planejamento setorial, coordenação dos sistemas ambiental e de recursos hídricos na presidência dos Conselhos; a reconstrução destes Fóruns de decisão, o aprofundamento das discussões sobre soluções aos principais desafios para a sustentabilidade ambiental da capital federal, incluindo-se a política de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos, a política de Resíduos Sólidos e os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, a promoção do aperfeiçoamento do licenciamento ambiental, incluindo-se a simplificação quando possível e necessário, a definição de política de qualidade do ar, entre outros.

Em síntese, o desafio da legitimação de sua existência e o estabelecimento de um diálogo transetorial, para dentro do governo e da sociedade civil, com o intuito de o meio ambiente superar a agenda setorial rasa e lúdica e de passar a integrar a agenda central de governo, conforme o proposto no Programa de Governo:

EIXO I: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

■ “Incorporar a dimensão ambiental nos processos de planejamento governamentais e nas políticas públicas de uso do solo e ocupação territorial”(item I.4.2).

EIXO III: INFRAESTRUTURA E OCUPAÇÃO TERRITÓRIA

■ “Promover a política ambiental urbana, baseada nos dois instrumentos citados ZEE e PDOT, centrada em orientação da ocupação, uso dos espaços urbanos, dentro do princípio da justiça ambiental e proteção das áreas verdes existentes e regulação do uso adequado pela população” (item III.3.2).

■ “Estabelecer um Plano de Ação conjunto e colegiado entre órgãos do GDF que tenham interface com o saneamento básico ambiental” (item III.5.1).

■ “Intensificar a fiscalização para proteger os mananciais e garantir a gestão adequada dos resíduos sólidos e desenvolver amplo programa de combate aos alagamentos provocados pelas águas pluviais abrangendo todas as cidades do DF” (item III.5.10).

O desafio de reposicionamento político estratégico da questão ambiental – agora com uma Secretaria de Estado – ainda é indubitavelmente um desafio atual no governo Agnelo, posta a grande resistência presente nos setores de governo – inclusive do PT – a um papel mais protagonista da área ambiental. Parte dessa resistência parece advir da falta de acomodação com abordagens historicamente superadas, empobrecendo as possibilidades de planejamento e gestão territoriais em sua plenitude. Um das consequências é a dificuldade de compreensão de conceitos básicos relativos à capacidade

de suporte, sustentabilidade, potencial econômico de negócio relacionados à preservação e exploração racional dos recursos naturais, entre outros. Outra parte da resistência advém simplesmente da acirrada disputa de poder dentro e entre os partidos da ampla base política aliada.

Apesar das importantes dificuldades orçamentárias e financeiras pelas quais o DF passou nestes últimos três anos, a SEMARH estruturou-se minimamente. No entanto, a aposta por uma estrutura muito enxuta de cargos revelou-se tímida, insuficiente e inadequada para a amplitude do desafio: a cessão de mais de cem servidores para o Ibram fez-se para priorizar a execução das políticas territoriais ambientais em relação ao planejamento e gestão, enquanto à excessiva nomeação de cargos de confiança sem formação na área ambiental, na maioria das vezes ocorridos sem consulta/diálogo ou conhecimento da SEMARH, gerou em diversos momentos paralisia e inércia tanto no órgão formulador quanto nas vinculadas em maior ou menor nível. Isto revelou, de outro modo, a dificuldade de compreender a área ambiental como área que requer quadros técnicos robustos à luz dos desafios do século XXI. Desta forma, atingiu-se apenas parcialmente o objetivo III.3.7 do Programa:

■ “Adequar os organismos distritais específicos da política ambiental: reformular e equipar a adequadamente a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, com capacidade plena para o exercício pleno de sua missão”.

DOS AVANÇOS DA ÁREA AMBIENTAL NO GOVERNO AGNELO

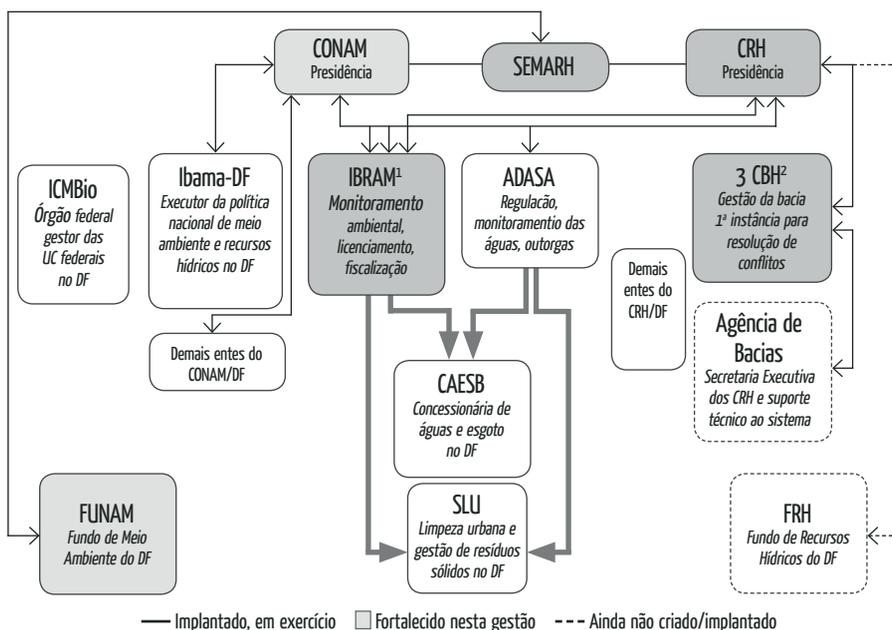
Apesar disso, importantes e louváveis avanços foram efetivados nesta gestão, aprofundando o Programa de Governo. Podemos citar alguns exemplos marcados por inovações que pouco a pouco constituem exemplos para outras unidades da federação e para nosso país.

A RECONSTRUÇÃO DOS FÓRUMS DEMOCRÁTICOS DE DECISÃO – PAPEL DOS CONSELHOS AMBIENTAIS

Elencamos anteriormente algumas passagens do Programa de Governo indicando claramente prioridades para a área ambiental. Embora não citada no Programa, mas particularmente importante está a reconstrução dos Conselhos. Esta foi a primeira prioridade da SEMARH, em meio à sua própria estruturação, inequivocamente posicionados como “*cabeças dos sistemas*” ambiental e de recursos hídricos (Gráfico 35).

O compromisso para com os Conselhos Ambientais é central na agenda ambiental e dos governos petistas. Deste feito, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) foi reconstruído no primeiro semestre de 2011. O Conselho de Meio Ambiente do DF tem, entre as suas inúmeras atribuições,

Gráfico 35

Distrito Federal – A SEMARH/DF e os sistemas ambientais e de recursos hídricos
2012

Fonte: Secretaria de Políticas Ambientais/SEMARH/GDF 2013.

1. Executor da Política Distrital de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

2. Comitês de Bacias Hidrográficas do DF

a anuência para o licenciamento ambiental de empreendimentos de alto impacto ambiental. Entre estes está, sem sombra de dúvidas, o parcelamento de terras e as obras de infraestrutura no DF. Apesar do fortalecimento do Conama-DF neste governo, inclusive no contexto das urgências de obras de cidades sede da Copa do Mundo, a definição de Resoluções que balizem questões ambientais fundamentais e estratégicas ainda não se firmaram como uma atividade prioritária do Conselho. No entanto, algumas Resoluções que merecem destaque são as Diretrizes para implementação do sistema de gestão de Resíduos Sólidos e Ausência/Licenciamento simplificado de 16 (dezesseis) tipos de atividades agrossilvipastoris. Esta última requereu um intenso trabalho de articulação da SEMARH, Seagri, Ibram e Emater junto a BRB, Ministério Público e comunidade para simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental e trazer para a legalidade a situação das atividades econômicas da Agricultura Familiar, permitindo assim a liberação dos recursos do Pronaf, até então 100% represados, isto ocorreu somente no segundo ano de governo.

Por outro lado, o Conselho de Recursos Hídricos foi reconstruído no segundo semestre de 2011, já com agenda urgente de finalização da construção do Plano de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do DF (PGIRH/DF). Sua aprovação em 2012 por unanimidade pelo Conselho e o início de implementação em 2013, colocou o DF em um novo patamar de gestão, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), posto a existência de um plano distrital norteador das ações de Estado para as águas.

A EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E FLORESTAL

A compensação foi implementada no DF como sistema de financiamento de infraestrutura ambiental, cujas boas práticas em curso no GDF foram citadas pelo TCU como referência em seu relatório de auditoria face ao pedido do Senado Federal para auditoria da Compensação Ambiental Federal em 2013⁵. Destacam-se a requerida planilha com detalhamento de todos os investimentos inerentes à implantação do empreendimento, desde o planejamento até a efetiva operação; determina com clareza a forma e a responsabilidade para o cálculo do Valor de Referência – incluindo-se sanções administrativas, civis e penais para o Responsável Técnico, por eventual falsidade de informações; prevê também a cobrança judicial da compensação ambiental não arrecadada, considerando o termo de compromisso como título executivo extrajudicial cabível, portanto, de ser executado judicialmente.

De fato, as compensações ambiental e florestal constituem ferramentas do licenciamento ambiental para assegurar a contrapartida paga pelo empreendedor nos casos de significativos impactos ambientais, seja na implantação de empreendimentos seja na supressão de vegetação (indivíduos arbóreos). No DF, estes instrumentos federais, estão previstos nas Leis distritais Complementares, decretos e Instruções Normativas do Ibram. Cabe ressaltar que dentre as diversas possibilidades da Compensação ambiental está primeiro, a regularização fundiária.

A Compensação tem por base o princípio do usuário-pagador e poluidor-pagador – bastante presente nos trabalhos em recursos hídricos – e neste caso, mandatoriamente orientadas para implantação de Parques e Unidades de Conservação no DF, além da gestão e manutenção dos existentes. É uma maneira muito efetiva de internalizar os custos ambientais causados pela implantação dos empreendimentos nos custos do próprio empreendimento.

5. TCU TC014.293/2012-9 – Avaliação operacional sobre a aplicação e fiscalização dos recursos de Compensação Ambiental, criada pela Lei 9.985/2000, destacando a aplicação dos valores dos últimos dez anos e avaliando a eficiência e a eficácia dos programas de governo por eles assistidos” – autoria do Senador Rodrigo Rollemberg/Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (SMA)/Senado Federal.

Alguns avanços já tinham sido obtidos na compreensão do alcance destas ferramentas até 2010, mas foi no governo Agnelo que esta questão foi priorizada, motivada inclusive pelo orçamento ínfimo de que a SEMARH e a área ambiental dispunham.

Este governo tem o grande mérito de ter implantado a cultura de cobrança das compensações durante o processo de licenciamento ambiental.

A GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS – UCs E O PROGRAMA BRASÍLIA CIDADE PARQUE

As soluções implantadas passo a passo buscaram superar a gravíssima situação no início do governo: a falta de regularização fundiária, localização/dimensões/limites indefinidos; Conselhos Consultivos inativos ou inexistentes, sem regimento interno, requerendo reenquadramento, recategorização, sem planos de manejo e planos de ação. Esta fragilidade os tornou historicamente “vazios urbanos”, opção preferencial para instalação de equipamentos públicos.

Por exemplo, no que toca aos parques, 10,14% deles estão relacionados a problemas judiciais tais como Ações de Inconstitucionalidade (Adin) e grande parte sofre ocupações urbanas ou rurais irregulares e se tornaram depósitos clandestinos de entulhos. Ademais, 21,7% foram criados dentro do Plano Diretor Local (PDL) e por projetos urbanísticos; 8,7% com poligonal e coordenadas UTM em legislação posterior a criação; 14,5% com poligonal e coordenadas UTM na legislação de criação, ou seja, somente 30,43% dos parques têm área definida na legislação de criação ou depois. Historicamente além do grave problema da especulação imobiliária e da ocupação ilegal e irregular, deixou-se de lançar mão do conceito de qualidade urbana, considerando qualidade de vida, conseqüentemente, esqueceu-se da importância da qualidade ambiental nos ambientes urbanos.

No entanto, a qualidade ambiental nestes ambientes é de fundamental importância, por isso este governo priorizou a retomada do conceito de cidade-parque, buscando construir os elementos necessários a sua viabilização, posto o pífio orçamento da pasta ambiental face aos desafios. E os resultados já se mostram expressivos em todas as regiões do DF a partir da utilização efetiva e em escala de recursos advindos da Compensação.

Já na gestão das Unidades de Conservação (UCs), os desafios permanecem importantes.

O Distrito Federal possui 72 Parques Distritais, três Áreas de Proteção Ambiental (APA) distritais e uma APA federal, além de 19 outras unidades de conservação de categorias proteção integral e uso sustentável, administradas pelo GDF e seis Unidades de Conservação Federais administradas pelo Insti-

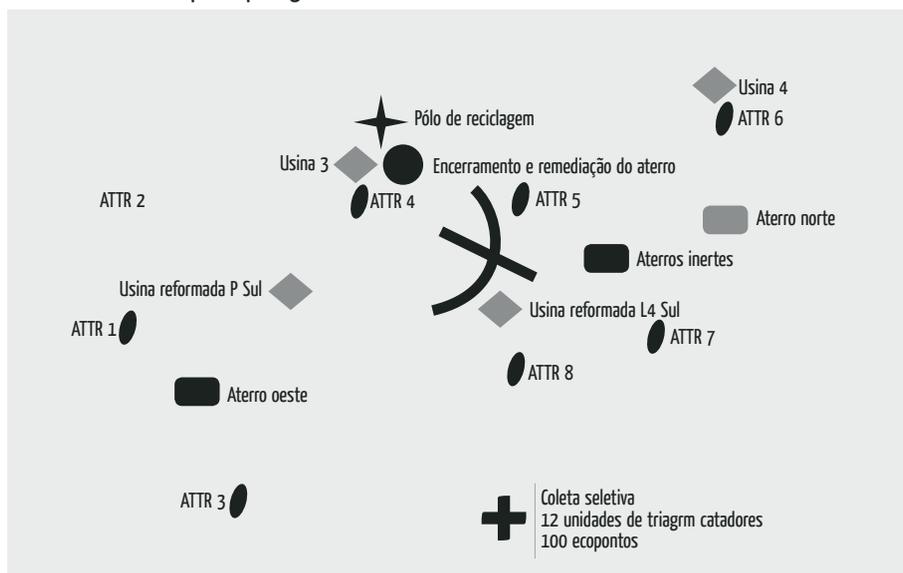
tuto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Tal contingente de áreas protegidas soma 85% de seu território.

A histórica necessidade em proteger o território advém de dois eixos de preocupação, particularmente do governo federal: (i) proteção aos ativos ambientais, neste território com níveis importantes de sensibilidade ambiental – fauna, relevo, paisagens, com destaque aos recursos hídricos. Por exemplo o Parque Nacional de Brasília (cuja barragem de Santa Maria provê cerca de 23% da água potável do DF), as APAs (que cohabitam e devem promover o desenvolvimento), o Descoberto (cuja barragem do Descoberto prove 65% de todo abastecimento de água potável do DF), o Planalto Central e as Reservas Biológicas, entre outras; (ii) manutenção da capital federal com uma garantia mínima de sustentabilidade ambiental, posta a agressiva grilagem de terras, especulação imobiliária, ausência de licenciamento ambiental, em especial no parcelamento de solo urbano para fins de moradia, sem qualquer infraestrutura (porque desvinculado do licenciamento ambiental). Esta estratégia resultou em transferência do licenciamento ambiental para o âmbito federal consolidando uma situação ímpar no país onde uma superintendência do Ibama (e não o Ibama sede) respondeu por diversos anos pelo licenciamento e fiscalização. Embora acirrando tensões, esta estratégia tornou visível o papel do licenciamento ambiental e garantiu a minoração de pressões políticas para a liberação de licenças, mas não o suficiente para conter a grande proporção de ocupações e uso irregular e ilegal do solo.

De maneira geral, a difícil articulação intersetorial no governo levou à algumas tensões, notadamente a visão de gestão dos parques pela localidade e não pela missão destas unidades. De fato, por diversas vezes, tentou-se argumentar que cada vez que estas unidades estivessem em área urbana, elas deveriam ser caracterizadas como urbanas; logo a gestão recairia na pasta do desenvolvimento urbano sem considerar a missão vivencial prevista na legislação federal (SNUC), sob gestão do órgão executor da política distrital de meio ambiente. Além disso, existem as dificuldades de governo, desafios relativos aos níveis de corresponsabilidade que os governos distrital e federal têm, particularmente, no que tange às Unidades de Conservação. Um exemplo foi a questão do Lixão vizinho do Parque Nacional de Brasília, o maior parque urbano do mundo com mais de 42.000 hectares, com a grave problemática da movimentação da pluma subterrânea e o descumprimento da zona tampão da unidade de conservação federal. Esta questão está sendo enfrentada e espera-se que em 2014 consiga-se trabalhar os autos de infração por poluição com o compromisso de reversão destes valores para a mineração de uma faixa piloto prioritária vizinha ao PNB, em discussão entre GDF e ICMBio.

A DESAFIADORA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA O DF6

A proposição, pela área ambiental, de um sistema de gestão integrada dos resíduos sólidos apresentando os elementos da infraestrutura necessários e suficientes para o funcionamento do sistema bem como os passos necessários à sua consecução, está resumidamente ilustrada na figura abaixo. A proposta foi exaustivamente discutida ao nível do governo, de conselhos distritais, de interlocutores federais (governo federal, MMA, BNDES, M.Cidades, entre outros), bem como com a sociedade civil brasiliense. O governo, então, priorizou um primeiro passo com a implantação da infraestrutura mínima que inclui um aterro sanitário (área destinada para disposição final de resíduos domiciliares – com capacidade de oito milhões de toneladas e vida útil prevista de 15 anos), oito ATTRs (áreas para recepção, triagem e reciclagem de resíduos da construção civil), 12 Unidades de Triagem (áreas para recepção, triagem e comercialização de resíduos recicláveis – plástico, papel, metal, entre outros – para as Cooperativas de Catadores), 120 ecopontos (para entrega voluntária) e a implantação da Coleta Seletiva em todo DF, com a entrega da fração seca para as cooperativas de catadores e pagamento pelo serviço prestado.

Gráfico 36**Distrito Federal – Proposta para gestão dos resíduos**

Fonte: SEMARH/GDF 2014.

6. gradecimento especial ao Paulo Celso dos Reis, colega Subsecretário de Resíduos Sólidos/ SEMARH/GDF, professor da Universidade de Brasília, e especialista em resíduos sólidos e segurança no trabalho.

Parte-se de uma geração atual de 3 mil toneladas/dia de resíduos sólidos urbanos (1 milhão de toneladas de resíduos/ano), majoritariamente de resíduos da Construção Civil .

A proposta apresenta alguns pressupostos essenciais: reequipar não apenas o Distrito Federal, mas os municípios da Ride para que possam atender aos princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos assegurando potencializar (i) a Redução, Reutilização e *Reciclagem* dos resíduos sólidos – afastando-se da cultura de descarte e promovendo nova cultura e novos mercados advindos dos princípios previstos na PNRS; (ii) a *inclusão social dos catadores* de materiais recicláveis, pois o processo só tem sustentabilidade com soluções que articulem a problemática ambiental à inclusão social (também prioridade do governo federal) e a alternativas econômicas; (iii) a *compostagem e valorização energética* dos resíduos – afastando-se do conceito de lixo e exercitando o conceito de insumo, valor econômico e novos mercados; (iv) a disposição final em *aterros sanitários como último recurso* – assegurando portanto o fechamento do lixão, o licenciamento, licitação e implantação de um aterro sanitário (Samambaia) e a existência de outros equipamentos públicos capazes de assegurar alternativas para que a disposição final seja um último recurso, o que aumentará significativamente a vida útil do aterro. O potencial de mercado foi estudado, por tipologia de instalação/serviço, totalizando R\$ 475 milhões anuais, incluindo-se o aproveitamento da fração orgânica, dos gases e da fração sólida. É muito importante ressaltar que o fechamento do lixão, também neste governo, representa sanar uma dívida de 30 anos do Estado para com a sociedade.

A implantação da infraestrutura tem revelado fragilidades que precisam ser endereçadas e corrigidas sempre que possível para o aprimoramento da capacidade de gestão do processo pelo governo. Assim, por exemplo, temos que para um único aterro sanitário, optou-se por fazer cinco licitações. A última diz respeito à operação por apenas 5 dos 15 anos de vida útil deste aterro com capacidade total de 8 milhões de toneladas. Há inequivocamente alguns riscos associados a esta decisão, particularmente em quanto deixa de ser atrativo uma gestão por um período de apenas cinco anos, curto para retorno financeiro em face de implementação de melhorias tecnológicas, por exemplo. Adicionalmente, como a cobrança será feita por tonelada entregue, caso o governo não seja capaz de efetivar adequadamente a coleta seletiva, e principalmente de gerenciar os dias de coleta, há riscos de competição entre veículos da coleta seletiva e da coleta tradicional para aumento dos volumes entregues no aterro, posto que se fez a opção por dois sistemas sem que haja regras e garantias para impedir canibalizações. As campanhas de educação ambiental e demais movi-

mentações para sensibilizar a população e propor sua aderência à coleta seletiva ainda não foram iniciados, apesar da licitação para esta operação já estar acontecendo. Dessa forma, o governo terá que demonstrar autoridade política e técnica na implantação deste sistema, com articulação de seus componentes para que possamos de fato evitar, por exemplo, o comprometimento de 5/8 da capacidade total de disposição final em apenas 1/3 do tempo planejado. Um segundo passo será a qualificação da infraestrutura e dos meios de controle do sistema de gestão, com o monitoramento dos fluxos, trajetos e volumes em sistema, com a instituição de uma Sala de Controle ou Monitoramento, com os técnicos com perfil adequado e instrumentos informatizados.

O ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO (ZEE/DF).

O ZEE é um instrumento de planejamento e gestão da Política Nacional de Meio Ambiente (lei federal), regulamentada em decreto federal e retomada na lei federal que institui o Código Florestal, tornando-a mandatória para todas as Unidades da Federação e dando prazo para sua execução. Esclarece-se que o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) deve acontecer antes do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que é um desdobramento detalhado das vocações previstas no primeiro instrumento. Posta a inexistência de ZEE e históricas revisões do PDOT no Distrito Federal, embora o instrumento esteja previsto na Lei Orgânica do DF, este é objeto de denso Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre GDF e MPDFT e foi previsto no programa de governo de Agnelo. Iniciou-se, portanto, o governo com um processo complicado de gestão de contrato GDF-Banco Mundial com muito atraso, com uma lógica ainda restritiva em relação ao meio ambiente além de não priorizar a questão econômica do DF. Apesar das resistências, no segundo semestre de 2011, institucionalizou-se a SEMARH na coordenação do ZEE, com a SEDHAB (que absorveu a extinta SEDUMA, coordenadora do processo até então), e incorporou-se a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). Até o final de 2012, conseguiu-se recuperar parte do tempo perdido: finalizou-se o diagnóstico, fez-se um conjunto de reuniões públicas em três conselhos distritais e uma Audiência pública – inédita no país – para este diagnóstico. Avançou-se no prognóstico, com a formulação da primeira proposta, ainda preliminar, de zoneamento compatível com o exíguo prazo previsto no contrato já atrasado. No entanto, apesar dos importantes avanços na abordagem ecológica com introdução inédita de gestão de riscos ambientais (riscos de perda de solo, de perda de recarga de aquíferos, de perda de remanescente de Cerrado e risco integrado), a análise econômica não foi realizada a contento, razão pela qual, institui-se uma segunda etapa, pós-contrato, com sete

grupos de trabalho dos mais diversos entes do GDF e representantes federais, sob coordenação conjunta da SEMARH e Companhia de Planejamento (Co-deplan/GDF).

Os esforços e as inovações têm sido reconhecidas pelo MMA, gestor formal do Programa ZEE-Brasil. O objetivo distrital é finalizar até 2014 uma peça única de governo, discutida em conselhos e legitimada por consultas públicas, para o encaminhamento posterior ao legislativo distrital.

Grandes desafios estão sendo enfrentados para concretizar a articulação transdisciplinar no âmbito do governo, com algumas dificuldades de diálogo e outras localizadas na adesão à formulação deste instrumento de planejamento e gestão do DF. Sabemos que o difícil exercício de formulação tem trazido desafios próprios de um macroinstrumento de planejamento transetorial, sobretudo neste caso em que indubitavelmente a importância do ZEE/DF está na proposição de vocações e no poder de alinhamento das políticas setoriais. Tome-se como exemplo o Plano Diretor de Ordenamento Territorial historicamente promotor não da totalidade dos espaços do DF mas comprometido com a sua agenda urbana.

O PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RECURSOS HÍDRICOS (PGIRH/DF) E SEUS DESDOBRAMENTOS

Segundo a Agência Nacional de Águas, a institucionalização do PGIRH colocou o DF no patamar superior das Unidades da Federação ao definir um planejamento estadual para gestão de suas águas. O PGIRH foi aprovado em 2012 pelo Conselho de Recursos Hídricos a partir dos estudos financiados pelo GDF-Banco Mundial, que envolveu fortemente as instituições do sistema de recursos hídricos do DF, notadamente a Adasa, Caesb, Ibram e a própria SEMARH, na presidência do Conselho. O Plano está disponível no site www.adasa.df.gov.br.

ENQUADRAMENTO DE ÁGUA SUPERFICIAL

Este define as metas de qualidade das águas do DF para os próximos 20 anos. A discussão, iniciada pela presidência do CRH no início de 2013 junto aos entes do sistema, partiu do compromisso com o processo democrático privilegiando o envolvimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Estes aprofundaram o tema em seus coletivos, realizaram audiência pública conjunta em 2013 e aportaram recomendações do enquadramento trecho a trecho dos rios do DF. O CRH reinternalizou a discussão e está em curso a construção da peça documental completa e inovadora. Este processo resultará em aprovação em 2014 pelo Conselho de Recursos Hídricos, trazendo de maneira inédita

no país claras regras de transição para sua implementação, indicando prazos, metas e responsabilidades institucionais para o monitoramento e fiscalização. Este passo é fundamental para avançarmos na consolidação do sistema, e balizará as próximas discussões como a cobrança pelo uso da água, inclusive nas Bacias Nacionais que passam pelo DF.

CONCLUSÃO – DESAFIOS DE GOVERNO ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS NO DF:

Inegavelmente, o governo Agnelo trouxe oportunidades importantes, em que pese a estruturação ainda insuficiente da pasta de meio ambiente e outras a ela vinculadas, a insuficiência de quadros técnicos, a agenda de urgências advindas de ambos os governos anteriores dificultando a dimensão do planejamento, aliada à falta de compromisso efetivo com os procedimentos básicos ambientais. O mais difícil, no entanto, é superar a resistência do conjunto do governo para uma maior vontade política de incorporar o meio ambiente no central do planejamento e gestão do poder público distrital.

O processo de consolidação do sistema de meio ambiente e de recursos hídricos avança no planejamento territorial, nos recursos hídricos, na gestão dos resíduos sólidos e na qualificação dos espaços ambientais urbanos e UCs. Assim, no balanço deste governo, em que pese a histórica dinâmica territorial pautada pela especulação imobiliária, há o mérito da recriação da pasta de Meio Ambiente e um conjunto de realizações importantes para o presente e o futuro do Distrito Federal – trata-se, sem dúvida, de legado. O governo Agnelo sinalizou politicamente espaço para o meio ambiente, abrindo uma janela de possibilidades dentro das dificuldades existentes, que a área ambiental soube aproveitar, traçando um caminho ainda que timidamente, o qual – sem sombra de dúvidas – precisa ser perseguido, desenvolvido e aprofundado para que se construa de maneira muito prática um futuro sustentável para o DF.

À frente temos a urgência em perseverarmos em 3 focos: (i) reconhecer, internalizar e reposicionar a importância do meio ambiente; (ii) assumir e priorizar o planejamento estratégico, incorporando a questão ambiental com efetividade para mais além do quadrilátero; e (iii) superar a gestão setorial ambiental rumo à gestão integrada de meio ambiente na Capital Federal, estabelecendo de vez as bases para a Sustentabilidade. A luta continua.

SITUAÇÃO SOCIAL E BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

O novo governo, iniciado em 2011 no Distrito Federal, teve com desafio resgatar a confiança da população, abalada após diversas denúncias de corrupção, e implantar um modelo mais orgânico de políticas públicas na área social. O governo do Distrito Federal elegeu como uma das prioridades a reorganização da área social e buscou promover o desenvolvimento sustentável com geração de emprego e distribuição de renda.

Seguindo essa diretriz, as políticas de saúde, educação, assistência social e o combate à pobreza e às desigualdades passam a ser foco prioritário e buscam como resultado a superação da pobreza, a redução da violência e das desigualdades.

Uma das primeiras ações do governador do DF ao assumir o governo, em 2011, foi decretar situação de emergência na área da saúde, que se encontrava em situação caótica e caminhava na contramão da descentralização do atendimento e priorização das ações de atenção básica, o que é preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

As políticas de transferência de renda e de assistência social também apresentaram grandes mudanças estruturais. O DF reorganizou as principais ações destas políticas seguindo as normativas do governo federal, reorganizou e unificou o Cadastro Único dos Programas Sociais (Cadúnico) e utilizou suas informações para reordenar diversos programas de transferência de renda atuando a partir de critérios técnicos.

Logo no primeiro ano de governo foi implantado o plano “DF Sem Miséria” e devido à unificação do Cadúnico foi possível complementar a renda

mensal transferida pelo Bolsa Família Federal. Deste modo, o Distrito Federal garantiu que nenhuma família esteja recebendo menos de R\$ 140,00 *per capita*, ou seja, abaixo da linha da pobreza.

No primeiro ano de governo foi implementada uma nova e estruturada política de habitação. O programa Morar Bem altera a concepção de moradia restrita ao conceito de unidade habitacional e passa a entender esse espaço de forma completa, inserido em um território com acesso aos serviços e equipamentos públicos, garantindo a inclusão social destes indivíduos como cidadãos de direitos. Este programa também altera de maneira importante a seleção dos beneficiários, pois estipula regras de acesso, hierarquização, fluxos e procedimentos para que o candidato tenha acesso à sua moradia própria regularizada e de qualidade.

Na área da educação a concepção do governo é garantir o pleno desenvolvimento de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social. O projeto do governo para esta política busca fortalecer o caráter público e democrático da escola, a construção do sentimento de pertencimento e da autoestima positiva dos estudantes, dos trabalhadores da educação e de toda a comunidade. Seguindo essa diretriz o governo elegeu como ações prioritárias a ampliação do acesso à educação infantil com a construção de novas creches, a ampliação da educação em tempo integral no ensino fundamental, a contratação de novos professores e o processo de eleição dos diretores pela comunidade escolar.

Nas políticas transversais o governo implantou o Programa “Crack, é possível vencer” para enfrentar o aumento do uso do crack pela população; implantou o plano Viver Sem Limite destinado atender pessoas com deficiência; reorganizou e descentralizou o sistema de atendimento socioeducativo; e garantiu a capacitação profissional da população mais vulnerável através dos cursos oferecidos pelo Pronatec e pela Fábrica Social.

Com esta nova organização das políticas sociais alguns resultados já começam a surgir e são mensurados por indicadores reconhecidos internacionalmente. O Distrito Federal apresenta o melhor Índice de Desenvolvimentos Humanos entre as Unidades da Federação e conseguiu interromper o ciclo histórico de aumento da desigualdade de renda. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), o DF, em 2012, apresentou uma melhoria no Índice de Gini e deixou de ser a Unidade da Federação com maior desigualdade de renda. Essa mesma pesquisa também indica uma redução, no DF, de 39% da população pobre e extremamente pobre no período de 2009 a 2012. Esses resultados demonstram que todo o trabalho realizado está no caminho correto e deve ser aperfeiçoado e continuado.

EDUCAÇÃO

O Distrito Federal conta com uma rede de ensino bem estruturada com 651 escolas e creches, 35% das escolas são de ensino em tempo integral. Apesar da boa estrutura da área da educação no ensino fundamental e médio, o número de creches ainda é baixo. Diante deste cenário, uma das principais ações deste governo na área da educação foi priorizar a ampliação da oferta da educação infantil com a construção de 115 de novas creches em 2013. Em dezembro de 2013, 67 creches estavam em ação preparatória, 39 estavam em obras e cinco unidades estavam aguardando a emissão de ordem de serviço. Três creches foram inauguradas em Planaltina, Samambaia e Santa Maria e uma está em processo de entrega em Sobradinho II.

Outro ponto importante a ser destacado neste período de governo foi a realização de concurso público destinado à contratação de 804 professores para a rede de ensino básico. Esse concurso garantirá o número de profissionais necessários para oferta de ensino de qualidade para a população.

O cartão Material Escolar, outra ação da Secretaria de Educação, promoveu a dignidade e cidadania para mais de 56 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família, dando acesso à compra direta de material escolar nas papelarias. Com o cartão as famílias podem ir até as papelarias credenciadas e comprar o seu próprio material; isto, por sua vez, beneficia a economia do Distrito Federal, pois dinamiza a atividade comercial destes estabelecimentos.

O programa Brasília Sem Fronteiras foi lançado pelo governo em 2013 e pode ser considerado outro programa inovador na área da educação. Seu objetivo é garantir aos estudantes do Centro Interescolar de Línguas (CIL) e aos servidores do governo do Distrito Federal (GDF) a oportunidade de realizar uma imersão cultural por meio de um intercâmbio internacional. A iniciativa proporcionou bolsas de estudo nos Estados Unidos e na Europa, em instituições de educação de referência mundial a 126 estudantes do Centro Interescolar de Línguas (CIL) e 64 servidores do GDF. Todos os beneficiados pelo programa realizaram provas de seleção e tiveram suas despesas referentes ao curso – passagens aéreas, seguro-saúde, documentação necessária, hospedagem, material didático e bolsa-auxílio para pagamento de alimentação, transporte e demais despesas pessoais – pagas pelo GDF.

Destaca-se também a valorização do servidor da área, a discussão do Projeto Político Pedagógico e o processo de reformulação da dinâmica da gestão da educação pública defendendo os princípios norteadores – cidadania, diversidade e sustentabilidade humana – presentes neste período de governo na política de educação.

SAÚDE

Neste governo, o esforço realizado na área da saúde foi o de priorizar as ações de atenção básica e organizar as atividades da saúde pública conforme as diretrizes nacionais do SUS. Até 2011, o Programa Saúde da Família não era uma das prioridades da área no governo e todos os problemas eram canalizados para os principais hospitais da região, aumentando a demanda e pressionando a qualidade do atendimento. Uma das primeiras ações do governo foi ampliar o número de equipes de Saúde da Família, o que garantiu uma cobertura de 26% de toda a população do DF.

Com o intuito de garantir a ampliação do atendimento da saúde básica, o governo, em 2013, construiu quatro novas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), reformou 11 postos e centros de saúde e entregou três clínicas da saúde. Na área da saúde da mulher quatro carretas entraram em operação, nas quais mais de 100 mil mulheres foram atendidas e realizaram exames preventivos de câncer de colo de útero e de mama.

Nas áreas de média e alta complexidade da saúde o governo garantiu as obras de ampliação do Hospital da Criança José Alencar e inaugurou o Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon). O DF também assumiu a liderança nacional na realização de transplantes de fígado e rins.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SUPERANÇA DA EXTREMA POBREZA E DA POBREZA E TRANSFERÊNCIA DE RENDA

O programa DF Sem Miséria instituído pelo governo, por lei em 2011, prevê a realização de ações integradas e articuladas nas diversas políticas públicas da área social nos eixos de garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. Uma das ações prioritárias do governo nesta área foi a revisão e unificação das informações sociais no Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico). Somente com um cadastro de qualidade foi possível garantir os atendimentos dos indivíduos mais vulneráveis. Essa ação estratégica garantiu o cadastramento de 246.789 de famílias que podem participar dos programas luz para todos, morar bem, Bolsa Família, entre outros.

O Distrito Federal possui 87.355 famílias beneficiárias do Bolsa Família e 57.832 famílias com suplementação financeira do DF Sem Miséria. Com esta complementação nenhuma família no DF possui rendimento inferior a R\$ 140,00 *per capita*. O DF Sem Miséria retirou 562 famílias da extrema pobreza e 37 mil famílias da pobreza. O Bolsa Família contribuiu com que 24 mil famílias superassem a extrema pobreza. Com trabalho e foco os resultados obtidos na área são animadores.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pelo governo federal organizou as ações e equipamentos da Política Nacional de Assistência Social. Devido a essas mudanças, a política de assistência social alcançou um novo patamar, deixando o assistencialismo histórico e realizando ações mais estruturadas. Muitas das melhorias na qualidade de vida da população mais vulnerável podem ser atribuídas a estas mudanças na política de assistência. Com este novo desenho adotado pelo governo do Distrito Federal, a política local atua de forma descentralizada e garante o atendimento da população mais vulnerável, em consonância com a política nacional.

A assistência social conta hoje com uma gama de unidades públicas estruturadas. O DF possui 27 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), nove Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), uma unidade com atendimento 24 horas, 17 Centros de Orientação Socioeducativa (Coses) e nove unidades de acolhimento. Neste período de governo também foram implantados dois Centros POP, responsáveis pelo atendimento da população de rua.

Além dessas unidades em funcionamento o governo está construindo três novos CRAS e três novos Abrigos Institucionais. Segundo dados do Registro Mensal de Atendimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre janeiro e setembro de 2013, 152.839 pessoas foram atendidas pelos CRAS do DF e 10.791 famílias foram encaminhadas para serem incluídas no CadÚnico.

O programa Cidade Acolhedora, implantado em 2013, foi destaque na área, sendo responsável pela política de abordagem e atendimento à população em situação de rua. Este programa garante apoio, orientação e acompanhamento das famílias e indivíduos em situação de rua em todo o DF.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR

As ações que promovem a segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura familiar estão no centro das prioridades do governo na área de desenvolvimento social. O DF conta com 13 Restaurantes Comunitários localizados em áreas com grande concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Estes equipamentos servem refeições para os usuários a um custo de R\$1,00 e garantem uma alimentação saudável, balanceada e de qualidade. Além dos restaurantes comunitários o governo conta com uma gama de programas que articulam segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) prevê a compra governamental direta de produtos da agricultura familiar, sendo um dos princi-

pais programas que promovem a segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar. A compra destes alimentos abastece o Banco de Alimentos da Ceasa que efetua doações aos equipamentos da rede socioassistencial. Atualmente, 1.050 agricultores familiares beneficiários do programa fornecem sua produção que garante o atendimento de 29 mil famílias por meio de 156 entidades socioassistenciais. Em 2014 o governo prevê uma expansão deste programa, espera-se alcançar o número de 1.130 agricultores familiares.

O programa de distribuição gratuita de insumos agrícolas fomenta a agricultura familiar com a distribuição gratuita de fertilizantes minerais, sementes de milho e de feijão para agricultores familiares integrantes do Cadúnico. A previsão de atendimento deste programa é de garantir a distribuição de insumos agrícolas para 1.700 famílias.

Outro programa importante desenvolvido pelo governo que fortalece a agricultura familiar é o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (Papa/DF). Este programa proporcionou a possibilidade de aquisição da produção da agricultura familiar pelos órgãos da administração pública distrital por meio de contratos com associações e cooperativas de agricultores familiares. Cada produtor vinculado a este programa pode comercializar para o governo um montante de até R\$ 120 mil por ano.

Por sua vez, o Programa de Assentamentos de Trabalhadores Rurais do DF promove a regularização de ocupações de terras na zona rural e garante a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento dos assentamentos a serem criados, nos quais já foram instaladas mais de 300 famílias de trabalhadores rurais. O Programa contempla 7.523 famílias em 15.348,7 hectares de terras, cujas áreas estão em processo de regularização pelo Conselho de Política de Assentamento, sendo que todas as famílias de assentamentos regularizados são cadastradas no Cadúnico.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Assim como na esfera nacional, o principal programa de capacitação do DF é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), criado em 2011, para ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Dentre seus objetivos estão: expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio; aumento das oportunidades educacionais aos trabalhadores; melhora da qualidade do ensino médio. No ano de 2013, 5.439 pessoas capacitadas e se formaram em cursos do Senai, Senat, Senac, Senar e IFB com frequência superior a 75% no DF.

INCLUSÃO PRODUTIVA

Na área da inclusão produtiva podemos destacar dois programas inovadores implantados pelo governo neste período: a Inclusão Social e Econômica dos Catadores e a Fábrica Social.

O programa de Inclusão Social e Econômica dos Catadores criou o Comitê Gestor Intersetorial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC/DF) e já foram realizados dois mutirões no Lixão da Estrutural para emissão da documentação básica, assistência judiciária e outros atendimentos que beneficiaram 784 pessoas. Outra ação do programa é a oferta diária de café da manhã para dois mil catadores do lixão da Estrutural. Além dessas ações está prevista a construção de infraestruturas e promoção de assistência aos catadores a partir de um convênio com o BNDES e Senaes/MTE.

A Fábrica Social criada pelo GDF é um Centro de Capacitação Profissional e possui objetivo de promover cidadania por meio da capacitação e da qualificação de pessoas, contribuindo com o processo de inserção social, estimulando ações e atividades de organização coletiva. Através deste projeto espera-se proporcionar um aumento de oportunidades aos menos favorecidos e em consequência a diminuição das desigualdades em nosso território.

No projeto, os beneficiários podem ampliar sua renda com a produção de uniformes escolares e profissionais e de materiais esportivos. Todo esse trabalho promove impacto direto na autoestima, qualificação e inserção dos beneficiários no mercado de trabalho. O DF, conta hoje, com uma fábrica social em funcionamento que já beneficiou mais de 1.300 pessoas. Em dezembro de 2013, a renda das pessoas envolvidas no projeto praticamente alcançou R\$ 1.300,00 por pessoa.

HABITAÇÃO

A nova política habitacional criada em 2011 no DF tem como diretriz a visão que a unidade habitacional deve ser inserida em um ambiente dotado de serviços e equipamentos públicos que proporcionem a inclusão social da comunidade ao espaço da cidade formal. A principal ferramenta desta nova política é o cadastramento da família no Novo Cadastro da Habitação (NCH). Nele o Estado conhece a necessidade social de cada família e classifica cada uma delas conforme os critérios sociais. O passo seguinte é a comprovação dos seguintes requisitos:

- residir no Distrito Federal nos últimos cinco anos;
- não ser, nem ter sido proprietário, promitente comprador ou cessionário de imóvel residencial no Distrito Federal;

- não ser usufrutuário de imóvel residencial no Distrito Federal;
- ter renda familiar de até 12 salários mínimos.

Através de um cadastro realizado pela internet os candidatos são classificados em ordem crescente de prioridade social, conforme legislação vigente. Neste cadastramento as famílias informam seus dados pessoais e socioeconômicos relacionados à renda familiar, números de dependentes, tempo de domicílio no DF e pessoa com deficiência na família. É através destas informações que o governo conhece e classifica a necessidade social de cada família do DF. Após a comprovação destas informações o processo é habilitado e a família pode manifestar interesse por até três empreendimentos. Conforme os empreendimentos são construídos os interessados são chamados para a etapa final de financiamento do negócio.

Neste novo modelo, até setembro de 2013, o Programa Morar Bem já prospectou 100.067 unidades habitacionais e entregou as chaves da casa própria a 3.853 famílias. Convocou 121.269 inscritos no Novo Cadastro de Habitação e habilitou 66.339 famílias à aquisição de uma unidade habitação.

CULTURA

O governo do DF promove a cultura a partir da manutenção de bibliotecas, da casa do cantador, seis museus, um cinema, o museu nacional e a orquestra sinfônica. O governo dispõe ainda de uma agenda cultural rica com exposições itinerantes ou permanentes, realização de shows, mostras de cinema e apresentações musicais.

A cada ano o festival de Brasília de cinema brasileiro se consolida e passa a ser uma grande referência para a área. Em 2013, o festival aconteceu no Cine Brasília que havia passado por uma grande reforma garantindo a qualidade dos espaços e dos equipamentos. Em 2012, com grande destaque nacional foi realizada a 1ª Bienal do Livro de Brasília. Outro evento importante na área da cultura no ano de 2013 foi a realização da feira do livro que reuniu, ao lado da biblioteca nacional de Brasília, 62 expositores e mais de 40 autores.

GARANTIA DE DIREITOS

CRIANÇA E ADOLESCENTE

O principal desafio deste governo, entre 2011 e 2013, na área das crianças e adolescentes foi garantir um sistema de proteção social da criança e do adolescente alinhado às diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Visando este fim o governo inaugurou o Núcleo de Atendimento Integrado e a Unidade de Atendimento Inicial com objetivo de prestar atendimento ime-

diato ao adolescente que realizou ato infracional e à sua família. Outra ação importante do governo nessa área foi a construção de novas unidades de internação para garantir a desativação do Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE). Em 2014 serão entregues novas unidades de internação em Santa Maria e Brazlândia e São Sebastião, respeitando esse novo modelo de unidades menores e descentralizadas.

O governo ainda irá entregar unidades de atendimento em semiliberdade em Santa Maria e no Guará. As Unidades de São Sebastião (Cesami) e do Recanto das Emas (Unire) se encontram em reforma e ampliação. Além dessas reformas e da construção de novas unidades, o governo garantiu a qualificação profissional de 461 adolescentes do sistema socioeducativo.

Para garantir a proteção às crianças e adolescentes, o governo conta também com dois equipamentos de atendimento a este público o Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA), com atendimentos 24 horas, responsável por receber denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, e o Centro de Atendimento Integrado a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual, criado em 2013 para realizar o atendimento inicial de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual.

O governo também desenvolveu o Plano Distrital da Primeira Infância que prevê a formulação de políticas públicas para crianças de zero a seis anos com a proposta de garantir seus direitos na primeira fase da vida. Este plano conta com 13 metas gerais que incluem as áreas de saúde, cultura, diversidade, educação, igualdade racial e mais seis metas construídas pelas próprias crianças. Para o público infantil o governo lançou a campanha Infância Sem Racismo coordenada pela Secretaria de Criança e pela Secretaria de Igualdade Racial. Uma das ações da campanha foi a produção de um filme veiculado nos canais de televisão que apoiam a campanha e a disseminação de um folheto institucional que propõe “Dez maneiras de contribuir para uma infância sem racismo”, com orientações sobre como identificar, evitar e combater atitudes e ações discriminatórias.

O DF em 2013 também sediou a Conferência Global sobre Trabalho Infantil e apresentou resultados que apontam a erradicação do trabalho infantil nas crianças de cinco a nove anos de idade em seus territórios e a caminho da erradicação na faixa de 10 a 14 anos.

JUVENTUDE

Diversas foram as ações destinadas à juventude por este governo. No final de 2012 o DF criou o Conselho de Juventude composto por 21 membros titulares, sendo sete representantes do governo e 14 da sociedade civil. Para

o ano de 2014 está prevista a criação de 14 Centros de Juventude que ofertarão qualificação profissional, convivência com outros jovens e ação social e comunitária.

O DF também oferta ao público jovem o programa Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã que oferece cursos de qualificação profissional, voltado para jovens de 16 a 29 anos, especialmente, em situação de desemprego, integrantes de famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo que estejam cursando ou tenham concluído o ensino fundamental, ou o ensino médio, ou estejam fora da escola.

Outro programa inovador do governo, criado por lei distrital e em processo de implantação, é o Programa Renda Jovem de Cidadania. Este programa está previsto na Política Distrital de Atenção ao Jovem e busca apoiar e estimular a permanência na escola, mas também o avanço no rendimento escolar. O Renda Jovem Cidadania beneficia jovens entre 15 e 19 anos nas últimas séries do ensino fundamental, ou até os 21 anos se estiverem cursando o ensino médio na rede pública, cuja renda familiar seja inferior a R\$ 140 por pessoa. Estes indivíduos receberão um benefício de R\$ 300 mensais; R\$ 200 pagos mensalmente e outros R\$ 100 depositados em caderneta de poupança. Para garantir os R\$ 200,00 mensais, o jovem tem de ter frequências às aulas e dedicar 12 horas semanais a atividades coordenadas pelos Centros de Juventude. Nessas 12 horas, o jovem fará a qualificação profissional que escolher, participará das oficinas culturais e esportivas e fará ações comunitárias. Já para ter direito aos R\$ 100 depositados todo mês na caderneta de poupança o jovem deverá passar para a série seguinte a que estiver cursando. Com este programa o governo garante a manutenção do jovem na escola e promove sua qualificação profissional.

MULHERES

Na área de defesa dos direitos das mulheres o governo, neste período, criou a Câmara Técnica Distrital de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres. Neste espaço Intersetorial acontece o planejamento e o acompanhamento dos avanços e dos desafios para a implementação do Pacto no DF. Outra ação importante nesta área foi o lançamento do Disque Direitos Humanos da Mulher, em parceria com a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), este canal telefônico é destinado a garantir o atendimento de mulheres vítimas de violência. O serviço conta com profissionais treinadas para oferecer orientações e informações às mulheres.

Outra ação de extrema importância voltada à garantia dos direitos das mulheres é o atendimento realizado nos Núcleos de Atendimento à Família e

aos Autores de Violência Doméstica (Nafavd). Os dez núcleos existentes no DF oferecem acompanhamento psicossocial às famílias em situação de violência doméstica encaminhadas pela Casa Abrigo, Juizados Especiais Criminais e Varas de Violência Doméstica do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT), além do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT).

De janeiro a outubro de 2013 foram realizados 9.357 procedimentos, incluindo o acolhimento oferecido às mulheres, crianças e adolescentes. O número representa um aumento de 15,71% em relação a 2012, quando foram registrados 7.887 atendimentos.

Em parceria com a Secretaria de Saúde o governo também garantiu a implantação de quatro Carretas da Mulher. Esses equipamentos garantem às mulheres a realização de diversos exames preventivos. As Casas Abrigo, referência nacional de equipamento na área, garantem a defesa e proteção de mulheres e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual, que correm risco de morte. Neste equipamento as necessidades básicas das mulheres como alimentação, vestimenta, transporte, lazer e segurança são supridas pelo programa.

Visando a uma ação educativa e preventiva o governo lançou o Jogo da Mulher, que será distribuído aos estudantes da rede pública de ensino do DF. O Jogo da Mulher é um material lúdico e didático que tem o objetivo de transmitir a jovens e adultos valores como equidade de gênero, autonomia e emancipação feminina.

PESSOAS IDOSAS

Na área de defesa de direitos aos idosos o governo lançou o Plano de Atenção ao Idoso, cujo objetivo é criar uma série de ações voltadas para melhorias na qualidade de vida das pessoas com mais de 60 anos nas áreas de assistência social, saúde, esporte, educação e outras especialidades. O governo também lançou o disque idoso em parceria com a Codeplan para registrar denúncias de maus tratos, violência verbal e física contra os idosos.

Além dessas ações, o governo realizou passeios, palestras, exposições em cinema, orientações nas áreas jurídica, psicológica e Assistencial, aos idosos do Distrito Federal. Durante o ano de 2013, 5.291 idosos foram atendidos através do trabalho de Assessoria nas áreas jurídica, Psicológica e Assistência Social do governo. A Ouvidoria registrou 610 manifestações, das quais 201 foram denúncias de violência e 409 pedidos de informações sobre seus direitos.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O principal programa de governo voltado para o atendimento de pessoas com deficiência é o Plano Viver sem Limite que possui o compromisso

de garantir oportunidades, direitos e cidadania a todas as pessoas com deficiência. As ações deste plano estão estruturadas em quatro eixos: acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. Em conjunto estes eixos constituem uma rede articulada de serviços e políticas públicas capaz de assegurar a garantia de direitos para as pessoas com deficiência, considerando suas necessidades.

As ações deste plano promovem condições de mudanças e em consequência a superação de limites, seja devido às condições físicas ou às atitudes. No DF, o plano já apresenta resultados com a entrega de 32 ônibus escolares adaptados; 290 salas nas escolas com recursos multifuncionais para garantir o atendimento educacional especializado; um centro especializado para habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência (CER) em Taguatinga.

IGUALDADE RACIAL

Os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino. Diante dessa alarmante situação o governo aderiu ao Plano Juventude Viva que reúne ações de prevenção visando reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema. Este plano é um esforço inédito que reconhece e enfrenta a violência sofrida por este público.

Além do Plano Juventude Viva e da Campanha Infância sem Racismo, criada pela parceria das Secretarias da Criança, da Igualdade Racial e de Governo/Coordenadoria da Juventude, o governo lançou o disque racismo. O Disque racismo instalado em parceria com a Codeplan é uma ferramenta para denúncia de práticas discriminatórias por causa da raça ou etnia. Até setembro de 2013 mais de cinco mil ligações foram registradas por este serviço.

USUÁRIOS DE CRACK E OUTRAS DROGAS

O Plano de combate ao *crack* e outras drogas implantado no DF visa: estruturar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de *crack* e outras drogas; ampliar e fortalecer as redes de saúde e assistência social para usuários de *crack* e outras drogas; disseminar informações qualificadas relativas ao *crack* e outras drogas e fortalecer ações de enfrentamento ao tráfico.

Para garantir a efetividade do Plano o governo implantou: dois consultórios na Rua; três equipes de abordagem social; três centros de atenção psicossocial de Álcool e Drogas com atendimento de 24 horas em Taguatinga, Ceilândia e Samambaia; três unidades de Acolhimento em Taguatinga, Ceilândia e Samambaia; um Centro POP em Taguatinga; um CREAS em Samambaia; e um CRAS no Areal (Águas Claras). Além de todos esses novos equipamentos se encontra em processo de implantação o vídeo monitoramento da Ceilândia e Taguatinga que se comunicarão com as bases móveis recebidas pelo governo federal. Com todas essas ações o governo espera uma redução do uso de crack e outras drogas no DF.

ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Nesse período o governo realizou, pela Casa Civil, acompanhamento e monitoramento das agendas sociais e a Codeplan realizou diversos estudos e análises que serviram de subsídios ao governo e às secretarias finalísticas para promover ajustes e melhorias nas ações realizadas.

A partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, a Codeplan realizou estudos que identificaram diversos avanços no DF no período. A taxa de crescimento da população do Distrito Federal superou a do Brasil, ao alcançar variação de 1,53%, de 2011 para 2012, chegando a pouco mais de 2,7 milhões de habitantes.

Os dados demonstram também que a população do DF com idade superior a 10 anos apresentou pequenas melhoras na quantidade de anos de estudo. Em relação ao analfabetismo foi observado que a maior proporção de analfabetos no DF encontra-se na faixa de 60 anos ou mais (14% em 2012 contra 13,5% em 2011). Em relação ao mercado de trabalho os dados demonstram que no DF a formalização do emprego com carteira assinada é superior à do Brasil. Em 2012, o DF apresentou crescimento de 0,88%, em relação a 2011, enquanto que no Brasil essa variação foi de apenas 0,06%.

Os dados indicam que o trabalhador do DF ainda possui o melhor rendimento médio mensal do país, de R\$ 2.654,00. Outra importante informação obtida a partir dos dados da PNAD foi a redução no DF do Índice de Gini, que passou de 0,624, em 2009, para 0,598, em 2011, e 0,572 em 2012. A redução deste índice demonstra, pela primeira vez desde a construção da série histórica em 2001, uma redução na desigualdade da distribuição de renda, retirando o DF do primeiro lugar do *ranking* da desigualdade.

Outro estudo importante realizado pela Codeplan foi a análise da educação básica no Distrito Federal. O estudo apresentou que as escolas públicas possuem taxas de reprovação de 88,1% no ensino fundamental e 74,2% no

ensino médio. A taxa de abandono no ensino fundamental se mostrou pequena (1,1%), enquanto que no ensino médio apesar de se observar um índice mais acentuado de 7,3%, ainda assim é uma das menores no Brasil.

Em relação à distorção idade-série, o Distrito Federal apresenta um percentual de defasagem em 2012 inferior ao constatado em 2005, tanto no ensino fundamental (de 31% para 22%) como no ensino médio (de 50% para 35%).

Por sua vez, observou-se que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do DF superou as metas estipuladas pelo Ministério da Educação para as Unidades da Federação. Das escolas de ensino fundamental de anos finais 45% alcançaram ou passaram do teto das metas do Ideb; 39,8% ficaram abaixo das metas; e 15,2% sem o índice. Em relação ao Brasil, o DF superou as metas nacionais em todas as etapas da educação básica.

Na área da igualdade racial e de gênero, estudos da Codeplan apontam que, apesar dos avanços alcançados, ainda há grandes desafios para alcançarmos a igualdade entre a população negra e não negra e entre mulheres e homens.

Os dados demonstram que a taxa de analfabetismo entre a população negra de 20-29 anos é de 1,51%, enquanto entre os brancos a taxa é de 0,79%. Apenas 7,8% da população negra têm ensino superior completo, enquanto, entre os jovens não negros, essa proporção é de 18,8%. As análises indicam ainda que a população jovem negra tem uma inserção maior no mercado de trabalho se comparado ao jovens não negros. No DF, 68,9% da população negra de 15 a 29 anos participam da PEA em comparação com 66,7% da população não negra na mesma faixa etária. Dentre as pessoas que recebem $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo, 8.728 são não negras e 24.922 são negras. Na classe de mais de cinco salários-mínimos, 56.954 são não negras e 26.412 são negras.

Em relação à desigualdade do rendimento médio mensal das mulheres em relação ao dos homens percebe-se que no Distrito Federal a distorção é menor do que a observada no Brasil. No DF, a distorção deste rendimento apresentou uma pequena melhoria no período de 2011 a 2012. Contudo, mesmo diante desta melhoria, as mulheres ainda recebem em média salário 30% inferior ao dos homens.

No que toca aos acidentes e mortes no trânsito no Distrito Federal, desde a implantação da faixa de pedestres em 1995, o ano 2013 foi o que registrou o menor número destes casos. Em 2011, segundo dados do DATASUS, as mortes entre jovens apresentavam uma situação preocupante. Do total de óbitos por causas externas, mais de 39% eram compostos por jovens de 15 a 29 anos. De todas as mortes ocorridas por acidentes de transporte, 28,9% foram de jovens. Esse número não é maior porque a carteira de motorista só

pode ser expedida a pessoas com 18 anos ou mais. Por isso, o número é muito alto entre 20 e 39 anos. Considerando apenas os acidentes de transporte que mataram jovens, 76,4% das vítimas eram do sexo masculino, dos quais 84,5% eram negros. Em relação aos óbitos por agressão, os dados indicam que 54,5% foram de jovens, sendo que 92,5% atingiram adolescentes e adultos, dos quais 88,1% eram negros.

Já em relação ao trabalho infantil os estudos indicam que no Distrito Federal, entre 2011 e 2012, observa-se praticamente a erradicação desta mazela social na faixa etária de 5 a 9 anos, além de uma redução na faixa etária de 10 a 14 anos, ficando abaixo de 0,5%, o que caracteriza uma tendência acelerada à erradicação. Esta redução pode ser atribuída pela consolidação do modelo de proteção social implantado e o fortalecimento das ações de desenvolvimento social em nossa unidade da federação.

A pesquisa realizada para avaliar os restaurantes comunitários do DF demonstrou que a maior parte dos usuários é moradora da Região Administrativa onde se localiza o restaurante ou de outra região próxima. A avaliação dos restaurantes oscilou entre regular e boa, com predominância da avaliação mais positiva; 58,6% dos entrevistados relataram que a refeição é saudável, 51,2% indicaram receber um bom atendimento, 47,8% informaram que a refeição possui um bom sabor e 52,4% dos usuários disseram que o ambiente do restaurante é bom.

Outro estudo importante realizado pelo Governo do Distrito Federal é o acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Para discutir o tema, realizou-se um Seminário Internacional com a participação da Secretaria Geral da Presidência da República, Ministérios, Secretarias de Estado, organizações da sociedade civil e Organismos das Nações Unidas (PNUD, Unicef, FAO e OIT).

O GDF, por meio da Codeplan, acompanha sistematicamente a evolução dos indicadores das Regiões Administrativas do DF e das cidades que compõem a Área Metropolitana de Brasília, que inclui além do DF 12 municípios do Estado de Goiás. Nesse sentido, criou-se o Observatório ODM-DF, disponibilizado no Portal da Codeplan. O acompanhamento destes indicadores demonstra as mudanças profundas em curso na região. É inegável a redução da pobreza, da extrema pobreza, a melhoria educacional da população, a cobertura vacinal e o desenvolvimento da infraestrutura urbana (coleta de lixo, acesso à água e esgoto) nestas regiões. Os indicadores demonstram o alcance das metas e a melhoria da qualidade de vida da população do Distrito Federal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DADOS DA GESTÃO DE PESSOAS DO DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GESTÃO DE PESSOAS

O exercício de 2011 foi especialmente marcado pela transição de governo e, sobretudo, pelos efeitos da maior crise institucional e política da história do Distrito Federal. Transcorrido quase quatro anos, entendemos ser importante resgatar, brevemente, a evolução histórica recente da política administrativa do conjunto de seus órgãos, voltada para a melhoria da capacidade institucional do governo do Distrito Federal visando, principalmente, à elevação da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Esse resgate é relevante, pois ações estruturantes empreendidas ao longo dos últimos anos foram importantes para a governança de pessoas nos diversos segmentos da administração do governo do Distrito Federal, tendo como objetivo:

- alinhar as políticas e as estratégias de gestão de pessoas com as prioridades do programa de governo;
- assegurar a utilização eficiente de recursos;
- otimizar a disponibilidade e o desempenho das pessoas;
- auxiliar a tomada de decisão;
- elevar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão;

■ assegurar o cumprimento dos papéis e das responsabilidades e a transparência dos resultados.

Nesse sentido, à Secretaria de Estado de Administração Pública, órgão com competência normativa em matéria de pessoal no âmbito do Governo do Distrito Federal, coube a formulação de políticas e diretrizes para a administração de recursos humanos, inclusive quanto à seguridade social, aos benefícios, às relações de trabalho, às carreiras, à remuneração, à capacitação e ao dimensionamento da força de trabalho.

A política de gestão de pessoas praticada tem como fundamentos:

- negociação permanente; (Mesa Permanente de Negociação Coletiva);
- reconhecimento do direito da organização sindical, (Dialoga-DF);
- recomposição da força de trabalho;
- compromisso com o equilíbrio fiscal.

Tabela 28

**Distrito Federal – Evolução do quantitativo de nomeações
2011-2014**

Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014
6.792	7.445	11.694	2.708*

Fonte: SIAC/ SIGGO. * Até fevereiro/2014.

Dentre as áreas de maior demanda da população – saúde, educação e segurança pública – a composição da força de trabalho foi priorizada em consonância com as políticas públicas desses setores. Assim sendo, foram nomeados:

Tabela 29

**Distrito Federal – Evolução de nomeações por setores
2011-2014**

Área	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Ano 2014	Total
Saúde	4.554	3.305	6.193	397	14.949
Educação	566	1.240	3.125	833	5.764
Segurança Pública	94	689	591	1.291	2.665
Total	5.214	5.234	9.909	2.521	23.378
%	76,77	70,30	84,73	93,09	81,63

* Até fevereiro/2014.

Além das nomeações cabe destacar que graças ao diálogo democrático com as diversas categorias de servidores foram reestruturadas 38 carreiras,

realizados 49 concursos dos quais 13 foram para temporários com vistas a atender as necessidades mais prementes dos órgãos da Administração.

Outra conquista importante para o conjunto dos servidores e que se espera refletir em melhoria no atendimento da população foi a Lei que criou o Regime Jurídico Único dos Servidores do Distrito Federal, depois de 51 anos. Igualmente importante foi a edição da Lei que estabeleceu normas gerais para a realização de concursos públicos.

FOLHA DE PAGAMENTO

O comportamento do crescimento da despesa de pessoal é uma preocupação permanente, pois este governo tem o compromisso com o equilíbrio fiscal.

Nesse sentido, as negociações com as diversas categorias de servidores permitiu a reestruturação de 38 carreiras, corrigindo defasagens salariais e promovendo a recuperação de perdas acumuladas ao longo dos anos.

É importante destacar que a política de gestão de recursos humanos adotada pelo governo do Distrito Federal nos últimos três anos recuperou a capacidade de atração de novos servidores e a retenção dos existentes em face dos planos de carreiras reestruturados. Além disso, valorizou e ampliou os quadros de setores vinculados a atividades estratégicas e serviços essenciais ao cidadão nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

O comportamento da despesa com pessoal e encargos sociais do governo do Distrito Federal no período de 2011 a 2013 é o que segue:

Tabela 30

**Distrito Federal – Despesa com pessoal e encargos sociais
2011-2013**

Despesa	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Pessoal+ Encargos	11.813.647.419,82	13.301.816.421,43	14.872.508.586,85

CARÊNCIAS

Os avanços conquistados até aqui não esgotam o rol de necessidades na gestão de pessoas, pois ainda existe a necessidade de realizar novos concursos em diversas áreas bem como promover a substituição de terceirizados contratados em áreas estratégicas como saúde e educação. Tudo isso implica em sério desafio à gestão fiscal e de recursos humanos para os anos seguintes.

Em relação ao limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, faz-se necessário o permanente acompanhamento, pois atualmente o percentual de gastos é de 45,23% (janeiro/2014).

POLÍTICA

A representação política do Distrito Federal é constituída por três senadores, oito deputados federais e 24 deputados distritais. Diferentemente das outras unidades da federação, o DF não se divide em municípios, por isso lhes são atribuídas competências legislativas reservadas ao mesmo tempo a estados e municípios. Não conta com vereadores. É dividido em 30 regiões administrativas (originalmente eram chamadas de cidades-satélite), com administradores nomeados pelo chefe do Executivo. Também não conta com prefeitos.

PARTIDOS

Os partidos representados no Senado pelo Distrito Federal são o PDT, PTB e PSB. Na Câmara Federal, são dois deputados do PT, dois do PSDB, um do SDD, um do PMN, um do PDT e um do PROS. Na Câmara Legislativa, o PT tem a maior bancada, com seis deputados distritais, seguido de três do PP, três do PMDB, dois do PTB e dois do PDT, e com um representante de cada um dos PTC, PR, PPS, PRB, PRTB, PEN, PV e PT do B. Egresso do Pcdob, o governador Agnelo Queiroz foi eleito pelo PT em 2010.

COLIGAÇÕES

A eleição de Agnelo Queiroz se deu em meio a um Distrito Federal imerso em crise política. O caos se instalara a partir da operação policial que resultou na prisão e renúncia do então governador José Roberto Arruda (DEM) (2007/2010), na renúncia do vice, Paulo Octávio (DEM), e na eleição indireta

de Rogério Rosso (então PMDB, atual PSD), governador-tampão indicado pelo grupo político de Tadeu Fillipelli.

O ex-governador José Roberto Arruda, hoje PR, teve seu mandato casado por acusação de ser peça-chave no esquema que ficou conhecido como Mensalão do DEM, escândalo de corrupção revelado, em 2009, pela operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal. Ele responde a processos por improbidade administrativa.

Em 2001, então líder do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) no Senado, também envolveu-se no escândalo da violação de sigilo do painel eletrônico, em que teria revelado as votações para a cassação de Luiz Estevão (PMDB/caso Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo/juiz Nicolau). Quando deputado distrital. Estevão foi um dos mais aguerridos opositores do governador petista de Cristovam Buarque (95/99).

Arruda e Paulo Octávio venceram as eleições no DF, pelo PFL, em primeiro turno, com um pouco mais de 50% dos votos válidos, em 2006. Em julho do ano seguinte, Joaquim Roriz (hoje PRTB) renunciaria o mandato parlamentar para escapar de uma representação do PSOL contra ele no Conselho de Ética do Senado, pela Lei da Ficha Limpa. O líder político, quatro vezes governador do Distrito Federal (1988/1990, 1991/1995 e 1999/2006), se queixou de ser abandonado por colegas.

Apenas 12 senadores acompanharam o seu discurso de defesa e no dia em que leu a carta de renúncia apenas cinco estavam no plenário. Impedido de se candidatar, Roriz indicou para concorrer ao governo sua mulher, Weslian (PSC), uma dona-de-casa que nunca subira em um palanque, que findou a campanha com 33,9% dos votos em segundo turno. Nesse pleito, Roriz elegeu duas filhas e um sobrinho, além de candidatos de seu grupo. Agnelo venceu com 66,1% dos votos válidos.

Brasília estava submersa em desordem administrativa, com grandes obras urbanas paralisadas, dívidas públicas e sob a ameaça de intervenção do Poder Federal. A situação não vinha apenas de um mandato, mas de décadas de desmandos, principalmente da herança das quatro administrações de Joaquim Roriz, que se basearam principalmente na sedução de eleitores por meio de distribuição farta de terras públicas. A grilagem de áreas incentivou um rápido crescimento da população que era de 1,6 milhão de habitantes em 1991 e chegaria a 2,4 milhões em 2007 (IBGE).

Roriz assumiu em 15 de março de 1991 como o primeiro governador eleito por voto direto no Distrito Federal, depois de ter passado pelo GDF como nomeado pela Presidência da República. Em suas gestões, além da grilagem que favoreceu a criação de mais de 500 condomínios irregulares no

DF (alguns com mais de 1.000 residências), cartéis dominavam o transporte coletivo, maltratando usuários, sujeitos a veículos velhos, perigosos e que quebravam a qualquer hora do dia e da noite.

Em 2010, o PT estava então há 12 anos na oposição ao governo do Distrito Federal e precisava enfrentar as adversidades que haviam deixado a capital federal mergulhada em sua pior crise, provocada pela engrenagem institucional mal administrada da máquina pública.

O PT venceu as eleições para o governo do Distrito Federal com uma ampla frente de partidos, composta por aliados (PCdoB, PSB e PDT) e pela aliança com PMDB – o que se refletiu na chapa de Agnelo Queiroz com Tadeu Fillipelli (PMDB), como vice. A consequência seria o apoio para as eleições e para o mandato, de um conjunto de partidos de diferentes posicionamentos políticos (PPL, PRB, PPS, PTN, PTC, PRP, PHS, PV, PSL, PR, PP, PTdoB, PEN e PTB).

Mas, a coalização teria dissidências: PDT, PPS e PSB, sem que os petistas desistissem do diálogo para a recomposição das relações políticas no DF, especialmente por serem PDT e PSB aliados tradicionais.

A aliança construída até aqui foi a base de estabilidade política-institucional a ser preservada pelo PT, e não poderia ser entendida como mera opção tática ou simples arranjo eleitoral.

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA CLDF

A ampla aliança facilitou a relação do governo Agnelo com a Câmara Legislativa, com uma maioria que chegaria por vezes a aprovação de projetos do Executivo por unanimidade. Mas em uma base instável, suscetível a interesses não apenas dos partidos, mas individuais dos parlamentares da oposição.

Diferentemente da situação do primeiro governo eleito pelo PT no Distrito Federal, de Cristovam Buarque, que teve oposição organizada em conjunto, forte e inclusive com subsídios de funcionários da Câmara Distrital contratados especificamente para pensarem estratégias de embate.

No comparativo entre os dois governos petistas, mesmo que o perfil das oposições na Câmara Legislativa tenha sido bastante diferente, inclusive numericamente (a oposição chegou a representar a metade do Parlamento no primeiro mandato; e hoje cerca de um quarto dos deputados distritais se declaram oposição), as dificuldades de negociação são semelhantes. Não houve nunca momentos de conforto para o PT no Parlamento local.

Mesmo assim os deputados distritais garantiram êxitos políticos fundamentais. Durante o governo Cristovam, ocuparam importantes posições na Mesa Diretora e propuseram questões complexas, como, por exemplo, as negociações para a legalização de terras públicas, um imbróglgio que desde a inauguração de

Brasília não chegou a ser resolvido envolvendo uma confusa profusão de documentos lícitos e ilícitos, tornando a regularização de imóveis um jogo de forças que se dá nos cartórios, nos tribunais e chega ao confronto físico.

Os parlamentares do Partido dos Trabalhadores conseguiram realizar reuniões ordeiras com moradores de condomínios, GDF, União e todos os envolvidos na questão fundiária, tendo como resultados diagnósticos e cadastramentos, que deslançaram importantes iniciativas para a solução de um problema que na época significava cerca de 600 mil condôminos.

Durante a atual gestão de Agnelo Queiroz, o PT na Câmara Distrital tem demonstrado habilidade para vitórias significativas. Entre os momentos marcantes, está o enfrentamento a quase uma dezena de ações impetradas na tentativa de arrancar o governador do Palácio do Buriti. A base dos ataques foram frágeis citações sobre Agnelo e seus secretários em gravações registradas pela Polícia Federal em escutas telefônicas realizadas na Operação Monte Carlo, que prendeu o bicheiro Carlinhos Cachoeira. Chegaram a ser feitas propostas de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara Legislativa com acusações de corrupção sem que houvesse quaisquer indícios de provas.

No auge do fogo cerrado, nada menos que 19 dos 24 deputados distritais assinaram um manifesto de apoio irrestrito ao governador, em que se contavam 14 partidos. Pedidos de instalação de CPI e abertura de processo de impeachment caíram por terra. O golpe foi rebatido com argumentos e provas incontestáveis.

Outros exemplos são significativos na demonstração da força do PT no Distrito Federal. Como a aprovação por unanimidade na Câmara Legislativa do Projeto de Lei 240/2011, que instituiu o Plano Diretor de Transporte Urbano, instrumento de planejamento estratégico do sistema de transporte no Distrito Federal, com estudos de processos racionais de fluxo e com tecnologias alternativas, como a implantação de corredores de ônibus e sistemas de integração tarifária que nunca existiram na capital.

O planejamento para o transporte urbano não significou apenas pensar em estratégias, mas assumir confronto acirrado com grupos empresariais há décadas enraizados no setor que se empenharam para impedir as mudanças. O governo Agnelo enfrentou cerca de 170 ações judiciais na tentativa de boicote à renovação do sistema, considerado o pior do país.

O GDF promoveu licitações para a renovação de 100% da frota de ônibus no Distrito Federal, reforma de terminais e pavimentação da malha viária, para oferecer qualidade e segurança aos usuários. Além disso, se comprometeu com a estabilidade das tarifas e dos empregos dos rodoviários. A renovação do transporte estava na pauta de reivindicação da categoria desde o início dos anos 1980, quando se deu a sua primeira greve no DF.

A composição na Câmara tem garantido os resultados necessários para a estabilidade institucional no GDF, reduzindo a eficácia dos setores oponentes e alinhando o Parlamento local a uma nova agenda de projetos estratégicos em benefício da população. A união de diversas forças partidárias e políticas permitiu ao governo de esquerda, liderado pelo PT-DF, a estrutura necessária para o enfrentamento de adversidades históricas e de difícil desmobilização.

DIVISÃO ENTRE ESQUERDA E DIREITA

Em alguns momentos do cotidiano, a sociedade se coloca em dúvida sobre a diferença existente entre esquerda e direita, pois a polarização deixou de ser evidente quando superados os períodos mais duros do terror da ditadura. Porém os projetos dos governos petistas – e em particular do PT do Distrito Federal – evidenciam com muita clareza as extremas diferenças ideológicas.

conquista da democratização trouxe o debate público para as ruas e a chance de se escolher, por meio do voto, o projeto político que queremos para o país, para os estados, para as nossas cidades. A democratização trouxe um relacionamento, digamos, diplomático para a política – e a aparente falta de enfrentamento às vezes faz pensar que as diferenças são coisas do passado. Basta que se comparem as ações dos governos do PT no DF e as ações de administrações passadas – quando se distribuíam lotes para os pobres, sem nenhuma preocupação com a qualidade de vida – que as diferenças ideológicas são compreendidas imediatamente.

Os três anos do governo petista de Agnelo Queiroz em Brasília transformaram a capital, que nos últimos anos foi inchada por ações de políticos inescrupulosos, do dia para a noite, onde moradores viviam em barracos feitos com madeiras de tapumes, sem infraestrutura de água, esgoto, asfalto, sem espaços para escolas, postos de saúde, sem nenhum planejamento urbano mínimo. Essas comunidades eram verdadeiros currais eleitorais, em que os serviços públicos básicos eram instalados em troca da fidelidade do povo enganado.

A atual gestão do governo petista, de acordo com o projeto nacional, investe na construção dos cidadãos livres, com direito à urbanização e ao exercício da administração de seu patrimônio. O governo Agnelo já regularizou imóveis e já entregou milhares de escrituras a famílias que viviam sem títulos de propriedade há cerca de 20 anos. O Distrito Federal está passando por uma verdadeira faxina, com urbanização de todas as suas 30 regiões administrativas. Já inaugurou cinco Unidades de Pronto Atendimento, contratou mais de três mil médicos, fez funcionarem mais de 30 postos de saúde e dobrou o número de vagas em Unidades de Tratamento Intensivo, com políticas públicas de saúde com qualidade, acabando com as transferências de pacientes

para hospitais particulares, que beneficiavam apenas os empresários e deixava a população vulnerável.

As ações em sintonia com a administração da presidenta Dilma Rousseff estão revolucionando a capital. Nos últimos anos foram gerados mais de 100 mil novos postos de trabalho na nossa cidade. A taxa de desemprego é a menor desde 1992. Exemplos como esses significam a clara orientação de políticas de esquerda, que têm como objetivo o cidadão com dignidade, com conhecimento e com capacidade de escolher governantes, de escolher o seu futuro e ser senhor de sua história. São essas evidências que deixam claras as ideologias diferenciadas entre esquerda e direita.

RELAÇÕES COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

As relações com os movimentos sociais sempre foram a cara do PT, elas são a essência de sua fundação. O partido e também a Central Única dos Trabalhadores (CUT) marcaram lutas importantes no Distrito Federal. Na história do PT no DF se destacam a militância de sindicalistas de diversos setores como servidores públicos, bancários, professores, rodoviários, médicos e vigilantes.

Mas o partido na capital federal sempre trouxe a marca de todas as lutas do ponto de vista da sociedade – como mulheres, moradia, reforma agrária, movimentos estudantis. As ruas de Brasília foram palco de manifestações memoráveis como a Marcha dos 100 mil contra a corrupção e contra o governo FHC. A administração petista no DF marca uma agenda bem diferente da receita neoliberal. O diálogo constante com os cidadãos tem hoje evidentes respostas do GDF.

O governo Agnelo estabeleceu, por exemplo, negociações salariais com diversas categorias. Também criou canais institucionais fundamentais para ouvir e interagir com a sociedade organizada. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social que discute os principais problemas e indicam as melhores soluções para superá-los reúne 80 personalidades públicas da capital.

O Orçamento Participativo mobilizou milhares de cidadãos e cidadãs por todo o Distrito Federal. O OP é hoje o espaço em que a população encontra a garantia de que as suas prioridades serão atendidas e respeitadas. Há uma mesa permanente de negociação com as diversas entidades representativas dos trabalhadores e do setor público. As representações classistas encontraram sempre as portas do GDF abertas para o diálogo e para a mediação das suas reivindicações. Também é realizado um trabalho articulado e sintonizado com as igrejas.

Em nenhum momento ao longo deste governo houve violência contra grupos sociais ou manifestantes. A tolerância e o respeito são também marcas do modo petista de governar, mesmo mantida a firmeza no cumprimento das

leis, para benefício de toda a sociedade. Nosso governo, além de coibir qualquer excesso de uso da força ou repressão policial, abriu diversos canais de interlocução com as representações dos manifestantes no debate sobre transporte público, tarifa zero, educação e saúde.

Além disso, o governo Agnelo fez os Centros Pop no Plano Piloto e em Taguatinga que acolhe, ampara e respeita o morador de rua do Distrito Federal com equipes preparadas para abordagem diferenciada das que eram tradicionalmente adotadas. A Secretaria de Transparência e Controle é um modelo na postura de radicalizar o acesso da população às informações sobre as despesas e os recursos do governo. O portal da transparência do governo local é um dos mais avançados da federação. Há uma postura vigilante quanto à probidade administrativa dos atos dos gestores públicos; e não há denúncia que não seja apurada; e também não há nenhum responsável que não seja punido no âmbito do nosso governo.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO EM CONSELHOS

A participação popular é uma característica fundamental nos governos petistas. Este princípio é muito bem representado pelos conselhos. Neste sentido, mencione-se os conselhos gestores de políticas públicas, canais efetivos de fortalecimento da participação democrática da população que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade; em que o povo tenha papel essencial na formulação e implementação de políticas públicas.

No Distrito Federal, esses espaços contribuem com as mudanças radicais que a sociedade precisa. Um dos exemplos de seu funcionamento efetivo são os 40 conselhos tutelares que tornam o DF excelência no que se refere à proteção de crianças e adolescentes, obedecendo e até superando os parâmetros recomendados pelo Conanda. O GDF assinou em 2013 o projeto de lei que atendia antigas reivindicações entre as quais a criação de cargos efetivos para os conselheiros com uma das maiores remunerações da categoria no país e direito a benefícios trabalhistas.

A medida valorizou o papel dos profissionais ao tirá-los de cargos comissionados. Os conselheiros são selecionados por meio de provas de conhecimentos e frequentam cursos específicos para atuarem na área. O tratamento aos conselhos está entre as prioridades do GDF. Na educação, por exemplo, o governo petista trouxe a comunidade escolar para atuar nos conselhos, mudando a característica de governos anteriores que agiam de modo a impedir a sua participação.

ANEXO I: PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS PARA 2030 IMPACTO NAS DEMANDAS NAS ÁREAS DE EMPREGO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, TRANSPORTE E HABITAÇÃO

No próximo ano, 2014, quando o Brasil sediará a 20ª Copa do Mundo de Futebol, a população mundial estará alcançando o incrível número de 7,3 bilhões de habitantes, sendo que 4 bilhões vivendo em cidades. Desse total, quase a metade (1,8 bilhão de pessoas) estará residindo em pouco mais de 400 aglomerados urbanos com mais de 1 milhão de habitantes espalhados pelo planeta, sendo 25 delas no Brasil.

Dos residentes em grandes cidades, cerca de 1 bilhão estarão concentrados em 100 metrópoles com população superior a 4 milhões de habitantes, e Brasília fará parte deste seletivo grupo, juntamente com outras cinco metrópoles brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife) e 36 dessas metrópoles, sendo duas brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro) terão mais de 10 milhões de habitantes, num contingente de 550 milhões. Em junho de 2014 (15/06), quando do primeiro jogo da Copa em Brasília, a população do Distrito Federal alcançou 2.845 mil habitantes, que somados a 1.155 mil na periferia metropolitana, fará a população em nossa área metropolitana superar a barreira dos 4 milhões de habitantes.

A população do Distrito Federal cresceu nas últimas décadas num ritmo bem mais acelerado que a das demais unidades federativas brasileiras. Segundo o IBGE, tal situação permanecerá nos próximos 17 anos, até 2030. Nesse período, o DF deverá incorporar mais um milhão de habitantes à sua população. Isso significa, por exemplo, que somente no Distrito Federal cerca de 550 mil pessoas se incorporarão à População Economicamente Ativa (PEA)

nos próximos 17 anos. Se considerarmos a periferia metropolitana, serão mais 340 mil pessoas “chegando” à PEA.

Considerando que o DF gera mais de 50% das ocupações da população residente na periferia metropolitana, pelo menos mais 170 mil pessoas residentes nessa região procurarão emprego no DF, elevando a necessidade de criação de novos empregos a 720 mil. Esta cifra é apenas para ocupar os novos integrantes da PEA, sem considerar a necessidade de gerar ocupação para cerca de 280 mil que estão atualmente desempregados na AMB, o que elevaria o total de novos empregos a serem criados para nada menos que 1 milhão.

No que toca à habitação, apenas no Distrito Federal, serão necessárias 300 mil novas casas e apartamentos nos próximos 17 anos; com relação à saúde, a demanda para serviços direcionados à população idosa deverá crescer de forma acentuada; o mesmo ocorrerá na educação, pois as demandas para novas matrículas no ensino médio e no ensino superior deverão aumentar substancialmente; na área de transportes, o aumento da frota de veículos particulares, previsto em mais 1,5 milhão de carros, provocará o colapso do sistema de transportes caso o fluxo não seja direcionado para o transporte coletivo de passageiros.

Essas e outras projeções tornam crucial um planejamento mais minucioso de nossa cidade, para evitar um cenário de inexorável piora da qualidade de vida.

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DO DF EM 2030

A população do Distrito Federal, segundo estimativa do IBGE, alcançou 2,79 milhões em 2013. Comparando-se com o resultado apurado no Censo Demográfico de 2010, de 2,57 milhões de habitantes (ou 2,606 milhões no resultado ajustado), são 184 mil novos residentes na capital da República em apenas três anos, ou seja, o equivalente a uma cidade de mais de 60 mil habitantes a cada ano. A taxa média geométrica de crescimento anual de 2,3% é mais que o dobro da média brasileira.

O mesmo IBGE projeta população de 3,773 milhões em 2030, ou seja, mais um milhão de pessoas nos próximos 17 anos, contingente próximo às atuais populações de grandes cidades como Goiânia (GO) ou Campinas (SP).

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DA PERIFERIA METROPOLITANA DO DF EM 2030

A população da Periferia Metropolitana (PM) de Brasília⁷ apresentou uma forte aceleração da taxa média geométrica de crescimento anual (TMGCA) a partir de 1970. Entre 1970, quando a população era de 100 mil habitantes, e

7. Composta pelos municípios de Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

1980, quando alcançou 196,2 mil, ela foi de 6,97% ao ano; diminuiu a 6,79% entre 1980 e 1991, quando a população saltou para 404,3 mil; e chegou a 7,08% entre 1991 e 2000, quando o contingente populacional atingiu 748,3 mil habitantes. Entre 2000 e 2010, houve uma forte desaceleração da TMGCA para 2,97%, levando a população a 1.002,9 mil pessoas.

A estimativa populacional do IBGE para o conjunto da periferia metropolitana em 2013 é de 1,065 milhão. A Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD), realizada pela Codeplan, contudo, estimou a população na região em 2013 em 1,129 milhão. Dessa forma, com base na estimativa da PMAD, observa-se uma reaceleração da TMGCA para 4,03%. A população da PM de Brasília manteve a trajetória de participação crescente no total da população metropolitana, que de 20,2% em 1991, passou a 26,4% em 2000, 27,3% em 2010, alcançando em 2013, 28,8%.

A TMGCA estimada para a periferia metropolitana de Brasília, de 4,03%, é cerca de 70% superior à taxa estimada para o Distrito Federal (2,35%). Como para 2030 não há estimativa realizada pelo IBGE, admitiu-se três hipóteses de variação da TMGCA da periferia metropolitana de Brasília para os próximos 17 anos:

- A) 50% superior à projetada para o núcleo metropolitano (DF);
- B) 40% acima, e
- C) 30% acima.

Sabendo-se que a TMGCA no Distrito Federal foi estimada pelo IBGE em 2,08% entre 2013 e 2020 e em 1,59% entre 2020 e 2030, pode-se estimar as seguintes TMGCA da PM de Brasília:

- Hipótese A: 3,12% no primeiro período e 2,39% no segundo;
- Hipótese B: 2,91% no primeiro período e 2,23% no segundo; e
- Hipótese C: 2,70% no primeiro período e 2,07% no segundo.

Sendo assim, a população da Periferia Metropolitana de Brasília passaria na hipótese A para 1.383 mil habitantes em 2020, representando 30% da população metropolitana projetada de 4.606 mil habitantes; e a 1.751 mil habitantes em 2030, representando 31,7% da população metropolitana de 5.524 mil habitantes.

Na hipótese B, passaria a 1.363 mil habitantes em 2020, representando 29,7% da população metropolitana projetada de 4.586 mil habitantes; e a 1.699 mil habitantes em 2030, representando 31% da população metropolitana de 5.472 mil habitantes.

Já na hipótese C, aumentaria para 1.344 mil habitantes em 2020, representando 29,4% da população metropolitana projetada de 4.567 mil habitantes; e a 1.649 mil habitantes em 2030, representando 30,4% da população metropolitana de 5.422 mil habitantes.

CENÁRIOS PARA 2030 NO DF E AMB, SEGUNDO OS CINCO TEMAS

EMPREGO E DESENVOLVIMENTO

No que concerne ao mercado de trabalho, elaborou-se estimativas com base nas atuais taxas de participação, de ocupação, de desemprego, da relação entre os níveis ocupacionais público x privado, medidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal (PED/DF) e outros parâmetros calculados com base nas informações do Censo Demográfico de 2010.

Assim, a partir da projeção do IBGE para o ano de 2030, verifica-se que a população total do Distrito Federal deverá alcançar 3,773 milhões de pessoas, indicando um acréscimo de 1,046 milhão de indivíduos em comparação ao contingente contabilizado em 2012. Na periferia metropolitana, estima-se alcançar 1,699 milhão de pessoas, com saldo positivo de 621 mil indivíduos relativamente ao ano de 2012. Ao todo, estima-se que a Área Metropolitana de Brasília deverá contabilizar em 2030 um adicional de 1,667 milhão de novos indivíduos.

Mantidas as mesmas proporções da População Economicamente Ativa do ano de 2012, correspondente a 62,8% da PEA para a área urbana, a estimativa é de que em 2030 a PEA alcance 2,084 milhões de pessoas no Distrito Federal e 900 mil na Periferia Metropolitana, totalizando 2,984 milhão, significando um acréscimo de 967 mil pessoas a mais em relação à existente em 2012.

No ano de 2012 havia cerca de 1,740 milhão de pessoas ocupadas na AMB, sendo 1,27 milhão residentes no Distrito Federal e 470 mil residentes na periferia metropolitana. Na hipótese de que a atual taxa de desemprego se mantenha em 12,2%, será necessário em 2030, a existência de 1,83 milhão postos de trabalho no DF e 742 mil na periferia metropolitana, totalizando 2,572 milhões na AMB, ou seja, 832 mil novos postos de trabalho, sendo que desse total, 691 mil gerados no Distrito Federal (555 mil para residentes no DF e 136 mil para residentes na periferia metropolitana).

Para zerar o contingente desempregado, absorvendo o contingente de desempregados projetado (mantida a atual taxa de desemprego), o número de empregos a serem gerados na AMB ascenderia a 1,244 milhão, sendo um pouco mais de um milhão no Distrito Federal.

É importante ressaltar que o Distrito Federal só alcançou a marca de um milhão de pessoas ocupadas após 50 anos de existência e, com base nas estimativas acima, necessitará nos próximos 17 anos gerar outro tanto, um quantitativo que remete à necessidade premente de diversificação da estrutura econômica da Capital Federal e de sua periferia metropolitana, primando pelo aumento da participação do segmento industrial, atividade econômica de maior efeito multiplicador na geração de postos de trabalho numa economia.

Há de se considerar, também, que o setor público certamente não terá condições de responder pela geração de postos de trabalho na magnitude exigida, cabendo ao setor privado a maior responsabilidade nessa resposta, oxigenado pelo segmento industrial.

Outro ponto a ser ressaltado refere-se à concentração de postos de trabalho na RA I-Brasília (Plano Piloto), que atualmente concentra cerca de 48% dos empregos do DF. São 723 mil ocupações, que em 2030, mantida a mesma participação, aumentará para 1,056 milhão, ou seja, mais 333 postos de trabalho, com fortes implicações na dinâmica de mobilidade do DF e de toda a área metropolitana. É imperioso que se incentive a dinamização de atividade produtivas nas demais RA's e na periferia metropolitana, numa política de desafogar o centro nervoso da Capital Federal.

EDUCAÇÃO

O Distrito Federal é uma das unidades da federação que apresenta os melhores indicadores referentes à educação no país. Em relação ao analfabetismo, por exemplo, somente o estado de Santa Catarina apresentou índice menor do que o apresentado pelo DF, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2012.

Analisando-se cada nível de ensino, observa-se que em relação à educação infantil, o INEP/MEC aponta que no DF, em 2012, apenas 32,6% (79.462) das crianças de zero a cinco anos (243.781) frequentavam unidades escolares, destacando-se o ensino privado como responsável por 60,1% das matrículas nesta etapa escolar. No DF, as creches públicas eram apenas 29 unidades, enquanto o setor privado totalizava 356 creches. No caso da pré-escola, que abrangia em 2012, 626 unidades escolares, 38,3% eram públicas distritais e 61,7% privadas.

A hipótese adotada pela Codeplan pressupõe que, em 2030, alcancemos a situação ideal, ou seja, que todas as crianças de zero a cinco anos (estimadas em 258.369) passem a frequentar a pré-escola, significando a necessidade de 178.907 novas matrículas. O aumento no número de professores na educação infantil deverá ser incrementado em 9.562.

No ensino fundamental, os dados referentes às matrículas efetuadas em 2012, neste nível de ensino, superavam a quantidade de crianças de 6 a 14 anos domiciliadas no DF, sinalizando que os estabelecimentos de ensino do DF comportavam um contingente expressivo de alunos residentes em municípios da periferia metropolitana de Brasília, assim como a existência de um número significativo de crianças estudando fora da série recomendada. Os alunos estavam distribuídos em 526 escolas públicas distritais, uma escola federal e 311 privadas.

Considerando-se que, em 2030, estejam abarcadas pela rede escolar do ensino fundamental, somente as crianças de 6 a 14 anos domiciliadas no DF, estima-se que o número de matrículas totalize 389.000, um quantitativo inferior ao encontrado em 2012, o que implicaria, mantida a atual relação professores/alunos, na redução de 874 professores.

Com referência ao ensino fundamental em tempo integral, foram computadas em 2012 apenas 14.268 matrículas no DF (3,7% das crianças na faixa de 6 a 14 anos), sendo 83,3% em estabelecimentos da rede pública distrital e 16,7% da rede privada. A hipótese adotada para 2030 é de que 70% das crianças na faixa de 6 a 14 anos estejam na escola integral, o que significaria a necessidade de 258.032 novas matrículas. É fato que tal nível de atendimento implicaria numa forte ampliação do número de salas de aulas, bem como e, principalmente, vultosos investimentos em recursos humanos para ampliação do quadro de profissionais.

No segmento populacional de 15 a 17 anos, faixa etária apropriada ao ensino médio, o quadro em 2012 era de que 76,7% (111.774) dos jovens nesta faixa (145.693) estavam matriculados. Em 2030, a estimativa é de que haverá uma pequena redução no contingente de jovens nesta faixa etária (138.717), mas como se adotou a hipótese de que 100% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos estarão cursando o ensino médio, significa que será necessária a criação de 26.943 novas matrículas. Nesse caso, estima-se que será também necessária a contratação de 1.187 novos professores.

Quanto à educação profissional, havia no DF, em 2012, 14,6 mil matrículas, sendo que as instituições públicas federais respondiam por 19,6% deste contingente, 24,6% pela rede pública distrital e a rede privada foi responsável por 55,8% do total. A hipótese adotada é de que, em 2030, 50% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos (138.717) estejam na educação profissional, o que requeria 69.358 novas matrículas e a contratação de 3.120 professores.

Para a educação superior, vinculada à faixa etária de 18 a 24 anos, estima-se um pequeno aumento, de 356.027 para 360.249 jovens. Em 2012, 53,7% deste segmento populacional ocupava vagas em estabelecimentos de ensino superior, públicos e privados. A hipótese adotada é de que o percentual crescerá para 75% em 2030, significando a necessidade de 79.130 novas matrículas e a contratação de 3.888 professores.

SAÚDE

Para construir o cenário das demandas na área da saúde em 2030, foram considerados os dados mais recentes (outubro de 2013) disponíveis na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF) e adotados como

referência os indicadores preconizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde, para cada um dos tópicos considerados.

Em relação ao número atual de leitos hospitalares, segundo a Portaria n. 1101/GM/2002, estipula-se como desejável a existência de 2,5 para cada 1.000 habitantes (um leito para 400 habitantes). Em 2013, segundo a SES/DF, o número de leitos disponíveis no DF é de 6.808, ou seja, o DF possui hoje uma média de 410 habitantes por leito, número superior ao recomendado pelo Ministério da Saúde. Considerando a rede pública (SUS), o número de leitos existente é de 4.433, o que corresponde 629 habitantes por leito.

Em 2030, se considerarmos como meta 400 habitantes por leito, serão necessários 9.433 leitos, portanto, um aumento de 2.625 unidades. Se considerarmos somente a rede pública, será necessário a implantação de 5 mil leitos.

Quanto ao número de médicos, o patamar mínimo recomendado pela OMS é de um médico para mil habitantes e, para um melhor padrão de atendimento, de um médico para 500 habitantes. Segundo o Banco de Dados do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), o Distrito Federal tem, dentre as várias especialidades, 15.174 médicos, o que representa uma média de um médico para 184 pessoas, proporção muito superior à recomendação da OMS. Somente na rede pública de saúde, atuam 6.748, o que representa um médico da rede SUS para 413 pessoas.

Para 2030, considerando a necessidade de um médico para 500 habitantes, o Distrito Federal necessitaria de 7.456 médicos, número substancialmente inferior ao que já dispõe, ou seja, seriam dispensáveis 7.718 médicos trabalhando no DF, expressão da enorme concentração dos médicos brasileiros nos grandes centros urbanos, que tem, como contrapartida, a escassez de médicos nos pequenos municípios, razão pela qual o governo federal instituiu o Programa Mais Médicos.

Em relação ao contingente de médicos na rede pública, tendo também como meta a relação de um médico para 500 habitantes, seria necessária a contratação de mais 708 médicos para a rede até 2030.

Quanto ao Programa de Saúde da Família (PSF), o CNES indica a existência de 230 Equipes da Saúde da Família (ESF) no Distrito Federal em 2013. Considerando que cada equipe atende três mil pessoas, a cobertura é de 26% da população total. A meta da SES/DF prevê uma cobertura superior a 70% da população em 2030, o que significa que serão necessárias 880 equipes, ou seja, um aumento de 650 ESF.

Em relação à cobertura vacinal de crianças menores de 1 ano, dependendo da vacina aplicada, esta variou de 85% a 100%, ou seja, entre 37.350 e 43.950 aplicações em 2013. Segundo as estimativas para 2030, o DF terá

45.712 crianças nessa faixa de idade. Tendo como meta 100% de cobertura vacinal, será necessário um pequeno incremento, entre 1.762 e 8.362 vacinas, considerando a doença combatida.

No caso da população de 60 anos ou mais, a cobertura vacinal de influenza garantiu a imunidade, em 2013, de 84,5% dos idosos (158.090). A projeção populacional para 2030 desta faixa etária é de 618.432 pessoas e, para uma cobertura de 100%, será necessário a ampliação em 460.342 novas vacinas.

INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE

O número de viagens realizadas em um dia útil no Distrito Federal foi de 3,77 milhões em 2010, sendo 2,89 milhões por modo motorizado (76,7%). Nos municípios goianos da periferia metropolitana de Brasília, foram realizadas 1,03 milhão de viagens, sendo 550 mil motorizadas (53,4%). No total da Área Metropolitana de Brasília, o total de viagens somou 4,8 milhões, sendo 3,44 milhões motorizadas.

No Distrito Federal, em 2010, 35,8% das viagens eram realizadas por modo coletivo, sendo 31,8% por ônibus e 4% por metrô; 40,9% por modo individual, sendo 39% por veículo particular e táxi e 1,9% por motocicleta ou motoneta e 23,3% por modo não motorizado.

Já nos municípios da Área Metropolitana de Brasília, 40,3% das viagens eram realizadas por modo coletivo, exclusivamente por ônibus; 13,1% por modo individual, sendo 9,7% por veículo particular e táxi e 3,4% por motocicleta ou motoneta e 46,6% por modo não motorizado.

Destaca-se no DF a importância relativa do transporte individual. Nos municípios da periferia metropolitana, é evidente a importância dos deslocamentos por modo coletivo e por modo não motorizado. As viagens por motivo trabalho correspondiam a 53% do total de viagens no DF e 64% nos municípios metropolitanos, enquanto que aquelas por motivo estudo equivaliam a 25% no DF e 18% nos municípios periféricos. Assim, constata-se que cerca de 80% das viagens diárias são realizadas por motivo trabalho e ocorrem, predominantemente, no horário de pico.

Cabe destacar, ainda, que apenas o Plano Piloto foi o destino de 32,3% do total das viagens em 2010, ou seja, 1,216 milhão. Este quadro se traduz em congestionamentos na hora de pico nas principais vias, aumento do tempo de viagem para todos os modos, demanda por vagas de estacionamento, ocorrência de acidentes, emissões de poluentes e perda de qualidade de vida.

Constata-se que, com o crescimento da renda da população, há um aumento da taxa de motorização. Segundo dados do Denatran, a frota de veículos do DF aumentou de 651,5 mil veículos (automóveis, camionetas, utilitá-

rios, motocicletas e motonetas) em 2002 para 1,387 milhão em 2012, ou seja, enquanto a população do DF cresceu 23,6% nesse período, a frota teve um incremento de 112,9%.

Para 2030, na ausência de projeções oficiais, a Codeplan adotou a hipótese de uma forte redução no ritmo de crescimento da motorização da população brasiliense e, conseqüentemente, no menor ritmo de crescimento da frota de veículos. Mesmo assim, a frota total de veículos alcançaria 3,02 milhão, ou seja, um aumento de 1,633 milhão em relação à frota existente em 2012.

Quanto à projeção do número de viagens para 2030, admitindo-se a mesma estrutura de modais verificada em 2010, estimou-se um total de 5,74 milhões de viagens no Distrito Federal, com aumento de 1,97 milhão de viagens em relação a 2010 e 1,85 milhão de viagens nos municípios da periferia metropolitana, com incremento de 820 mil viagens, num total para a AMB de 7,59 milhões de viagens e aumento de 2,79 milhões sobre 2010.

Mantida a atual estrutura modal, o incremento será de 1,96 milhão de viagens motorizadas na AMB, sendo 1,05 milhão por transporte coletivo e 910 mil por transporte individual, ficando as viagens não motorizadas com mais 830 mil viagens.

OCUPAÇÃO DO SOLO E INFRAESTRUTURA (HABITAÇÃO, ÁGUA, ESGOTO E ENERGIA)

O tema ocupação do solo e infraestrutura urbana envolve diversos aspectos, tais como habitação, abastecimento d'água, saneamento e energia elétrica. Em relação à habitação, o Distrito Federal, segundo o Censo Demográfico de 2010, possuía 2,602 milhões de habitantes, que residiam em 775 mil unidades habitacionais (UH), resultando numa ocupação média de 3,36 pessoas/UH. O total de unidades habitacionais existentes, contudo, somavam 855 mil, pois 80 mil achavam-se desocupadas (pelos mais diversos motivos), devendo-se também mencionar que 40 mil estavam localizadas nas chamadas ocupações subnormais e 210 mil eram imóveis alugados ou cedidos.

A Codeplan, considerando a tendência de progressiva redução do número médio de moradores por domicílio (fenômeno vinculado a fatores diversos como elevação da renda, aumento da dissolução das relações conjugais etc.), estimou a ocupação média de 3,0 habitantes/UH em 2030. Em face da estimativa para o mesmo ano de uma população no DF de 3,773 milhões, o número de UH necessários para acomodar a população brasiliense em 2030 seria de 1,257 milhão, isto é, seriam necessárias 402 mil novas habitações. Se for considerado o objetivo de zerar o contingente de moradores residentes em ocupações subnormais (hoje, são 40 mil UH), este número subiria para 442 mil UH.

Quanto ao uso da água, deve-se inicialmente destacar que o Distrito Federal, segundo a Adasa, abrange um conjunto de três regiões hidrográficas (Rios Paraná, São Francisco, Tocantins/Araguaia) e sete bacias hidrográficas: a região hidrográfica do Paraná, compreendendo as bacias dos rios Corumbá, Descoberto, Paranoá, São Bartolomeu e São Marcos; a região hidrográfica do São Francisco, com a bacia hidrográfica do rio Preto e a região hidrográfica do Tocantins/Araguaia, com a bacia hidrográfica do rio Maranhão. A Tabela 31 revela a situação em cada bacia.

Tabela 31

Distrito Federal – Vazão média, mínima, retirada e consumida e destino da água nas bacias do DF 2011

Discriminação	Bacia do Paraná					Bacia Tocantins	Bacia S.Francisco	Total
	Descoberto	Corumbá	Paranoá	S.Bartolomeu	S. Marcos	Preto	Maranhão	
Vazão	Vazão em m³ por segundo							
Vazão mlt (1)	19,36	17,14	16,72	30,72	1,66	28,01	34,07	147,68
Vazão Q90	9,78	7,18	9,46	13,24	0,46	10,18	11,92	62,22
Vazão retirada	5,81	0,30	2,12	1,92	0,11	1,81	0,38	12,45
Vazão consumida	4,87	0,06	1,90	0,61	0,05	0,65	0,17	8,31
Retirada	Retirada em %							
Urbano	78	60	92	60	-	10	50	67
Rural	2	10	3	5	2	5	13	2
Irrigação	20	20	5	35	98	85	18	30
Industrial	-	-	-	-	-	-	19	1

(1) Vazão média de longo termo. Vazão mínima com 90% de permanência.

- 1) Vazão média de longo termo
- 2) Vazão mínima com 90% de permanência

Quanto ao consumo d'água especificamente fornecido pela CAESB (não inclui o consumo oriundo de poços artesianos, cisternas e para irrigação), este foi em 2011, excetuando o agrícola, de 187 milhões de m³, sendo 83,4% para uso residencial; 9,8% para uso comercial; 5,9% para uso institucional e apenas 0,9% para uso industrial. Para 2030, mantido o mesmo consumo *per capita*, projeta-se um consumo total de 296 milhões de m³, incremento de 109 milhões de m³ sobre o consumo atual.

Em relação ao uso agrícola, de mais difícil mensuração, estima-se que tenha sido em 2011 de 150 milhões de m³, destinado principalmente à pro-

dução de grãos em área irrigada e, considerando-se a estimativa de aumento da produção de grãos em 50% até 2030, estimou-se a mesma expansão no uso d'água para fins agrícolas, ou seja, para 225 milhões de m³, um acréscimo de 75 milhões de m³ sobre a demanda atual.

Quanto ao esgotamento sanitário, a PDAD/DF, realizada pela Codeplan, revela que em 2011 684 mil domicílios, ou seja, 87,2% do total de domicílios ocupados (784 mil) estavam ligados à rede geral de esgoto sanitário, sendo que 100 mil eram servidos por fossa, divididos em séptica (85 mil) ou rudimentar (15 mil). Diante da estimativa de 1,257 milhão de unidades habitacionais em 2030, tornar-se-ia necessária 573 mil novas ligações à rede geral de esgoto sanitário.

Por fim, em relação ao consumo de energia, totalizou em 2012, segundo a CEB, 5.360 GWh, sendo 96,6% destinado ao consumo residencial, comercial, institucional e outros, ao passo que o consumo industrial respondeu por apenas 3,4%, revelando a incipiência da atividade industrial no DF (na média nacional, o consumo industrial respondeu por quase 40% do consumo total). A estimativa da CEB é de que em 2030, o consumo residencial, comercial, institucional e outros totalize 12.470 GWh, significando um incremento de 7.290 GWh. Quanto ao consumo industrial, dependerá dos investimentos nesse setor que o DF conseguir atrair, assim como do perfil das plantas a serem implantadas.

DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARA O DISTRITO FEDERAL E SUA ÁREA METROPOLITANA, SEGUNDO OS EIXOS TEMÁTICOS

A escolha das diretrizes e estratégias adequadas para a promoção do desenvolvimento econômico da região deve começar pela decisão de se elaborar e implementar um plano de desenvolvimento para a região. O pressuposto essencial é de que seja um planejamento que integre esforços dos governos das quatro unidades federativas e do governo federal. São as seguintes as estratégias específicas, segundo os eixos temáticos:

DIRETRIZES

ORDENAMENTO TERRITORIAL, FUNDIÁRIO E AMBIENTAL

1. Promover a articulação e cooperação entre os entes federados na gestão do ordenamento territorial e fundiário, considerando a diversidade dos territórios, seu patrimônio cultural e natural e as diferentes formas de organização social e produtiva;
2. promover a destinação ordenada do estoque de terras públicas no DF e região, centrando no direito fundamental de acesso à terra, visando o desenvolvimento sustentável, a conservação e a preservação, atendendo os interesses sociais, ambientais, econômicos e estratégicos.

INFRAESTRUTURA

1. Promover investimentos na ampliação e melhoria da malha de transportes e o uso otimizado da multimodalidade nos transportes, visando conec-

tar a região com os principais centros consumidores do país e consolidar a estrutura de abastecimento e de comercialização;

2. promover a ampliação e a melhoria da malha de estradas vicinais;

3. promover a ampliação da oferta de energia, a utilização das potencialidades energéticas e a expansão de sua infraestrutura de distribuição, em atendimento às necessidades de desenvolvimento da região, de melhor distribuição das atividades produtivas e de melhor aproveitamento das oportunidades e vocações regionais;

4. promover investimentos que garantam à região o pleno acesso às mais modernas tecnologias de telecomunicações;

5. promover a ampliação da capacidade de armazenagem nas regiões produtoras, associada a uma logística eficiente;

6. apoiar o fortalecimento e a disseminação de ações de qualificação e capacitação profissional;

7. promover a capacitação e qualificação profissional da mão de obra industrial;

8. promover a simplificação burocrática na implantação de projetos industriais.

FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS

1. Estimular o desenvolvimento das atividades econômicas dinâmicas e sustentáveis, visando a agregação de valor à estrutura produtiva local, mediante o fomento às cadeias produtivas;

2. fomentar alternativas tecnológicas e estratégias territoriais de suporte social, econômico, organizacional, institucional e político ao desenvolvimento rural e apoiar o fortalecimento e a disseminação de polos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de inovação tecnológica;

3. reforçar a vocação do DF para a indústria limpa e de alta composição tecnológica;

4. promover a articulação e criação de instrumentos econômicos de apoio à desconcentração territorial da atividade produtiva, tais como linhas de crédito especiais e incentivos fiscais;

5. priorizar no desenvolvimento industrial do Distrito Federal os segmentos intensivos em capital e tecnologia e no Entorno Metropolitano, os segmentos intensivos em mão de obra;

6. atrair investimentos industriais para o DF e AMB;

7. promover ao alinhamento das políticas tributárias com as unidades federativas vizinhas;

8. ampliar e tornar mais atrativas as linhas de crédito para a atividade industrial;

9. adensar e fortalecer as cadeias produtivas já existentes do DF e AMB;
10. promover o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, tendo como base as cadeias produtivas já existentes;
11. identificar novas cadeias produtivas com potencial de desenvolvimento no DF e AMB;
12. promover a ampliação das exportações de produtos da indústria do DF e AMB; e
13. promover a formalização da atividade industrial do DF/AMB.

CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

1. Promover a articulação institucional e a negociação entre as instâncias decisórias, de modo a compatibilizar interesses, reduzir conflitos e otimizar o uso do território e de seus recursos;
2. estimular a cooperação entre os entes federados, de forma a substituir relações de competição por relações de cooperação, promovendo a atuação conjunta dos governos; e
3. estimular, com apoio institucional, técnico e financeiro, a formação de consórcios municipais para a resolução de problemas comuns.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. Estimular a desconcentração espacial das atividades produtivas, visando ao desenvolvimento sustentável; e
2. promover a consolidação de cidades-polo na região visando reduzir as vantagens locacionais comparativas de municípios de porte médios situados próximos.

ESTRATÉGIAS

ORDENAMENTO TERRITORIAL, FUNDIÁRIO E AMBIENTAL

1. Promover a revisão do PDOT, tendo como objetivo assegurar a oferta de áreas para a expansão da atividade industrial no Distrito Federal;
2. implementar uma política fundiária que promova ações de ordenamento fundiário visando a segurança e normalidade jurídica do DF;
3. tornar a Terracap a executora desta política fundiária;
4. ampliar a ação da Emater-DF, assistindo melhor os assentados, agricultores e pequenos produtores rurais; e
5. implementar programa de capacitação, qualificação e formação de técnicos do setor público agrícola e dos agricultores familiares em técnicas de agroecologia, com a criação de Escola Técnica Agroecológica.

INFRAESTRUTURA

1. Criar o PAC-DF, em articulação com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal;
2. promover a conclusão da duplicação da ligação rodoviária de Brasília-Goiânia-São Paulo (BR-153 e BR-365) e de Luziânia-Cristalina (BR-040/050);
3. promover a conclusão da pavimentação das BR-135 (Montes Claros-Januária- Santa Maria da Vitória); da BR-251 (Brasília-Unaí-Montes Claros) e da BR-479 (Brasília-Arinos-Januária);
4. promover a construção de ramal ferroviário Brasília-Anápolis, conectando-se com a Ferrovia Norte-Sul, que ligará Anápolis a Palmas e Açailândia, permitindo o acesso ferroviário ao porto de Itaqui;
5. promover a construção do ramal ferroviário Luziânia-Unaí-Pirapora, permitindo o acesso ao porto de Tubarão;
6. implantar o gasoduto Campinas-Uberlândia-Goiânia-Brasília, disponibilizando gás natural para o atendimento da demanda industrial da região;
7. promover a conclusão da UHE de Corumbá III e das LTs Interligação Norte-Sul III e LT Luziânia-Emborcação, previstas no PAC 2;
8. promover a ampliação do Terminal de passageiros do aeroporto de Brasília assim como de seu terminal de cargas e a construção da Cidade Aeroportuária (cargas) de Planaltina; e
9. implantar, em articulação com o governo federal e entidades civis, amplo programas de formação e qualificação profissional, especialmente para a juventude, para promover a inserção ao mercado de trabalho.

FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS

1. Apoiar e estimular o adensamento de cadeias produtivas como construção civil e indústria de móveis, geradoras de emprego em áreas que se conectem com a estratégia de desenvolvimento ligada ao vetor do PAC como infraestrutura, habitação e saneamento;
2. criar a “Agência de Promoção dos Investimentos no DF”, com o objetivo de atrair investimentos produtivos, notadamente industriais, para o Distrito Federal e o Entorno Metropolitano;
3. promover a instalação de Distritos Industriais em regiões administrativas do Distrito Federal e em municípios-polo selecionados do Entorno Metropolitano;
4. promover a reconfiguração do Porto Seco do DF;
5. articular as propostas de industrialização com a Política de Desenvolvimento Produtivo do governo federal e apostar em indústrias limpas;
6. implantar e consolidar o Parque Cidade Digital no Distrito Federal, tendo como âncoras as empresas públicas: BB/CEF/ECT/ Serpro/Telebras;

7. implantar parques tecnológicos nas “cidades” do DF, especialmente os de biotecnologia, nanotecnologia e fármacos;
8. fomentar alternativas tecnológicas, o fortalecimento e a disseminação de pólos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de inovação tecnológica;
9. ampliar a capacidade da FAP/DF em financiar pesquisas aplicadas;
10. Implementar uma Política de C, T & I que permita ampliar investimentos nos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) e nos Telecentros, como forma de promover a inclusão social;
11. incentivar incubadoras de empresas e o Parque do Conhecimento;
12. consolidar as cadeias produtivas, priorizando os seguintes segmentos: no Distrito Federal: informática e comunicações; vestuário e confecções; editorial e gráfico; alimentos e bebidas; madeira e mobiliário; e no Entorno Metropolitana: alimentos e bebidas; madeira e mobiliário; vestuário e confecções;
13. implantar novas cadeias produtivas, priorizando os seguintes segmentos com maior potencial de crescimento: indústria tradicional: a) implementos agrícolas; b) sementes; c) fertilizantes; d) floricultura e fruticultura; e) agricultura orgânica; f) pedras, gemas e jóias; g) têxtil; h) couros e calçados; i) processamento de grãos (para atender demanda da avicultura/suinocultura); j) avicultura e suinocultura; k) carne bovina; l) laticínios; m) sucroalcooleiro; n) papel e celulose (reflorestamento em áreas degradadas pela pecuária); e setores dinâmicos: a) automobilístico e material de construção; b) eletroeletrônico; c) químico e plástico; d) i) metalurgia leve;
14. promover a equalização de tarifas entre o DF e os estados vizinhos;
15. incrementar a ação dos centros de pesquisa da Embrapa na região;
16. desenvolver ações visando a absorção dos setores na informalidade;
17. regulamentar o uso do poder de compra do Estado, priorizando os pequenos negócios como orienta o Estatuto da Micro e Pequena Empresa;
18. identificar de oportunidades de negócios na atividade industrial;
19. criar fundo de aval e sistemas de garantia adequados para suporte às operações;
20. instituir o regime de tributação especial para a indústria;
21. promover em parceria com o GDF e a CL, a revisão do conjunto de taxas que incidem sobre a atividade industrial, visando racionalizá-la, eliminando superposições e cobranças excessivas;
22. criar o Conselho Especial de Relações Fisco/Contribuinte do DF;
23. criar mecanismos de incentivos para as indústrias do DF e AMB ampliem a sua participação no fornecimento de bens e serviços para os órgãos e empresas públicas do GF e GDF;

24. identificar empresas que preencham elos vazios nas cadeias produtivas do DF e AMB como potenciais investidoras;
25. realizar estudo de demanda potencial para produção existente e potencial da indústria do DF;
26. elaborar estudo de identificação de novas cadeias produtivas com potencial de desenvolvimento no DF e AMB;
27. criar Programa de Promoção das Exportações da Indústria do DF em parceria com a APEX;
28. reestruturar os programas de apoio à inclusão tecnológica da MPE;
29. promover a pesquisa e a difusão de tecnologias voltadas para as cadeias produtivas e os APLs industriais do DF/AMB;
30. promover em parceria com o GDF e a CL, a revisão do conjunto de normas relativas ao processo de abertura e funcionamento dos empreendimentos industriais, incluindo o licenciamento ambiental;
31. implantar o Cadastro Empresarial Único;
32. realizar o Censo Econômico do DF/EM visando identificar a real dimensão da sua economia informal;
33. criar o Programa de Formalização da Atividade Industrial; e
34. complementar a infraestrutura das Áreas de Desenvolvimento Econômico (ADE).

CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

1. Promover a articulação das forças políticas do Distrito Federal visando angariar investimentos do governo federal que favoreçam o desenvolvimento industrial do DF e Entorno Metropolitano;
2. promover a resolução das exigências sanitárias que inviabilizam a comercialização de produtos do Entorno no Distrito Federal; e
3. promover o fortalecimento da Codeplan como instrumento de planejamento governamental e a realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nos onze municípios que compõem a AMB.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1. Redimensionar a Sudeco;
2. criar o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Badeco);
3. reorientar o BRB como banco regional de fomento visando aproveitar maior volume de crédito disponível da linha do FCO e apoiar os pequenos negócios com produtos específicos;
4. criar o Fundo Constitucional para a AMB;

5. estimular a implantação de grandes projetos industriais no Entorno Metropolitano e não Metropolitano, para incrementar a geração de renda nos municípios (condição para o florescimento dos pequenos empreendimentos);

6. promover o Desenvolvimento do Entorno, mediante elaboração e implantação do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do DF e Entorno, de forma articulada com o governo de Goiás e o governo federal, desenvolvendo uma estratégia específica para o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia;

7. assumir papel de liderança na Ride e discutir no âmbito da Coaride com o apoio do Ministério da Integração Nacional, estratégias de desenvolvimento da região;

8. apoiar a implantação de áreas industriais na AMB visando oferecer condições para a atração de investimentos e inverter o fluxo de mão de obra; e

9. promover a articulação do Plano de Desenvolvimento Regional com os Planos Diretores Municipais, visando integrar as ações de desenvolvimento urbano com a redução das desigualdades intrarregionais.

SOBRE OS AUTORES

JÚLIO MIRAGAYA é economista e doutor em Desenvolvimento Econômico Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB). É mestre em Gestão Territorial pelo Departamento de Geografia da Universidade de Brasília e especialista em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É, ainda, Conselheiro do Conselho Federal de Economia (COFECON), Diretor Científico da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES) e Diretor do Instituto Brasiliense de Estudos da Economia Regional (IBRASE).

CLEBERSON ZAVASKI é engenheiro agrônomo, especializado em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento. É coordenador de Compensação de Reserva Legal/ICMBIO/MMA.

ELTON BANDEIRA é assessor da Casa Civil do governo do Distrito Federal, coordenador adjunto da Coordenadoria de Planejamento.

JOSÉ AGMAR DE SOUZA é subsecretário de Planejamento Governamental. Graduado em Economia pelo UNICEUB, com pós-graduação em Economia do Setor Público pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Como servidor de carreira do governo do

Distrito Federal assumiu diversas funções, entre elas a Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria de Agricultura, e na Secretaria de Planejamento (SEPLAN) foi Diretor de Planejamento entre 2007 e 2008, Subsecretário de Planejamento e Orçamento de 2008 a 2010. No atual governo participou ativamente do processo de planejamento estratégico e coordenou a elaboração do PPA 2012/2015.

OSVALDO RUSSO é secretário de Desenvolvimento Social Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal. É estatístico graduado pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). No governo Agnelo, foi diretor de Estudos e Políticas Sociais da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan). No governo Lula, foi secretário de Inclusão Educacional, chefe de gabinete do Ministério da Educação e secretário nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

ROBERTO POLICARPO é presidente distrital do Partido dos Trabalhadores (PT) do Distrito Federal. Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF), foi coordenador geral do Sindicato do Judiciário do DF (2000-2010) e da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público (Fenajufe) entre 2004 e 2010.

Iniciou a atual legislatura na Câmara dos Deputados como membro titular da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e suplente da Comissão de Finanças e Tributação.

WILMAR LACERDA é Secretário de Administração Pública (SEAP) do Distrito Federal.

O livro *Distrito Federal 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 300 exemplares.

O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2.

A capa foi impressa em papel Supremo 250g e
o miolo em papel Pólen Soft 80g.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Neste volume, os leitores encontram um diagnóstico rico em dados sobre o Distrito Federal.

Aqui estão disponíveis dados e análises sobre a demografia, a estrutura produtiva, a economia, a infraestrutura, a questão ambiental, a situação das políticas sociais e da máquina da administração pública e, por fim, sobre as questões políticas tão particulares da cidade que vive a ambiguidade de, ao mesmo tempo, manter o governo local e sediar os poderes do governo federal.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



9 788576 432524